

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO



CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS SOCIAIS



WALDELILO SANTOS DE MELO

“O GRITO NEGRO”:

memória e resistência do grupo de consciência negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis

Campos dos Goytacazes,

2022

“O GRITO NEGRO”:

memória e resistência do grupo de consciência negra YLÁ-DUDU, em Angra dos Reis

WALDELILO SANTOS DE MELO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Orientadora: Maria Clareth Gonçalves Reis.

Campos dos Goytacazes,

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

M528

Melo, Waldelilo Santos de.

O grito negro : memória e resistência do grupo de consciência negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis / Waldelilo Santos de Melo. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

180 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientadora: Maria Clareth Goncalves Reis.

1. Racismo. 2. Movimento Negro. 3. Políticas Sociais . 4. Angra dos Reis . I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

“O GRITO NEGRO”:

memória e resistência do grupo de consciência negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Waldelilo Santos de Melo

APROVADA em 26/08/2022

Comissão Examinadora:

Maria Clareth Gonçalves Reis
Doutora em Educação - UENF
(Orientadora)

Shirlena Campos de Souza Amaral
Doutora em Sociologia e Direito - UENF

Eduardo Quintana
Doutor em Educação - UFF

Amauri Mendes Pereira
Doutor em Ciências Sociais - UFRRJ

Campos dos Goytacazes,

2022

*Ao meu filho **Leon**, que fez-me conhecer a verdadeira essência do
amor.*

AGRADECIMENTOS

Em *Monólogo ao pé do ouvido*, o saudoso Chico Science nos lembra - *O homem coletivo sente a necessidade de lutar!*

Diante de meu altar sincrético agradeço a Deus, a todas as Entidades e às forças superiores que regem o universo e me protegem a cada passo!

Agradeço a cada cidadão e cidadã brasileira que, com o esforço do seu trabalho e impostos, mantém a Universidade Pública e gratuita neste país, diante dos ataques neoliberais que vem sofrendo. Agradeço, em especial, aos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro, que contribuíram para o fomento desta pesquisa mediante auxílio da Faperj.

Agradeço à minha esposa, companheira na vida, no amor e na luta cotidiana, Letícia da Silva de Figueiredo. Ao nosso filho, Leon Figueiredo Melo, que me ensina, a cada gesto e olhar, a grandeza da paternidade, a maior experiência que a vida poderia me proporcionar. Amo vocês, minha família!

Agradeço a minha mãe, Elizabeth Auxiliadora Santos de Melo, e a meu pai, Valdelilo Lima de Melo, pelos ensinamentos, conselhos, palavras e gestos carinhosos de amor. Com muito esforço, proporcionaram-me uma educação (escolar e cidadã) exemplar. Se cheguei até aqui, foi graças a vocês! Ao meu irmão, Felipe Santos de Melo, com quem compartilho momentos únicos em família, junto de sua esposa, Carol, e filho, meu afilhado, João Miguel. À minha amada avó Dalila, minha maior admiração e referência de mulher negra, a quem atribuo os conhecimentos mais importantes a mim transmitidos. Agradeço também a meus tios e tias.

À família Figueiredo, Josi e Sabino pelo auxílio e acolhimento, meus agradecimentos.

Meus agradecimentos aos integrantes e militantes do YLÁ-DUDU, que são fundamentais para a luta antirracista na sociedade angrense e colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos companheiros e companheiras da educação pública do estado do Rio de Janeiro, em especial aos amigos do Ceja Jair Natalino Espíndola Travassos e CE Alm. Álvaro Alberto. Aos colegas e associados nas Cooperativas de Ensino EDUCAR e ACEC.

Agradeço às professoras e aos professores da Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF, que foram essenciais em minha trajetória. Agradeço especialmente às professoras e aos professores que marcaram meu doutoramento, fizeram parte de minhas bancas de entrada, defesa de projeto, qualificação e defesa final da tese. Os apontamentos e as contribuições foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico. Todo meu respeito, carinho e agradecimento.

Aos meus amigos e amigas da turma de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF,

foi uma honra compartilhar o aprendizado com vocês.

Agradeço profundamente aos companheiros do NEABI-UENF, compartilhamos momentos únicos. Além das trocas que me proporcionaram crescimento, recebi apoio e incentivos fundamentais. Nossa luta segue!

Tive o privilégio de ser orientado por duas mulheres negras, professoras, doutoras, tanto no mestrado, quanto no doutorado. Carrego comigo essa experiência única. Professora Doutora Maria Clareth Gonçalves Reis, orientadora desta tese, mas, antes disso, amiga. Minha eterna gratidão, por tudo: carinho, amizade, conselhos, compreensão e confiança.

Gratidão à Professora Dra. Shirlena Amaral, que me proporcionou provocações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Aos Professores Dr. Eduardo Quintana e Giovane do Nascimento, que acompanharam minha trajetória e foram fundamentais para meu crescimento acadêmico, e um agradecimento especial ao Professor Dr. Amauri Mendes Pereira, que, além de ser uma inspiração, proporcionou-me a honra de ter sua presença em todas as bancas.

Concluo estes agradecimentos me solidarizando com as famílias brasileiras que perderam seus entes queridos durante a pandemia da Covid-19 e que atravessam os anos mais sombrios da história política nacional. Agradeço aos companheiros e às companheiras, que, assim como eu, lutam cotidianamente, das mais variadas formas, para transformar essa realidade. Abaixo o Fascismo! Abaixo o Racismo! Pela Universidade Pública gratuita! Pela manutenção das cotas raciais!

RESUMO

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em identificar as ações políticas de combate ao racismo conduzidas pelo Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, em Angra dos Reis, no recorte temporal de 30 anos (1988-2018). A partir da trajetória histórica do YLÁ-DUDU, buscamos reconstruir e contextualizar a história desse Movimento Negro, por meio das narrativas orais e de fontes documentais geradas pela experiência da militância dos sujeitos que lutaram e ainda lutam, oferecendo à sociedade brasileira um amplo debate sobre racismo, igualdade, justiça e democracia. A partir de uma investigação qualitativa, utilizou-se o mapeamento e a análise de produções acadêmicas sobre Angra dos Reis, sendo possível contextualizar a história do município entre o final Século XIX e início do XXI e identificar que essa foi marcada pelo racismo. Destacamos a luta de indígenas, de negros e de caiçaras pelo território, pelo acesso aos aparelhos de Estado, pela democratização e por sua efetiva participação política. Recorremos à produção acadêmica e bibliográfica para apresentar as teorias sobre políticas sociais, movimentos sociais e o histórico sobre o Movimento Negro Brasileiro. Verificamos a formação de movimentos sociais durante o desmonte da ditadura militar. Nesse contexto, o YLÁ-DUDU originou-se e organizou ações pelo desenvolvimento de políticas públicas para combater o racismo em Angra dos Reis. Entre avanços e retrocessos em sua *práxis* de luta, o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU apontou-nos ser fundamental, no combate ao racismo, a construção da identidade negra, a articulação na luta coletiva e a solidariedade.

Palavras-chaves: Racismo; Movimento Negro; Políticas Sociais; Angra dos Reis.

ABSTRACT

The general objective of this research is to identify the political actions against racism conducted by the Black Awareness Group YLÁ-DUDU in Angra dos Reis in the 30-year period (1988-2018). From the historical trajectory of YLÁ-DUDU, we seek to reconstruct and contextualize the history of this Black Movement, through oral narratives and documentary sources generated by the experience of the militancy of the subjects who fought and still fight, offering Brazilian society a broad debate on racism, equality, justice and democracy. From qualitative research, we used the mapping and analysis of academic productions about Angra dos Reis, being able to contextualize the history of the city between the end of the XIXth and the beginning of the XXIst centuries, and identify that it was marked by racism. We highlight the struggle of indigenous, black and caiçaras for territory, access to the State apparatus, democratization and their effective political participation. We resorted to the academic and bibliographical production to present the theories on social policies, social movements and the history of the Brazilian Black Movement. We verified the formation of social movements during the dismantling of the military dictatorship; in this context, YLÁ-DUDU originated and organized actions for the development of public policies to combat racism in Angra dos Reis. Between advances and setbacks, in praxis of struggle, the Black Awareness Group YLÁ-DUDU has shown us that it is fundamental in the fight against racism - the construction of black identity, articulation in the collective struggle and solidarity.

Keywords: Racism; Black Movement; Social Policies; Angra dos Reis.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación es identificar las acciones políticas contra el racismo realizadas por el Grupo de Conciencia Negra YLÁ-DUDU en Angra dos Reis en el período de 30 años (1988-2018). A partir de la trayectoria histórica de YLÁ-DUDU, buscamos reconstruir y contextualizar la historia de este Movimiento Negro, a través de narraciones orales y fuentes documentales generadas por la experiencia de la militancia de los sujetos que lucharon y siguen luchando, ofreciendo a la sociedad brasileña un amplio debate sobre el racismo, la igualdad, la justicia y la democracia. A partir de la investigación cualitativa, utilizamos el mapeo y análisis de las producciones académicas sobre Angra dos Reis, pudiendo contextualizar la historia de la ciudad entre finales del siglo XIX y principios del XXI, e identificar que estuvo marcada por el racismo. Destacamos la lucha de los indígenas, negros y caiçaras por el territorio, el acceso al aparato del Estado, la democratización y su efectiva participación política. Recurrimos a la producción académica y bibliográfica para presentar las teorías sobre las políticas sociales, los movimientos sociales y la historia del Movimiento Negro Brasileño. Verificamos la formación de movimientos sociales durante el desmantelamiento de la dictadura militar; en este contexto, YLÁ-DUDU originó y organizó acciones para el desarrollo de políticas públicas de combate al racismo en Angra dos Reis. Entre avances y retrocesos, en la praxis de la lucha, el Grupo de Conciencia Negra YLÁ-DUDU nos ha demostrado que es fundamental en la lucha contra el racismo - la construcción de la identidad negra, la articulación en la lucha colectiva y la solidaridad.

Palabras clave: Racismo; Movimiento Negro; Políticas Sociales; Angra dos Reis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da região da Costa Verde	31
Figura 2 – Antigo Engenho de Cana na localidade de Bracuí	42
Figura 3 – Pescadores e suas canoas em frente ao antigo mercado do peixe, Angra dos Reis, 1958	43
Figura 4 – Desembarque de camarão e peixe no porto de Angra dos Reis, 1958	44
Figura 5 – Porto de Angra dos Reis em fase de construção, 1928	45
Figura 6 – Planície de Jacuecanga e o antigo Estaleiro Verolme em destaque, s/d	46
Figura 7 – Demolições na região central de Angra na década de 1940	48
Figura 8 – Região central de Angra, década de 1940	48
Figura 9 – Vista do centro de Angra dos Reis a partir da Baía da Ilha Grande	48
Figura 10 – Trecho da BR 101 em construção na região de Vila Histórica de Mambucaba, 1974	52
Figura 11 – Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande	53
Figura 12 – Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande	53
Figura 13 – Itaorna, início das construções da CNAAA	55
Figura 14 – Itaorna, início das construções da CNAAA	57
Figura 15 – Itaorna, início das construções de Angra I, 1972	57
Figura 16 – Deslizamento de terra sobre o laboratório da CNAAA, 1985	58
Figura 17 – Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1988	74
Figura 18 – Primeiras lideranças do YLÁ-DUDU	76
Figura 19 – Entrevista do Senhor Manoel Moraes	87
Figura 20 – Trecho da Ata	88
Figura 21 – Protesto Hiroshima Nunca Mais em Angra dos Reis, 1982	89
Figura 22 – Capa edição 264 do Jornal Maré	91
Figura 23 – Capa edição 622 do Jornal Maré	93
Figura 24 – Capa edição 830 do Jornal Maré	93
Figura 25 – Apresentação da Banda Musical YLÁ-DUDU	97
Figura 26 – Cartaz da 2º Noite Afro realizada pelo YLÁ-DUDU	97
Figura 27 – Apresentação da Banda Musical YLÁ-DUDU	98

Figura 28 – Jornal da Marcha Zumbi dos Palmares, 1995	101
Figura 29 – Participação do YLÁ-DUDU na Marcha Zumbi dos Palmares, 1995	101
Figura 30 – Participação do YLÁ-DUDU na Marcha Zumbi dos Palmares, 1995	102
Figura 31 – Participação do YLÁ-DUDU na Marcha Zumbi dos Palmares, 1995	102
Figura 32 – Comunicado sobre a palestra com Frei Davi	104
Figura 33 – Entrevista com Angélica	110
Figura 34 – Entrevista com Délcio	111
Figura 35 – Reunião entre lideranças do YLÁ-DUDU e da ARQUISABRA	111
Figura 36 – Cartaz de divulgação, evento organizado pelo YLÁ-DUDU	113
Figura 37 – Rascunho de organização de evento do YLÁ-DUDU	114
Figura 38 – Rascunho de organização de evento do YLÁ-DUDU	115
Figura 39 – Evento “Um olhar negro na educação”	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de crescimento anual da população livre e escrava existentes nas freguesias de Angra dos Reis, 1840-1872	34
Tabela 2 – População residente - série histórica Angra dos Reis	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos escravos não africanos (1800 a 1888)	24
Quadro 2 – Cor dos escravos de origem “Angrense” e Ilha Grande”	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO - Ação Católica Operária

APN - Agentes da Pastoral Negra

Arquisabra - Associação dos Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro

CF - Campanha da Fraternidade

CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cnen - Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

Compir - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial

Conapir - Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial

CPT - Comissão da Pastoral da Terra

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

Cuca - Centro Unificado de Cultura e Arte

Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro Carlos Chagas

FEUFF - Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

Fipir - Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial

FNB - Frente Negra Brasileira

Gppir-AR - Comitê Gestor de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Angra dos Reis

Iear-UFF - Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEC - Licenciatura em Educação do Campo

MNU - Movimento Negro Unificado

MUCDR - Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

Neabi - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Neap - Núcleo de Estudos e Atividades Pedagógicas

ONU - Organização das Nações Unidas

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

Planapir - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGPS - Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais

PPRER - Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais

PT - Partido dos Trabalhadores

Sapê - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

Secti - Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Sinapir - Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

Tebig - Terminal da Baía da Ilha Grande

Ten - Teatro Experimental do Negro

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UHC - União dos Homens de Cor

Unesco - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

YLÁ-DUDU - Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
Procedimentos metodológicos e análise de dados	24
CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ANGRA DOS REIS	30
1.1 Angra dos Reis	31
1.2 Relações étnico-raciais no final do Século XIX	33
1.3 Relações étnico-raciais na primeira metade do Século XX	39
1.4 Relações étnico-raciais na segunda metade do século XX	49
CAPÍTULO 2 – O YLÁ-DUDU	60
2.1 Ativismo popular em Angra dos Reis	61
2.2 Breve histórico do Movimento Negro no Brasil	67
2.3 Ativismo Negro em Angra dos Reis: A Gênese do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU	73
2.4 A institucionalização do YLÁ-DUDU	81
CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ANGRA DOS REIS, DURANTE A DÉCADA DE 1990	84
3.1 Efetivação da Resistência negra em Angra dos Reis	85
3.2 Ativismo popular e poder político em Angra dos Reis: a hegemonia do PT	86
3.3 O YLÁ-DUDU nas ruas: cultura e engajamento político	95
3.3.1 O YLÁ-DUDU nas ruas: a capoeira	95
3.3.2 O YLÁ-DUDU nas ruas: o grupo musical	96
3.3.3 O YLÁ-DUDU nas ruas: a Praça Zumbi dos Palmares	99
3.3.4 O YLÁ-DUDU nas ruas: Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania e a vida	100
3.3.5 O YLÁ-DUDU nas ruas: religiosidade	103
3.3.6 O YLÁ-DUDU nas ruas: pelos caminhos do jongo	104
3.4 Um olhar negro na educação de Angra dos Reis	112
CAPÍTULO 4 – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ANGRA DOS REIS, NO SÉCULO XXI	118
4.1 YLÁ-DUDU: Movimento Negro Educador	119
4.2 Consolidação da Resistência negra em Angra dos Reis	126
4.3 YLÁ-DUDU e as Políticas de Promoção à Igualdade Racial	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	152

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Porque vem os condomínios com o fascínio do dinheiro
 E o pescador troca a rede pela colher de pedreiro
 Depois só volta na praia, de gari ou faxineiro
 A estrada do político não foi feita pro roceiro
 Só serve pra o levar no dia de ir limpar o lixo dos forasteiros
 E a cultura é esmagada, como se deu tantas vezes
 Trocamos trovas da roça por batuques e farofas
 Ou silêncio pros burgueses
 E assim começa outra história porque é o fim da estrada
 Não tem matas, não tem aves, não tem ervas, não tem nada.
 Tem uma cerca, um portão, um caiçara de farda
 E uma placa, atenção: É PROIBIDO A ENTRADA.*

(Luis Perequê).

Posicionar as escolhas teórico-metodológicas desta pesquisa e compreender o caminho percorrido ao longo de sua elaboração perpassa, em partes, minha história de vida e trajetória acadêmica. Muito do que este trabalho representa é, ao mesmo tempo, fruto de minhas experiências como professor de história e de minha formação constante, a partir da qual me considero “filho do YLÁ-DUDU”, mesmo não sendo militante. Na condição de homem e de branco, reconheço os privilégios que me foram concedidos dentro de uma sociedade racista. Não senti o sofrimento da discriminação racial, mas, nem por isso ignoro sua existência. Mesmo não tendo uma identidade negra, respeito e valorizo. Busco construir-me como um sujeito antirracista, consciente de que a luta contra o racismo também é minha. Deveria ser de todos nós. Este trabalho é um reconhecimento pessoal aos anos de trabalho e de luta do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU no município de Angra dos Reis contra o racismo, principalmente no campo da Educação.

Ingressei no curso de história do Centro Universitário Geraldo Di Biase, em Volta Redonda em 2004, um ano após a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 ser sancionada. Nos primeiros meses de curso participei de uma campanha promovida pelo Centro Acadêmico Edson Luis e por militantes do Movimento Negro local que cursavam a faculdade, para que a Lei fosse cumprida pela instituição, e, no ano seguinte, a disciplina de História da África estava sendo ofertada como matéria no currículo. Até este momento, os debates sobre questão racial não faziam parte do meu cotidiano, não possuindo familiaridade com assunto.

Ao longo da graduação, a disciplina de História da África foi se transformando em algo fascinante, e passei a tomar gosto pelo assunto a ponto de aprofundar os estudos, pesquisando e participando de eventos que envolvessem a temática. Assim pude conhecer o

projeto “Negros e Negras em movimento”, um curso de extensão oferecido pela Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis (IEAR-UFF), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU. Visava a formação e a capacitação de professoras e de professores da rede pública para a aplicação da Lei n. 10.639/2003. Durante dois anos consecutivos, participei do projeto até me formar e começar a atuar como professor de história na rede pública estadual e particular no município de Angra dos Reis.

O projeto “Negros e Negras em movimento” foi mantido, cresceu e transformou-se na primeira pós-graduação lato sensu ofertada pela UFF de Angra dos Reis, com o curso “Diversidade Cultural e Interculturalidade: matrizes indígenas e africanas na educação brasileira”. Com o objetivo de aprofundar ainda mais os debates sobre a questão racial e a aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003 e da Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, nas escolas da região litorânea do sul fluminense. Ingressei no curso e tive a oportunidade de adquirir mais afinidade com o debate sobre as desigualdades étnico-raciais no Brasil e também conhecer as principais lideranças do YLÁ-DUDU, com destaque para Délcio Bernardo, principal articulador das parcerias entre o Movimento Negro local e a IEAR-UFF.

Durante o curso de especialização presenciei as comemorações de 20 anos de fundação do Grupo, participei de uma atividade organizada pelo YLA-DUDU, que envolvia palestras, debates, exposição de documentos e o resgate das memórias das lideranças do movimento ao longo de seus anos de luta. Em tal oportunidade passei a refletir sobre a importância da educação para o Movimento Negro, representando uma luta que envolve a participação e ação direta dos militantes, mas as conquistas são partilhadas com toda sociedade, a exemplo do projeto “Negros e Negras em movimento”, destacado durante o evento comemorativo.

Dentre as falas e memórias das lideranças do movimento, a militante Mariene Florentino da Silva Caetano chamou-me atenção durante sua palestra, principalmente por ser uma figura reconhecida na cidade e muito próxima de meus familiares. Já a conhecia e sabia de seus envolvimento sociais, mas alguns pontos de sua história de vida me despertaram a curiosidade de pesquisador, achando conveniente registrar e analisar tais fatos, que a princípio seriam meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da pós-graduação. Porém, o projeto de TCC desdobrou-se em um projeto de pesquisa aceito no processo seletivo do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

A pesquisa de dissertação teve como objetivo de examinar a participação do

Movimento Negro de Angra dos Reis em questões relacionadas à Educação, sendo o caso da militante Mariene Florentino da Silva Caetano o principal foco de análise. Sua trajetória de vida e as contribuições que o movimento proporcionou a ela, bem como suas contribuições para as ações sócio educacionais do YLA-DUDU. Orientado pela Doutora Nara Maria Carlos de Santana, obteve o título de mestre em Relações Étnico-Raciais em 2016.

Esses passos me encaminharam para a atual pesquisa de doutorado, sob orientação da Doutora Maria Clareth Gonçalves Reis. Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), bolsista pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), também sou integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). O objetivo geral da presente pesquisa consiste em identificar as ações políticas de combate ao racismo conduzidas pelo Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis ao longo de seus 30 anos.

Levando-se em consideração que nossa pesquisa se concentra na área de Participação e Regulação, tendo como linha de pesquisa - Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território, é importante fazermos alguns apontamentos iniciais, pois nota-se que as políticas sociais e o racismo estabelecem uma relação com o modo de produção capitalista. É necessário pensar as políticas sociais e a organização da sociedade brasileira em sua estrutura com as relações étnico-raciais e conseqüentemente com a desigualdade social e racial. Concordamos com Faleiros (2009, p. 46), quando este autor nos alerta que "[...] as políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais." As políticas sociais e sua conexão com as relações étnico-raciais na sociedade brasileira devem ser tratadas sob o olhar de sua historicidade.

A análise da política social implica, assim, metodologicamente a consideração do movimento do capital e, ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o obrigam a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo. É necessário considerar também as conjunturas econômicas e os movimentos políticos em que se oferecem alternativas a uma atuação do Estado. (FALEIROS, 2009, p. 59).

A análise deve considerar o processo de acumulação e reprodução do capital, no Brasil, os impactos sociais e econômicos sobre sua classe trabalhadora, que se apresentará como a classe principal nas demandas por políticas sociais. Logo, não é possível desconsiderar as raízes escravistas de quase mais de trezentos anos de diáspora africana e último país das américas a abolir a escravidão negra em nossa formação e suas relações com o desenvolvimento capitalista, a história segue viva na memória social brasileira. A luta contra o racismo segue no cotidiano da população negra brasileira. A resistência de Zumbi no Quilombo de Palmares atravessou todo o período colonial, sendo hoje símbolo da consciência negra. A monarquia deteriorou-se, dentre os fatores estava o êxito da campanha abolicionista, mas o atual mercado de trabalho capitalista além de desigual é racialmente demarcado. O pós-abolicionismo e a República não garantiram “[...] significativos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra.” (DOMINGUES, 2008, p. 102). Assim, o século XX é marcado pela formação e pela consolidação de movimentos negros que denunciam o racismo e lutam contra a discriminação racial.

Para compreender a luta contra o racismo é necessário revisitar a produção acadêmica sobre Raça, Mestiçagem e Racismo e os efeitos das hierarquias raciais gerados na sociedade brasileira, sendo fundamental também, compreender a contextualização histórica dos “três impulsos” e o “salto” (PEREIRA, 2008), que garantiram aos movimentos negros brasileiros consolidação. Nessa trajetória de combate ao racismo, o primeiro impulso ganha destaque com inúmeras associações negras espalhadas pelo país, mas principalmente por criar a “imprensa negra” e ter seu auge na criação da Frente Negra Brasileira (FNB) durante a década de 1930. No segundo impulso, pós Estado Novo, a formação da União dos Homens de Cor (UHC) e o emblemático Teatro Experimental do Negro (tem), liderado por Abdias do Nascimento, engrossaram o coro de denúncias sobre as desigualdades raciais. Já durante os “anos de chumbo”, o terceiro impulso ocorre com a formação inicial do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que posteriormente vem a ficar conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU).

Todos esses impulsos, brevemente apresentados e futuramente aprofundados, constituíram-se na materialização histórica do “salto” quantitativo e qualitativo dos movimentos negros no Brasil, durante o período de redemocratização, pós 1985. O contexto histórico a ser abordado por essa pesquisa não pode relegar os passos e impulsos, que inicialmente, garantiram a gênese de um Movimento Negro de Angra dos Reis no combate ao racismo.

Os integrantes do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, quando começaram a

discutir sobre a criação de uma entidade negra no município de Angra dos Reis, no final da década de 1980, realçavam, em seus debates iniciais, as dificuldades que enfrentavam de serem reconhecidos e valorizados como negros, de conseguirem reafirmar sua negritude. Começavam a trilhar uma trajetória que visava despertar a consciência para o importante papel social dos negros no município e no Brasil, de valorizar a identidade negra e de resgatar a cultura de matriz africana e afro-brasileira e espalhar a luta contra o racismo por meio do som, do canto, da voz, do grito – o “GRITO NEGRO” – que, ao ser traduzido para o idioma Ioruba, - YLÁ-DUDU!

A criação do YLÁ-DUDU está relacionada a uma série de discussões estabelecidas no Grupo de Agentes Pastorais Negros, que foram inspirados na Campanha da Fraternidade¹ de 1988, cujo tema “Ouvi o clamor deste povo”, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mobilizava um amplo debate nacional, principalmente em torno do centenário da abolição e da discriminação racial persistente na sociedade brasileira.

A partir desse momento, alguns dos agentes pastorais negros sentiram a necessidade de ampliar o movimento e, nesse sentido, partir para a criação de um novo grupo sem distinção de credo, de raça, de sexo e de filiação político-partidária, em que poderiam ser ampliadas as perspectivas em relação à problemática na sociedade, com a proposta de implementar as discussões sobre relações raciais e lutar pela promoção da igualdade racial no município de Angra dos Reis e de se articular a outras entidades antirracistas no Brasil. Com a elaboração de seu Estatuto, o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU foi efetivado no dia 9 de março de 1991, na Casa de Cultura de Angra dos Reis.

No Capítulo 1, *Relações Étnico-Raciais em Angra dos Reis*, consideramos relevante destacar toda luta das comunidades racialmente marginalizadas na constituição histórica de Angra dos Reis. Sendo assim, analisar as capilaridades do debate sobre as relações étnico-raciais em Angra dos Reis consiste no objetivo do primeiro capítulo, para isso, faz-se necessário contextualizar a história do município, destacando a luta de indígenas, quilombolas e caiçaras ao território, e acesso aos aparelhos de Estado, a democratização e a participação no poder público. Utilizaremos a produção acadêmica e bibliográfica sobre a história do município com ênfase nas lutas sociais e políticas de indígenas, quilombolas, caiçaras e trabalhadores como fonte de pesquisa, com destaque para as memórias dos atores

¹ A campanha da Fraternidade é realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem como objetivo despertar a solidariedade entre os fiéis e a sociedade, os temas escolhidos anualmente visam o debate acerca de um problema da sociedade brasileira buscando possíveis caminhos para a solução.

sociais que as pesquisas registraram.

No segundo Capítulo, *O YLÁ-DUDU*, pretendemos contextualizar a origem do YLÁ-DUDU como Movimento Negro local e, apresentar sua estrutura de organização e de institucionalidade. Apresentar o ativismo popular em Angra dos Reis, com ênfase na organização e na formação de movimentos sociais, sendo necessário, para isso, buscar os conceitos e as teorias sobre os chamados “Novos Movimentos Sociais” em Gohn (1997, 2009 e 2010) e Santos (1995), identificar a relação e o diálogo político organizacional, junto aos movimentos sociais locais, e ao Movimento Negro nacional; rememorar brevemente a história do Movimento Negro no Brasil, a partir da produção acadêmica e bibliográfica sobre a história dos movimentos sociais no Brasil com ênfase no Movimento Negro, com destaque para as produções de Pereira (2008), Santos (1995), Oliveira (2008), Pereira (2010), entre outros. A pesquisa de campo consistiu em entrevista com a professora e ex-militante do YLÁ-DUDU, Fátima Rosa, com o levantamento de fontes de dados e informações para este objetivo da pesquisa. Também recorreremos as fontes documentais produzidas ao longo da experiência de militância dos sujeitos envolvidos no Movimento Negro nacional e local.

No Capítulo 3, *Relações Étnico-Raciais em Angra dos Reis durante a década de 1990*, apresentamos as estruturas iniciais do YLÁ-DUDU, sua efetivação como Movimento Negro local, sua organização e sua articulação política. Identificamos suas ações longo da década de 1990, delineamos os caminhos que essa entidade do Movimento Negro traçou para conseguir espaços de debate sobre o combate ao racismo e como a “Consciência Negra” figurou em pauta de debate na agenda pública municipal. Identificamos as ações planejadas e definidas internamente no movimento e como essas se desdobram em ações públicas. Sua relação de parceria com as instituições públicas municipais, com destaque para ações desenvolvidas nas áreas da educação e cultura.

Levantamos fontes documentais escritas e visuais e, utilizamos publicações acadêmicas. Realizamos entrevistas com Edna Baccaro – militante do YLÁ-DUDU, integrante do grupo musical Banda YLÁ-DUDU, e com Zequinha Miguel - professor, ator, motivador cultural e ex-secretário de Cultura em Angra dos Reis durante a década de 1990.

No quarto Capítulo, *Relações Étnico-Raciais em Angra dos Reis no século XXI*, buscamos relacionar as ações de combate ao racismo do YLÁ-DUDU ao desenvolvimento e à aplicação de medidas públicas no município, apontando possíveis limitações, bem como avanços e retrocessos tanto na constituição do Movimento Negro, quanto no combate ao racismo. Nosso objetivo, no último capítulo, consistiu em caracterizar as ações do YLÁ-DUDU, no desdobrar de sua formação histórica, em seu projeto de combate ao racismo para

a sociedade angrése, principalmente no campo da educação e no campo político. Apresentamos a legislação federal que se constitui como uma política pública de promoção da igualdade racial, para assim entender seus reflexos no município de Angra dos Reis, diante de documentos e da legislação municipal. Analisamos os limites da política de promoção da igualdade racial implantada nas primeiras décadas do século XXI em Angra dos Reis, alicerçada pela legislação federal.

Ainda neste capítulo apresentaremos trechos das entrevistas realizadas de forma presencial com Maria Margarida Ferreira - militante do YLÁ-DUDU, integrante do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) representando o Movimento Negro, e Jaqueline Máximo - professora, militante do YLÁ-DUDU e presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial durante a primeira nomeação do COMPIR, em 2014. Além das entrevistas, contamos também com publicações e produções acadêmicas entre outras, fontes documentais, e legislação específica, com ênfase na questão étnico-racial.

Conforme nossas pesquisas avançaram, deparamo-nos com essa nova categoria de análise - *Políticas de Promoção da Igualdade Racial*. Em nossa investigação, chegamos à conclusão de que é preciso perceber as limitações da política de promoção da igualdade racial implantada em Angra dos Reis, mas isso não a torna inútil ou desnecessária. Ela é, sem dúvida, importante e fundamental, porém, por si só não será capaz de proporcionar a igualdade social ou racial, nem tão pouco capaz de combater o racismo. Afirmamos e reafirmamos a importância dessa política e reconhecemos as iniciativas encampadas pelo YLÁ-DUDU para que sejam implementadas. Com políticas públicas educacionais, por exemplo, o YLÁ-DUDU consolidou-se como Movimento Negro ao efetivar o combate ao racismo. A Educação apresentou-se tanto como pauta política quanto estratégia de luta. Em outras palavras, a educação permitiu a construção da Identidade Negra, a articulação da luta coletiva e o despertar da Consciência Negra, tornando real o propósito de se combater o racismo.

O combate ao racismo, é hoje, como foi ontem e também será no amanhã, sendo fundamental para os avanços democráticos da sociedade brasileira. Compreender as estruturas de atuação do racismo são fundamentais para combatê-lo, mas também é importante compreender as formas de resistência estabelecidas. A colonialidade, muitas vezes, faz-nos pensar que o racismo é um problema dos que sentem o sofrimento da discriminação racial, como negros e indígenas, porém é um problema de todos, e é responsabilidade de todos combatê-lo.

Algumas cercas são visíveis, negam certos direitos, limitam-nos entrar em certos espaços de forma explícita, restringem o acesso a bens e bônus universais, como uma praia, por exemplo. Viver a maior parte de minha vida em Angra dos Reis me fez perceber que certas belezas naturais não estão disponíveis à contemplação de todos, são cerceadas. O racismo assemelha-se a uma cerca invisível (muitas vezes visível) que cerceia direitos universais, limitando o acesso de sujeitos que, na maioria das vezes, são desumanizados. Logicamente, essa explicação seria muito simplista para definir o racismo, porém é uma analogia reduzida dos efeitos sociais que o racismo impõe.

Eu poderia ser o homem branco, ou o caçara de farda que protege a cerca, que mantém e reproduz o racismo, mas me posiciono contra ela. Contra ele. Meu desejo é vê-los ao chão!

Começar uma outra história.

Procedimentos metodológicos e análise de dados

Nossa pesquisa apresenta um caráter essencialmente qualitativo, essa metodologia propõe uma análise e interpretação de aspectos da complexidade do comportamento humano, envolvendo inclusive suas subjetividades. “[...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos.” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 269). Em Minayo (2002) encontramos como característica da pesquisa qualitativa no campo das Ciências Sociais alguns aspectos relevantes:

[...] responde a questões particulares; [preocupa-se com] um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Em relação aos procedimentos de realização da pesquisa utilizamos um método combinado. Fizemos uma revisão bibliográfica, análise de publicações e de produções acadêmicas relacionadas a história do Movimento Negro brasileiro. Desenvolvemos um “Estado da Arte”, mapeamento de dissertações e teses acadêmicas publicadas entre 2008 e 2018 sobre a temática das relações étnico-raciais em Angra do Reis. Realizamos entrevistas estruturadas e semiestruturadas com militantes do Movimento Negro de Angra dos Reis, bem como um levantamento e análise de documentos, fontes escritas e iconográficas, jornais,

vídeos e documentários de domínio público, análise de legislação com enfoque nas relações étnico-raciais e nas políticas públicas de promoção da Igualdade Racial, porém nosso principal instrumento para coleta de dados foi a realização de entrevistas de história oral com lideranças do Movimento Negro de Angra dos Reis e com demais atores sociais que estiveram relacionados ao contexto de atuação do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU.

Realizamos ida a campo como obtenção de dados iniciais para o desenvolvimento dos primeiros capítulos. Inicialmente, realizamos uma entrevista com uma das lideranças à época de origem do YLÁ-DUDU, a professora Fátima Rosa, que gentilmente nos concedeu uma primeira entrevista no dia 10 de agosto de 2019, e se colocou à disposição para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Detentora de um rico acervo documental² sobre o YLÁ-DUDU, Fátima Rosa também nos concedeu a utilização de parte desse material para análise e para o desenvolvimento da tese. Os depoimentos coletados nas entrevistas realizadas com Mariene Florentino (2012) e Délcio Bernardo (2016), para o desenvolvimento da dissertação de mestrado (MELO, 2016), também foram utilizadas no desenvolvimento dos dois primeiros capítulos da tese.

Produzir uma pesquisa científica em nível de doutorado é um projeto pessoal desafiador. Exige-se uma dedicação praticamente exclusiva que envolve além de leitura e escrita, participação em eventos acadêmicos, publicação em periódicos, pesquisa de campo, revisão de fontes, e demais afazeres institucionais que atendem às demandas de ritos acadêmicos estabelecidos em cronogramas precisos. A complexidade e as exigências logicamente atendem aos rigores científicos e trarão resultados para a sociedade. A normalidade desses procedimentos, por si só, são muitas vezes exaustivos. Agora, imagine passar por todo esse desafio em meio a uma pandemia? Um momento histórico único, de proporção global e com inúmeras incertezas.

De fato, a pandemia do Coronavírus, responsável pela Covid-19 convocou populações inteiras a se distanciar como uma medida sanitária proposta pelas agências reguladoras de saúde, como a Organização Mundial de Saúde. A pandemia expôs também a vulnerabilidade das ditas minorias afetadas pelas desigualdades econômicas, sociais e raciais o risco de morte. Para atenuar os efeitos, políticas públicas e sociais tiveram de ser elaboradas em caráter de urgência, mas, em meio a esse cenário caótico, como continuar uma pesquisa que privilegia o contato social? Justamente no momento de ir a campo realizar as entrevistas, em respeito ao próximo e bem coletivo, o distanciamento tornou-se necessário, e fomos

² Parte do acervo que tivemos acesso foi digitalizado e encontra-se no anexo.

obrigados a fazer adaptações à abordagem com os sujeitos que nos forneceriam as informações por meio de entrevistas.

Boa parte de nossos procedimentos metodológicos foram pensados antes da pandemia. Repensar a metodologia logicamente seria necessário, assim como aguardar as orientações dos órgãos competentes de permitirem a reaproximação do pesquisador com os atores sociais que fornecem as informações para o desenvolvimento da pesquisa. Por ora, ficam as observações do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos aos pesquisadores sobre o que ele chamou de cruel pedagogia de vírus: os intelectuais devem aceitar-se como intelectuais de retaguarda, devem estar atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos comuns e saber partir delas para teorizar (SANTOS, 2020, p.12).

Para dar continuidade à pesquisa sem comprometer o cronograma, optamos no início da pandemia do novo Coronavírus, por privilegiar as leituras e elaborar fichamentos, porém, conforme o tempo foi passando e as dimensões do agravamento de casos e números de mortes não retrocederam, precisamos pensar em estratégias que não prejudicasse a pesquisa de campo e o contato – à distância – com os militantes que pretendíamos entrevistar.

Por ora, planejamos uma lista de possíveis entrevistados e elaboramos um formulário piloto virtual, que foi prontamente enviado via internet aos sujeitos a serem entrevistados. O formulário digital online foi estruturado com perguntas de múltipla escolha e dissertativas, levantou informações prévias que poderiam ser exploradas em contatos pessoais futuros. Se por um lado o formulário proporcionou a segurança sanitária que todos somos responsáveis, por outro, deixou evidente as dificuldades que o contato virtual impõe. Nem todos os formulários foram respondidos. Dão total de oito formulários, como resultado, obtivemos apenas três respondidos, mesmo com a lembrança constante do pesquisador, que beirava a insistência. Fato é que, ao menos, coletamos informações preciosas para o andamento da pesquisa e principalmente do trabalho de campo e conseguimos assegurar, com todos os devidos cuidados, a realização de entrevistas presenciais.

Os dois primeiros capítulos foram elaborados entre os anos de 2018 e 2019 e aprovados na qualificação. Planejamos elaborar o terceiro capítulo ao longo do ano de 2020, com a pesquisa de campo e a realização de entrevistas, porém, como já mencionamos, certas atividades ficaram inviáveis com as medidas de distanciamento social. Para realizar a escrita do terceiro capítulo, contamos com produções bibliográficas e publicações acadêmicas (PEREIRA, 2010, 2013; VIEIRA, 2016; FALEIROS, 2004), valemo-nos de entrevistas realizadas anteriormente (2016) e no biênio (2018-2019), duas entrevistas presenciais mais recentes (2021) com Edna Bacca-o - militante do YLÁ-DUDU, integrante do grupo musical

Banda YLÁ-DUDU e Zequinha Migu-l - professor, ator, motivador cultural e ex-secretário de Cultura em Angra dos Reis durante a década de 1990, além de fontes documentais levantadas antes da pandemia.

A pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2022, período de conclusão de nossa tese, seguiu vitimando a população brasileira, os índices de infecção e reinfecção eram elevados, exigindo todos os cuidados necessários para contatos presenciais. Sendo assim, reforçamos que para a elaboração do quarto capítulo continuamos tendo dificuldades para agendar as entrevistas, inclusive em uma das tentativas a militante estava em isolamento por estar contaminada pelo novo Coronavírus. Conseguimos entrevistas presenciais em 2022 com Maria Margarida Ferrei-a - militante do YLÁ-DUDU, integrante do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) representando o Movimento Negro, e Jaqueline Máximo - professora, militante do YLÁ-DUDU e presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial durante a primeira nomeação do COMPIR, em 2014. Além das entrevistas recentes, contamos também com publicações e produções acadêmicas (PEREIRA, 2008, 2020; SANTOS, 1985; GOHN, 1992, 1997, 2006; GOMES 2017; GONÇALVES; ANTUNES, 2008; DUSSEL, 2009, LANDER, 2005), fontes documentais, entrevistas realizadas antes da pandemia e legislação específica, com ênfase na questão étnico-racial.

Como mencionado, nosso trabalho de campo foi realizado entre os anos de 2019 e 2022. Para o desenvolvimento da tese, realizamos um total de cinco entrevistas – Fátima Rosa, Edna Baccaro, Zequinha Miguel, Maria Margarida Ferreira e Jaqueline Máximo - totalizando aproximadamente 296 minutos de gravação em áudio. Devido às dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, buscamos identificar narrativas de militantes do YLÁ-DUDU concedidas em entrevistas a outros pesquisadores e pesquisadores em trabalhos publicados, e, caso estivessem relacionados a nossos objetivos de pesquisas, faríamos a utilização dessas em nossas análises. Assim, a documentação produzida a partir da metodologia da história oral presente nessas pesquisas nos permitiram acessar a memória de fatos e processos sociais de contextos históricos vivenciados pela militância.

Ao privilegiar a história oral como metodologia³ fundamental desta pesquisa, faremos

³ Compreenderemos a História Oral como metodologia, mesmo com os avanços dos últimos anos sobre a História Oral, é comum encontrarmos artigos que buscam uma definição, buscando uma conceituação de sua aplicação, sendo uma “ferramenta”, “técnica”, “disciplina” etc. (MEIHY, 2006)

uma apresentação conceitual, bem como um breve debate teórico-bibliográfico⁴ sobre as contribuições e delimitações desse método qualitativo de pesquisa historiográfica, suas principais vantagens e potencialidades, principalmente por se tratar de uma metodologia que privilegia a interdisciplinaridade. Outro ponto fundamental, no que diz respeito à história oral, é a importância que esta estabelece com oralidade frente à primazia da escrita.

Levando em consideração que sujeito de pesquisa é uma entidade que luta pela promoção da igualdade racial, e que sua militância possui uma forte identidade negra e das africanidades, culturas fortemente influenciadas pela construção de significados por meio da palavra falada⁵, a tradição oral não pode ser relegada. Seguimos o ensinamento de Tierno Bokar, que poeticamente sintetizou a essência da oralidade africana:

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não é o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitem, assim como o baobá já existente em potencial em sua semente. (SALIF *apud* BÂ, 2010, p. 167).

A memória da militância para a discussão sobre entidades negras no Brasil destaca o seu papel de fonte histórica na construção do conhecimento, sendo um importante instrumento para obtenção de informações a partir da estruturação e da narrativa de saberes vivenciados. Partindo desse pressuposto, podemos concluir que a memória é premissa dialética da tradição oral. Buscamos, portanto, ter acesso a essas memórias por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, privilegiando e respeitando a fala e a tradição oral da militância do YLÁ-DUDU, pois:

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral. (VANZINA, 2013, p. 3).

O tratamento das entrevistas, bem como sua transcrição, seguindo os critérios acadêmicos e metodológicos da história oral, tornaram-se importantes fontes documentais para a reconstrução dos acontecimentos e fatos narrados⁶, tais saberes vivenciados se

⁴ C.f.: Alberti (2004 a-b), Ferreira e Amado (1996), Thompson (1992), Thomson (1997).

⁵ C.f.: Hempaté-Bâ (1982).

⁶ Não tomaremos tais fatos como “verdades absolutas”, as narrativas serão problematizadas e confrontadas, inclusive com outras fontes e documentos, e entre as próprias narrativas.

tornaram os principais fios nas amarras do conhecimento que se trançaram com esta pesquisa, a memória de resistência do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis.

Além de questões organizacionais e estruturais, encontramos certas dificuldades ao acesso de documentos escritos do YLÁ-DUDU, muitas fontes estão sob posse e cuidado de alguns militantes, que guardam os registros com zelo. Para reconstruir a memória do YLÁ-DUDU, tivemos acesso a uma parte desses documentos e contamos com a colaboração da militância que gentilmente nos concedeu sua análise para o confronto das informações fornecidas pelas entrevistas.

Todo esse debate se fundamenta na estrutura metodológica de nossa pesquisa, como alicerce necessário aos temas discutidos. Analisamos as narrativas dos militantes do YLÁ-DUDU como, fontes históricas, manejadas como objeto de análise e realização da construção não apenas da trajetória do Grupo de Consciência Negra, mas também como análises comparativas entre as próprias entrevistas dos militantes, sujeitos desta pesquisa. Os diferentes documentos e arquivos da entidade, assim como uma análise bibliográfica dos temas abordados pelos entrevistados, também fizeram parte da pesquisa.

Acima de todas as questões debatidas e apresentadas, não se pode deixar de mencionar a limitação ética no trabalho acadêmico. Ao realizar pesquisa com seres humanos, sujeitos históricos, que neste caso foi produzida por meio de entrevistas, todas as narrativas gravadas tiveram o consentimento e autorização dos entrevistados mediante documentação. Por se tratar de um trabalho que buscou dar visibilidade e projetar as ações de um movimento social negro em nível acadêmico, os militantes que concordaram em participar das entrevistas e assim permitiram, tiveram seus nomes mantidos como parte de sua identidade como protagonistas históricos.

CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ANGRA DOS REIS

Com um passado histórico colonial, presença de portos ilegais de tráfico de escravos, fazendas e engenhos de cana-de-açúcar, cafezais, quilombo–o - Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuhy, aldeia indígena – Tekoa Sapukai, comunidades caiçaras e imigrantes, a população de Angra dos Reis, apresenta nos dias atuais uma grande pluralidade étnico-racial, recorrente de sua constituição histórica. Um mapeamento nas produções acadêmicas sobre a cidade e região litorânea do sul do Estado do Rio de Janeiro, indicou trabalhos que abordam as demandas dessas comunidades que compõem a sociedade angrense, porém não foi encontrado nenhuma produção específica sobre as relações étnico-raciais estabelecidas ao longo da história do município. É nesta lacuna que se desenvolve o objetivo específico deste primeiro capítulo.

Com base nas análises das produções acadêmicas mapeadas, busca-se analisar as capilaridades do debate sobre as relações étnico-raciais em Angra dos Reis, para isso, faz-se necessário contextualizar a história do município, marcada pelo racismo, desde o final do Século XIX até os dias atuais. Destacando a luta de indígenas, negros e caiçaras ao território, acesso aos aparelhos de Estado pela população, democratização e participação política.

Trabalhos que apontaram as transformações no município e região, ao longo do recorte temporal proposto, foram analisados. Momentos históricos relevantes pesquisados serviram de base para os objetivos do debate proposto e contribuíram para a compreensão das desigualdades étnico-raciais. As fontes utilizadas nestas pesquisas acadêmicas, os registros levantados e as memórias dos atores sociais, sujeitos políticos de seu tempo auxiliaram na consecução do presente estudo e receberam destaque durante a construção do texto.

A presente pesquisa traz como principal sujeito de compreensão o Movimento Negro local, Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, por isso a luta dos negros e negras ao longo da história do município ganha destaque, mas nem por isso, outras identidades étnico-raciais foram abandonadas.

A presença de negros, indígenas e caiçaras no mesmo contexto histórico permitiu que a análise nestes moldes pudesse ser estabelecida, em certos momentos suas pautas de luta convergiam para os mesmos interesses, suas aflições e problemas políticos eram semelhantes, assim como as próprias forças as quais se mobilizavam para enfrentar. Se, a princípio, a história de Angra dos Reis, contada aqui pelo prisma das relações étnico-raciais confunde-se com a própria história de vida desses sujeitos, é porque dentre os objetivos tentou-se demonstrar a presença marcante do racismo em todo esse processo de materialização histórica local.

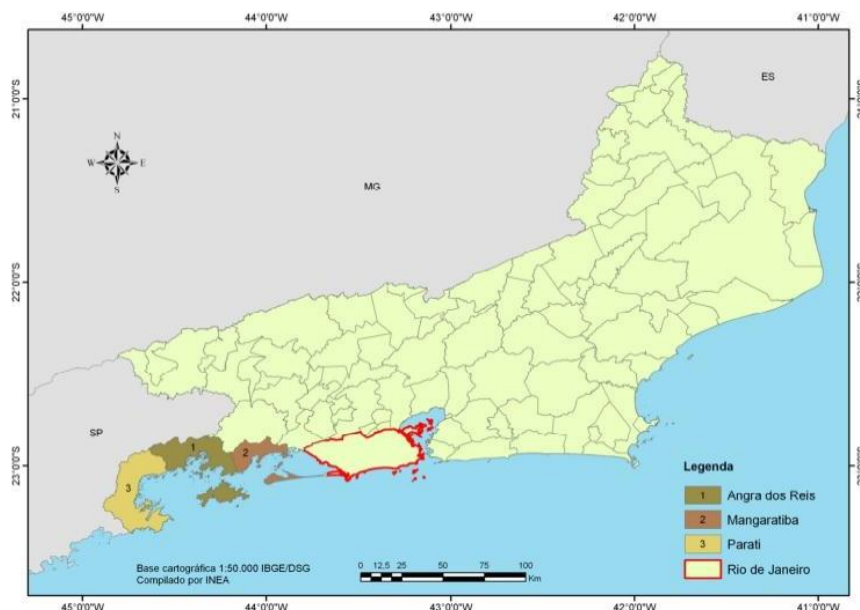
1.1 Angra dos Reis

*Vou cantar tua beleza
Angra dos Reis
Quem te conhece quer te ver
Mais uma vez*

*Teu cenário de grandeza
Joia rara de beleza
O teu nome é tradição
Tens dos teus filhos amor e carinho
No coração.*
(Hino de Angra dos Reis).

Uma Baía de águas calmas e quentes durante a maior parte do ano, protegidas pela Ilha Grande e se encontram com as encostas da serra que ainda preserva parte de uma cobertura florestal heterogênea ao longo de seu litoral. Segundo a letra do hino, um cenário de grandeza, joia rara de beleza sem dúvida se associado a um imaginário idealizado de riqueza natural paradisíaca. Angra dos Reis, evoca em seu nome essa idealização de “Paraíso Tropical”. Localizado ao sul do litoral fluminense, região também conhecida como Costa Verde, ao qual fazem parte outros dois municípios de seus limites territoriais, Mangaratiba e Paraty, como pode ser observado no mapa a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Localização da região da Costa Verde



Fonte: Correia (2012, p. 9).

A ocupação e exploração das terras de Angra dos Reis, historicamente se remetem ao século XVI, com a chegada dos primeiros invasores europeus, à época, índios Tupinambás guardavam o território. A partir daí os processos de conflito étnico-raciais começam a ser registrados ao longo dos séculos de sua história. Mesmo as características geográficas e naturais não sendo favoráveis aos interesses coloniais, a força do capital exploratório sempre se fez presente na região, “[...] a ocupação da região de Angra dos Reis teve nas restrições de acesso, o principal condicionante a ser superado. Esta imposição ambiental condicionou o isolamento do lugar durante a maior parte de sua história.” (ABREU, 2005, p. 24).

A intensificação da ocupação ocorreu durante o século XIX, com a produção de café, utilizando mão de obra negra escravizada oriundas da África que desembarcavam em portos ilegais nas propriedades à beira mar. Fato que aumentou o registro de conflitos étnico-raciais no município, permanecendo ao longo do século XX, após a abertura de estradas de rodagem, principalmente com o trecho da BR 101, que corta o município, conhecido como Rio-Santos, acelerando a industrialização e urbanização do município.

A consequente expansão urbana praticamente esgotou os melhores estoques de solo disponíveis, direcionando a ocupação para áreas cada vez menos aptas às novas formas de uso. Torna-se hoje um grande desafio para a gestão territorial de Angra dos Reis lidar com a escassez de áreas destinadas às atividades humanas, comprimidas em menos de 20% do território municipal (na maior parte, Planícies Costeiras), com exíguas opções de expansão. As demais áreas são inviáveis e/ou estão sob proteção de leis ambientais. Contudo, o processo de desenvolvimento iniciado com a rodovia Rio-Santos continua estabelecendo uma enorme pressão para a ocupação territorial destinada para fins urbanos e que, à revelia das restrições legais, ainda consome áreas de florestas, margens de rios, mangues e mar. A expansão agrícola também tem contribuído para a degradação ambiental no município, apesar da carência de solos e condições propícias. Gradualmente “empurrada” pela expansão urbana, avança sobre áreas de encosta florestada, impondo danos à preservação e conservação ambiental. (ABREU, 2005, p. 25).

A partir desta apresentação inicial do município, o recorte temporal delimitado neste capítulo sobre Angra dos Reis se ateve aos acontecimentos que o marcaram a partir do século XIX, principalmente no que se refere aos conflitos étnico-raciais identificados a partir deste período histórico. Os esforços concentrados nesta produção visam identificar a exclusão sofrida por indígenas, negros e caiçaras ao longo da história recente de Angra dos Reis.

1.2 Relações étnico-raciais no final do Século XIX

Branco é assim, quando chega vai logo dando nome a tudo, assim como esse nome aqui de Bracuí que pra nós é Y'racuí (buraco de areia fina), nossa língua é assim, tudo diferente... Branco entende tudo diferente. (João da Silva Verá Mirim)⁷

As memórias de João da Silva Verá Mirim, cacique da Aldeia *Tekoa Sapukai* em Angra dos Reis demonstram parte da complexidade ao se discutir sobre as relações étnico-raciais existentes no Brasil, principalmente a partir do processo de colonização europeia. “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista.” (QUIJANO, 2005, p. 107). Neste caso, em um dos territórios da região do litoral sul do Rio de Janeiro – o Bracuí em Angra dos Reis.

Eles “andavam para o bem” iluminados por Nhanderu. Nessa época não havia dificuldades, não havia fome, nem doenças, não havia nada errado, pois seguiam os ensinamentos do pai, Nhanderu. Não comiam as coisas desse mundo, não comiam sal. Comiam milho. Paravam onde o lugar “era deles”. Ficavam o tempo certo de produzirem seus alimentos. Não andavam por si, andavam pela iluminação de Nhanderu e cumpriam seus ensinamentos. Por onde andavam iam nomeando os lugares. Um dia chegaram a Tangará, que um dia os juruás chamariam de Angra dos Reis⁸. (LADEIRA, 2007, p. 142-148).

A presença do colonizador na região não apenas alterou o modo de vida e costumes dos povos nativos que habitavam a costa, trouxe doença, fome, guerras, destruição e morte. Existem registros historiográficos e antropológicos sobre a presença indígenas na região do litoral sul do Rio de Janeiro, assim como em todo estado antes do processo de ocupação europeu. Após 1500 populações indígenas serem dizimadas pelo colonizador e reduzem drasticamente, muitos povos continuaram seu processo de migração, caminhando para o interior do território em busca do “bem”. No caso dos atuais habitantes indígenas de Angra dos Reis, não há registros de sua presença na região durante o século XIX, a presença guarani Mbyá no estado do Rio de Janeiro foi detectada no século XX em diferentes momentos, desde o final da década de 1940, sendo “descobertos”, em 1972, com a abertura da Rio-Santos (BARROS, 2001). A discussão sobre

⁷ Entrevista concedida a Norielem Martins em 2015 na aldeia *Tekoa Sapuka* – Angra dos Reis - (MARTINS, 2016, p. 42).

⁸ Adaptação feita em LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: território M'bya à beira do oceano**. São Paulo: UNESP, 2007 (Sobre a história dos Guarani *M'bya*).

este contexto será estabelecida mais adiante, no item 4 deste primeiro capítulo. Porém, destaca-se que as relações étnico-raciais que irão se desdobrar no litoral sul fluminense, em fins do século XX, contam com a resistência de povos indígenas.

As pesquisas sobre Angra dos Reis apontaram as mais variadas formas de análise de sua sociedade, cultura, economia, política e outros aspectos que marcaram a história do município. Porém, ao estabelecer um mapeamento sobre essas produções acadêmicas identifica-se uma lacuna quanto às relações étnico-raciais que foram estabelecidas no município, principalmente no pós-abolição. Sabemos que até 1888, no limiar do sistema escravista as bases das relações sociais no Brasil eram determinadas pelo critério racial, onde as categorias *Livres* e *Escravos* determinavam as condições de cidadania de homens e mulheres e os marcadores sociais estavam condicionados a cor da pele. Em Angra dos Reis, estas relações não eram diferentes, embora com características próprias de seu materialismo histórico em fins do século XIX.

Tabela 1 – Taxas de crescimento anual da população livre e escrava existentes nas freguesias de Angra dos Reis, 1840-1872

Freguesias	1840-1856	1840-1856	1856-1872	1856-1872
	Livre %	Escrava %	Livre %	Escrava %
C	2,31	-0,13	0,47	-4,30
IG	2,89	-0,50	0,70	-3,98
R	0,34	-1,30	0,50	-5,05
M	3,17	-0,01	0,12	-6,06
Total	2,02	-0,55	0,25	-4,60

Fonte: Vasconcellos (2006, p.60).

Os estudos de Vasconcellos (2001; 2006) sobre famílias escravas no oitocentos são as principais contribuições para a compreensão das relações sociais estabelecidas em Angra Reis. ao longo do século XIX. Para a pesquisadora, após analisar a economia local, este fator foi determinante para o processo que estabelece as relações familiares de escravizados, e destes com pretos libertos e brancos livres. O típico escravista de Angra dos Reis era senhor de poucos escravos. Esse foi o perfil mais comum de propriedade, tanto na primeira quanto na segunda metade do século XIX (VASCONCELLOS, 2006, p. 90). Esta característica local é justificada pela autora como resultado de um quadro econômico próprio de Angra dos Reis.

Sabemos que o Oitocentos foi marcado por mudanças econômicas na localidade. Essas mudanças, sem dúvida, atingiram os percentuais de livres e de escravos; em particular, o de escravos. Acreditamos que, em meio às dificuldades para manter suas atividades, muitos homens e mulheres livres se viram na necessidade de vender alguns de seus cativos. Outros, devido ao elevado preço dos escravos verificado na segunda

metade do século XIX, tiveram grandes dificuldades em recorrer ao tráfico interno. Logo, o número de cativos diminuiu. (VASCONCELLOS, 2006, p. 57).

Utilizando-se de fontes primárias, secundárias e relatos de época, Vasconcellos (2006) aponta a diminuição da produção cafeeira na região do Vale do Paraíba sul fluminense e do movimento portuário em Angra dos Reis após a construção da Estrada de Ferro Pedro II⁹ como principal responsável pelas alterações na economia local, que seguia os ditames de ordem capitalista escravocrata e latifundiária hegemônica no Brasil ao longo do século XIX. A historiadora caracteriza tais mudanças em sua tese como “estagnação econômica” e “quadro de crise” (VASCONCELLOS, 2006, p. 56).

Em sua interessante dissertação de mestrado sobre o protocampesinato¹⁰ negro e o fabrico da cachaça em Angra dos Reis na segunda metade do século XIX, MARQUES (2011) segue nesta mesma lógica em sua análise sobre a economia local no referido contexto.

Vimos ao longo deste trabalho que os proprietários das unidades rurais de Angra dos Reis sofreram dois grandes impactos após 1850 - a abolição do tráfico transatlântico e a abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II. As propriedades que produziam cachaça para os mercados africanos e/ou aquelas que desempenhavam poucas atividades, atravessaram por dificuldades em obter e repor a mão de obra escrava, amplamente difundida. Apenas as unidades mais estruturadas conseguiram manter alguma produção. (MARQUES, 2011, p. 100).

Complementando as informações de Vasconcellos (2006), Marques (2011), aponta ainda o fim do tráfico transatlântico como outra característica que levou o município a “situação de crise” e “decadência do litoral sul fluminense” (MARQUES, 2011, p. 76). Dessa forma as duas historiadoras concluem a existência de uma relação direta entre a situação econômica de Angra dos Reis e as relações étnico-raciais estabelecidas entre pretos e brancos, nas palavras de Vasconcellos:

Isto é, nos anos mais favoráveis economicamente, um determinado grupo de homens livres encontrou possibilidades de acumular mão-de-obra. Com o passar da segunda parte dos oitocentos, a diminuição do número de escravos, em todo o município, se fez sentir também nas grandes propriedades. (VASCONCELLOS, 2006, p. 92).

⁹ Inaugurada em 1864, ligava as áreas produtoras de café do Vale do Paraíba ao porto do Rio de Janeiro, reduzindo a atividade econômica e portuária em Angra dos Reis, que anteriormente recebia parte da produção para ser escoada.

¹⁰ Escravos que realizam atividades agrícola nas parcelas de terra e de tempo concedido pelos senhores no interior das fazendas (MARQUES, 2011, p. 93). Esta categoria também pode ser relacionada a chamada *brecha camponesa*.

Esses apontamentos fazem refletir sobre o papel estruturante do racismo em prol do desenvolvimento da economia capitalista, principalmente no contexto de vigência do sistema escravista colonial. A hierarquização racial determinava a expropriação da liberdade e proventos da própria força de trabalho.

A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou *brancos* a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 110).

Para o capital agenciador do escravismo colonial não existe “crise”, ele desloca-se e continua se reproduzindo onde for mais favorável para a demanda de trabalho não assalariado, controla o não pagamento dos racialmente inferiores com a finalidade de maximizar seus próprios lucros. O controle das riquezas produzidas continua sob o privilégio e a desigualdade, estruturada pela hierarquia racial.

No caso de Angra dos Reis, uma questão pode ser levantada a partir deste quadro, se para os agenciadores do capital colonial as alterações econômicas desse deslocamento significam “decadência”, como os não detentores do capital *racialmente inferiores* podem assimilar esse processo dialético? No município em questão a “crise econômica” poderia ser uma oportunidade de garantir algo tão valioso quanto o controle dos próprios meios de produzir a subsistências, estava em jogo também a liberdade.

Em estudo pioneiro sobre a estrutura socioeconômica da região de Angra dos Reis, Guanzioli (1983) aponta interessante ângulo de análise nas estruturas econômicas e sociais que se formaram no município durante o desmonte do sistema escravista e monarquista, porém, não é consenso entre os pesquisadores. Em sua dissertação Santos (2009) destacou esta divergência entre as diferentes correntes de análise da estrutura econômica da região. Porém, enfatiza a análise que compreende a estrutura econômica de falência dos grandes latifundiários como uma oportunidade para novos agentes sociais revitalizarem a partir de suas necessidades a economia local no pós-abolição.

A chamada “decadência” na verdade garantiu o fortalecimento das condições de reprodução de grupos locais que anteriormente viviam à margem da gestão do território regional. Ao longo da primeira metade do século XX, novos agentes e

elementos surgem na formação sócio-espacial não mais atrelados ao sistema de objetos voltados para a atividade portuária. A progressiva expansão da bananicultura e o fortalecimento da atividade pesqueira são dois destes “novos” elementos no cenário regional. (MARAFON *et al. apud.* SANTOS, 2009, p. 42).

Seguindo esta linha de análise, Marques (2011) também apontou uma inflexão entre a decadência econômica capitalista e novas possibilidades de estrutura da propriedade produtora controlada por negros e negras em Angra dos Reis.

Entretanto, nas unidades rurais mais estruturadas onde as escravarias eram numerosas, muitas fazendas tiveram atividades abandonadas em consequência do rompimento dos vínculos comerciais, seja com o mercado interno (diminuição das atividades portuárias) ou externo (fim do tráfico de cativos com a costa africana), mas o caminho foi aberto para o desenvolvimento da agricultura de subsistência. A conjuntura de crise para os proprietários favoreceu a formação ou ampliação da experiência protocamponesa dos escravos nas unidades melhores estruturadas. Cada vez mais unidos pelos laços de parentesco e identitário, os cativos que permaneceram no litoral sul souberam agir para conquistar mais espaços de autonomia, o que ruía aos poucos o escravismo na região. (MARQUES, 2011, p. 76-77).

Para Vasconcellos (2006), essas alterações econômicas além das influências já citadas anteriormente, também foram responsáveis por um processo social observado em Angra dos Reis, que a historiadora classificou como “crioulização”. Sem determinar precisamente o conceito, pode-se inferir a partir da análise da historiadora, que este processo seria a categorização de escravizados nascidos no Brasil, classificados como “crioulos”. Para a autora, dois fatores podem ter sido determinantes para este fato nas propriedades de Angra dos Reis, o primeiro seria a compra de “crioulos” por escravocratas locais com disponibilidade de renda para este fim, o segundo, e para ela mais plausível, seria a reprodução natural de escravizados que constituíam família. Seriam portanto, uma geração de angrenses negros com tronco familiar de uma geração anterior africana, profunda vivência geracional na senzala (VASCONCELLOS, 2006, p. 67) que vivenciaria a conquista da liberdade.

Quadro 1 – Classificação dos escravos não africanos (1800 a 1888)

Origem/cor	Quantidade de escravos
Angrense	19
Cabra	5
Crioulo	98
Ilha grande	23
Mulato	9
Pardo	32
Total	186

Fonte: Marques (2011, p. 84).

Quadro 2 – Cor dos escravos de origem “Angrense” e Ilha Grande

Origem	Cor	Quantidade de escravos
Angrense	Pardo	7
	Pardo escuro	2
	Preto	10
	Total	19
Ilha Grande	Cabra	1
	Crioulo	7
	Crioulo / Preto	2
	Pardo	2
	Preto	11
	Total	23

Fonte: Marques (2011, p. 84).

A hipótese de Vasconcellos (2006) sobre uma geração de angrenses negros geradas por famílias privadas de sua liberdade, tem relação com o quadro desenvolvido por Marques (2011) onde constam informações acerca dos escravizados não africanos localizados em Angra dos Reis. Observa-se como origem “Angrense” e “Ilha Grande” e ambos chegando a um total de 42 (quarenta e dois), segundo os dados coletados junto aos inventários de sua pesquisa. Os descendentes desta geração angrense de negros são herdeiros e ainda habitam as terras da antiga fazenda Santa Rita do Bracuí.

O Breves, o Joaquim José Breves de Souza que era dono desse tempo dessas fazendas (...) que tinha escravo, tinha tudo e... essa minha bisavó era criada nessa fazenda de Santa Rita... por isso meu avô... a minha bisavó... quando ele morreu, antes de morrer (...) e deixou as terras pra todo aquele povo que era herdeiro de escravo. A minha bisavó ganhou 80 alqueires de terra, né? (ANTÔNIO SEIXAS, 2022)¹¹.

As memórias do Senhor Antônio Seixas contribuem para a compreensão dessa estrutura familiar que se forma em Angra dos Reis no limiar da abolição. Sendo descendente dos antigos trabalhadores da fazenda Santa Rita do Bracuí, representa a terceira geração de um tronco familiar que possuía vivência na senzala e herdou as terras da antiga propriedade. Ainda hoje, passados mais de 130 anos, lutam pela titulação de suas terras, um direito constitucional garantido. Porém, as dificuldades existentes neste processo são inerentes ao racismo institucional existente no Brasil, daí a importância de compreendermos as relações raciais que se constituem na sociedade angrense.

¹¹Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI da UFF para o projeto Jongos, Calangos e Folias. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/LABHOIUFFOficial>.

Seria negligente para os objetivos deste estudo ignorar as micro relações políticas estabelecidas no limiar da abolição, onde o quadro econômico não era favorável aos grandes proprietários. Estes valeram-se da influência paternalista do patriarcado, do clientelismo, e do racismo para garantir a influência de suas famílias. Seja na estrutura política local e manter domínio em suas propriedades, mesmo que estas estivessem de posse dos antigos trabalhadores, responsáveis agora por fazer girar a produção. Seja como bons samaritanos da Lei Áurea, buscando apropriação de todo processo de luta contra o escravismo, ao conceder a liberdade como benesse.

As relações étnico-raciais entre pretos e brancos estabelecidas antes e após a abolição são mais evidentes, diferentes fontes de pesquisa e estudos apontam as estratégias de negociação e conflitos existentes no Brasil. Sobre Angra dos Reis e região, poucas pesquisas empreenderam esforços para analisar estas relações, as que existem limitam-se a estrutura escravista e seu desmonte. Esta pesquisa não tem a pretensão de aprofundar-se neste objetivo, apenas compreender a origem das desigualdades étnico-raciais estabelecidas nos fins do século XIX e seu desenrolar, para concentrar esforços na análise das capilaridades desta questão no final do século XX e início do século XXI.

Nesta conjuntura, pairam dúvidas: Se no decorrer do sistema escravista as pesquisas apontam que as relações étnico-raciais são estabelecidas entre pretos e brancos, principalmente nas propriedades rurais, o que acontece com esta configuração nas primeiras décadas do século XX? Se o trabalho até então era exercido por negros nas propriedades rurais, qual a configuração racial dos trabalhadores rurais e urbanos de Angra dos Reis no pós-abolição? O mapeamento de produções científicas sobre Angra dos Reis e região deixa uma lacuna tão marcante e profunda quanto a tal “decadência” econômica que se abatia sobre o litoral sul em relação a esta questão.

1.3 Relações étnico-raciais na primeira metade do Século XX

*Meu avô era filho daqui mesmo, tinha família, então, tias, primos. Mas o pessoal aqui tinha muita visão: um sempre ajudava o outro. Às vezes um do lado de lá vinha fazer lavoura aqui. Quando tinha colheita, todo mundo ia colher, então **não faltava nada**. Às vezes o que só se*

comprava aqui era o sal, a roupa e o sapato. (Ondina Romão)¹²

Ondina Romão é descendente dos trabalhadores negros da antiga fazenda Santa Rita do Bracuí que herdaram as terras após o testamento de Joaquim de Souza Breves¹³. Suas memórias no presente retratam um tempo de prosperidade, solidariedade e liberdade para fortalecer as relações comunitárias e de ajuda mútua. O relato de prosperidade da terra contrasta com outros relatos de “decadência econômica” e “crise econômica” que se abatia sobre a região sul fluminense no período entre 1860-1930, reforçando a tese de Guanzioli (1983) sobre o fortalecimento das condições de reprodução de grupos locais frente aos detentores do grande capital.

Um dos homens mais influentes ao longo desse contexto na região do litoral sul fluminense foi Honório Lima, a quem incomodava a situação de “crise” e muito interessava a expansão do grande capital pela região, que nunca foi produzido no município diga-se de passagem, era proveniente de outras áreas, logo dependente de produção exógena. Também interessava a homens como Honório Lima o fim da estrutura produtiva das terras dos antigos trabalhadores dos latifúndios angrenses. Liderando inclusive uma campanha para construção de uma estrada de ferro na região “[...] para que o município de Angra dos Reis erga-se do abatimento em que se acha e dê vida aos municípios vizinhos.” (LIMA, 1972, p. 130).

Os primeiros anos pós-abolição são marcados pela transição do sistema monarquista para o republicano, onde os grandes proprietários de terra continuam mantendo poder econômico e influência política, esta estrutura ficou conhecida na historiografia brasileira como coronelismo¹⁴. Honório Lima foi um dos expoentes dessa prática política em Angra dos Reis, profundo conhecedor do potencial das terras e localização estratégica da região, deixando essas observações registradas em seus escritos.

Mormente nas vargens de Bracuí, Frade, Ariró, Jacuecanga, Serra d'água e outras, o milho é plantado do mês de maio ao de dezembro, granando perfeitamente as espigas. O feijão planta-se duas vezes - em fevereiro e agosto - e colhe-se outras tantas, em

¹² Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI da UFF para o projeto - Jongos, Calangos e Folias. Disponível em <https://www.youtube.com/c/LABHOIUffOficial>

¹³ SOUZA; MATTOS; ABREU. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí (2009).

¹⁴ Segundo José Murilo de Carvalho (1997), “[...] coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária”.

maio e novembro. O arroz produz aí de modo extraordinário, como em parte alguma do Brasil. (LIMA, 1972, p. 128).

Nutria esperança de se apropriar das terras que outrora pertenceram a família Breves, mas que agora estavam sobre os domínios dos antigos trabalhadores negros da fazenda e seus herdeiros, exercendo seu poder de influência frente ao Estado.

General Honório Lima, um oficial do Exército, veterano do Paraguai, ex-Comandante Geral da Força Policial da Província Fluminense, Presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis, Deputado à Assembleia Legislativa do antigo Estado do Rio de Janeiro, benfeitor da Santa Casa e da Igreja Matriz. Lima nasceu em Angra, em 23 de setembro de 1852 e faleceu em 23 de fevereiro de 1926. (SOUZA, 1986, p. 35).

Com esse currículo e provavelmente aceito em muitos círculos de poder, o “coronel” não tardou para colocar seu projeto latifundiário em curso, segundo relatos das pessoas mais velhas do quilombo, por volta de 1904-1905, alguns antigos moradores, acreditando assinar o documento de legalização da posse, teriam assinado a venda (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS, 2016, p. 397).

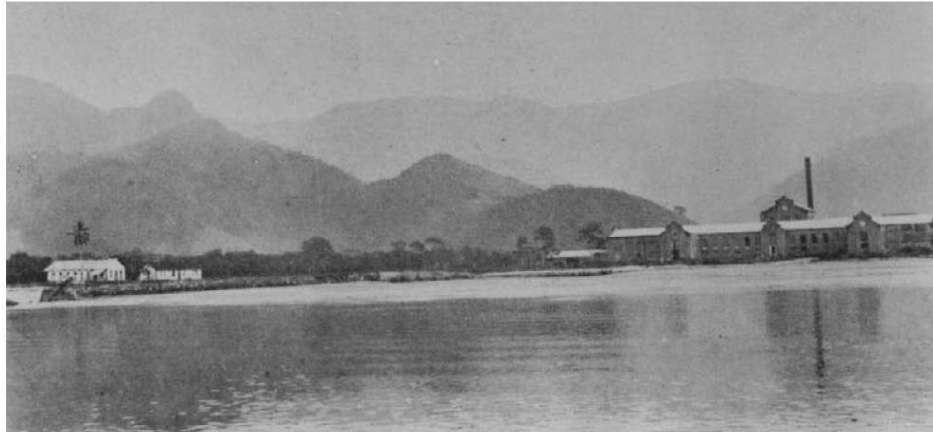
Outra questão importante, é que mesmo de posse de um testamento, os quilombolas do Bracuí não escaparam da especulação imobiliária, que teve início com Honório Lima, já a partir de 1900, ou seja, 20 anos após a morte de Souza Breve, Honório Lima investe fortemente para ocupar as terras dos quilombolas e pra isso toma a seguinte medida: conseguiu que os moradores assinassem junto ao Juiz do Registro Civil e do delegado de polícia o reconhecimento de que a fazenda lhe tinha sido vendida. Como eram quase todos(as) analfabetos(as), assinaram o documento pensando se tratar de papéis para legalizar suas terras. (BERNARDO, 2014, p. 49)

Esse exemplo é um dos mais emblemáticos no município, com vasta documentação e produção acadêmica¹⁵ sobre este arranjo político de expropriação das terras quilombolas do Bracuí, é possível observar parte das terras em litígio na Figura 2. Não é o único protagonizado pelos remanescentes da Fazenda Santa Rita, outros casos envolvendo a propriedade das terras irão acontecer em diferentes contextos, este foi apenas o primeiro. Sem dúvida não é o único território a ser cobiçado e expropriado envolvendo comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e pescadores, nos primeiros anos do século XX, com os interesses do grande capital afastados da região, a especulação seria uma futura fonte de benefícios para os latifundiários. Outros casos como este, aguardam pesquisas mais detalhadas e carecem de análise para apontamentos. No caso em destaque, exemplifica-se a existência de um conflito proveniente

¹⁵ SOUZA; MATTOS; ABREU. Relatório Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí (2009).

das desigualdades étnico-raciais em Angra dos Reis no pós-abolição, onde um agente do capital branco assedia e expropria as terras de uma comunidade rural negra (Figura 2) com desdobramentos que serão analisados futuramente.

Figura 2 – Antigo Engenho de Cana na localidade de Bracuí



Fonte: Correa (2012, p. 75).

A cobiça às terras de comunidades de trabalhadores rurais e pescadores neste contexto cresce principalmente pelo desenvolvimento observado na produtividade local da banana e do pescado voltados para a comercialização, duas atividades exercidas por uma estrutura familiar local, mas que em sua maioria produziam apenas para a subsistência.

Para começar, a progressiva expansão da bananicultura a partir das décadas de vinte e trinta, irá recolocar a produção agropecuária da região no fluxo de comercialização. O cultivo da banana se expande em função do aumento do consumo, tornando-se um produto de fácil comercialização. As terras abandonadas pelo café passam agora a ser aproveitadas para a bananicultura, que cultivada nas encostas das montanhas por pequenos produtores com mão-de-obra familiar e utilizando tecnologia rudimentar (explorando basicamente a fertilidade do solo) provocam o rápido esgotamento do solo, exigindo, dessa forma, uma permanente rotação das terras. (BERTONCELLO, 1992, p. 51).

Segundo Souza (1986), em 1946 o município de Angra dos Reis contribuía com 25% da produção pesqueira do Estado. Cabe destacar que a pesca é uma atividade impulsionada basicamente por membros da comunidade local, ocupando assim um contingente importante de mão-de-obra. (MARAFON *et al.*, 2005, p. 53).

Segundo Santos (2009) a agricultura era basicamente de subsistência, a banana era a única produção comercializada. A exploração e ocupação da terra se davam basicamente por ex-escravos das antigas fazendas de café. Valendo-se dos estudos de Bartoncello (1992) apresenta a típica propriedade rural de Angra dos Reis como posse dos trabalhadores rurais

negros, agora envolvidos na produção e comercialização da banana. Em síntese, grandes propriedades coexistem com pequenas, que em sua maior parte encontram-se sob condições legalmente irregulares, com um número elevado de “posseiros” (BERTONCELLO *apud* SANTOS, 2009, p. 47). Embora a posse legal das terras não estivesse com os trabalhadores, estes eram ocupantes de fato e responsáveis pela produção. Situação que irá protagonizar conflitos fundiários, mas que por trás apresentam uma questão étnico-racial, pois os trabalhadores rurais em sua maioria eram negros. Não obstante, comunidades de pescadores locais identificados como *caiçaras*, não estavam alheios aos interesses do grande capital e futuramente também seriam assediados e expropriados por localizarem-se em regiões litorâneas e praias, com alto valor especulativo imobiliário.

Nas figuras 3 e 4 pode-se observar a importância da pesca para a comunidade local no contexto em questão, seja para subsistência como ocorre até a atualidade com os pescadores artesanais e suas canoas *caiçaras*, ou para atender a comercialização e indústria, a economia movimentada pelo pescado é uma das únicas endógenas na região (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Pescadores e suas canoas em frente ao antigo mercado do peixe, Angra dos Reis, 1958



Fonte: Correa (2012, p. 80).

Figura 4 – Desembarque de camarão e peixe no porto de Angra dos Reis, 1958



Fonte: Correa (2012, p. 80).

Os primeiros 40 anos do século XX são caracterizados por esta estrutura, a produção local era rural voltada para a agricultura de subsistência, com exceção dos produtos que eram comercializados girando em torno da bananicultura e do pescado. As relações sociais e a estrutura fundiária se mantêm inalteradas em relação aos períodos anteriores (ABREU, 2005). Mesmo após os primeiros investimentos capitalistas em transporte agenciados pelo Estado - abertura da rodovia RJ-155, construção de um ramal ferroviário ambos integrando Angra dos Reis à região do Vale do Paraíba fluminense e a expansão do porto - esta última pode ser observada na Figura 5.

Figura 5 – Porto de Angra dos Reis em fase de construção, 1928



Fonte: Abreu (2005, p. 35).

Com a reintegração da rede viária de transporte e comunicação o município aumentou o volume de capital exógeno circulante. Ainda neste contexto, a inauguração da Escola Naval possibilita a geração de um ambiente favorável em termos de segurança, apoio institucional e nas relações entre a sociedade local e nacional (BARTONCELLO, 1992 *apud* CORREA, 2012, p. 57). Essa conjugação de fatores atrai ainda mais os interesses do grande capital para a região, o contexto brasileiro de “industrialização tardia” fomentada pelo Estado com inúmeras facilidades para atrair capitais externos, seria mais um atrativo para o ingresso dessa enseada de águas tranquilas no setor secundário da economia capitalista. Quer tenha sido impulsionada pela bananicultura, pela pesca, ou pelas novas ligações, rodoviárias e ferroviárias, a dinâmica sócio espacial ganhou força e a segunda metade do século confirmou tal dinâmica (SANTOS, 2009, p. 47).

Na década de 1950 ocorreu um investimento capitalista de grande porte com origem holandesa. Instalando-se na região após a concessão de áreas da União, benefícios fiscais, e de créditos, o *Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S/A* foi a primeira indústria naval de grande porte em Angra dos Reis, localizada na planície da Jacuecanga os impactos de suas instalações podem ser observados na Figura 6. O novo polo industrial voltado para construção naval, contava com a integração de matéria prima da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) produzida em Volta Redonda, resultado da política nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubistcheck, gerando impactos na organização socioeconômica e espacial do município, que

até então era essencialmente rural e agrário. Para os interesses desta pesquisa convém ressaltar o advento da industrialização, pois a composição social do município se modifica com a formação de uma classe trabalhadora fabril composta em sua maioria de metalúrgicos (ABREU, 2005). O aumento da população (Figura 6) é resultado desta política econômica, como podemos observar na Tabela 2, muitos trabalhadores provenientes de áreas rurais se deslocam para trabalhar na indústria.

Figura 6 – Planície de Jacuecanga e o *antigo* Estaleiro Verolme em destaque, s/d



Fonte: Correa (2012, p. 55).

Tabela 2 – População residente em Angra dos Reis (1950-2010)

Setor	População (nº total de habitantes)						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	13.877	15.393	21.076	28.868	7.126	4.943	6.221
Urbana	7.052	13.380	19.200	28.993	78.445	114.237	163.290
TOTAL	20.929	28.773	40.276	57.861	85.571	119.180	169.511

Fonte: Cide, Banco de Dados Municipal.

Os meus familiares todos passaram pela Verolme, todas as pessoas que a gente conhece em Angra passou pela Verolme e de muitos outros municípios, que a gente anda por essas redondezas, passaram pela Verolme, norte de Minas, interior de São Paulo, Costa Verde (...) porque a Verolme foi uma empresa que já teve doze mil funcionários diretos e, indiretamente, representava aí quase vinte mil trabalhadores. Então ela era fundamental na questão social, econômica do Rio de Janeiro, não só de Angra dos Reis. (ELETRICISTA 1, 2022).

Ao desenvolver sua pesquisa de dissertação de mestrado sobre a saúde dos trabalhadores desempregados após o estaleiro Verolme encerrar suas atividades, Sant'anna (2000) apresenta a trajetória dos metalúrgicos que contribuíram para as transformações sociais e econômicas observadas na história de Angra dos Reis. Sem detalhar metodologicamente a organização das entrevistas e justificar a ausência dos nomes dos trabalhadores, os identificou apenas pela função que ocupavam na indústria, seguida de um numeral crescente. No caso da narrativa em destaque, as memórias do *eletricista 1* sobre o estaleiro contribuem para a compreensão das alterações que o município sofreu a partir da segunda metade do século XX com o desenvolvimento das atividades industriais. Empregando munícipes e trabalhadores de regiões vizinhas, promoveu a qualificação por meio de um convênio firmado entre Furnas, Petrobrás, governo estadual e o municipal, fomentando o Centro Regional de Educação e Trabalho em Angra dos Reis, em que formava os operários e os técnicos que estas empresas necessitam (GUANZIROLI, 1983).

O estaleiro Verolme foi, portanto, um marco na história moderna da micro-região da Baía da Ilha Grande e do município de Angra dos Reis em particular. Se antes de sua implantação e funcionamento, o mercado de trabalho vivia de atividades agropecuárias e da incipiente indústria da pesca, a partir dele observou-se mudanças profundas nesse mercado, com qualificação de mão-de-obra local e atração de mão-de-obra de outras regiões do estado do Rio de Janeiro. O crescimento populacional observado entre 1940 e 1970 é bastante significativo, passando de pouco mais de 18 mil habitantes em 1940 para pouco mais de 40 mil habitantes em 1970 e, certamente, o desenvolvimento da indústria na região deve ser visto como um importante fator de atração populacional. (SANTOS, 2009, p. 50).

O desenvolvimento urbano¹⁶ e modernização do núcleo central da cidade também ocorreram na primeira metade do século XX como pode-se observar nas Figuras 7, 8 e 9, antigos casarões coloniais que resistiram ao tempo de abandono e não haviam desabado, foram demolidos. Porém, nas áreas rurais as mudanças serão observadas apenas durante a construção do trecho da rodovia BR 101, conhecida como Rio-Santos, na segunda metade do século XX. Exprimida entre a encosta dos morros e o mar, a estrada corta toda a região litorânea sul fluminense e integra a Costa Verde ao eixo Rio-São Paulo. Sua construção foi objeto de análise em diversas pesquisas acadêmicas, devido aos impactos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais promovidos na região, juntamente a outros dois novos investimentos, a instalação do Terminal da Baía da Ilha Grande (Tebig) e a construção da Central de Usinas

¹⁶ Angra dos Reis foi elevada à categoria de cidade em 1938.

Nucleares. As contribuições destas pesquisas auxiliaram o próximo tópico deste capítulo, mas o enfoque proposto irá destacar conflitos e resistências provenientes das relações étnico-raciais neste contexto (Figuras 7, 8 e 9).

Figura 7 – Demolições na região central de Angra na década de 1940



Fonte: Abreu (2005, p. 36).

Figura 8 – Região central de Angra, década de 1940



Fonte: Abreu (2005, p. 58).

Figura 9 – Vista do centro de Angra dos Reis a partir da Baía da Ilha Grande



Fonte: Correa (2012, p. 118).

1.4 Relações étnico-raciais na segunda metade do século XX

A presença de diferentes comunidades e as relações étnico-raciais existentes no litoral sul fluminense apresentadas até aqui, representam uma construção histórica que desde antes dos tempos coloniais marcam a ocupação humana nesta região. Indígenas, africanos e seus descendentes, e caiçaras mantinham uma relação própria com a terra e o mar, de onde estabeleciam seus rituais, práticas culturais e sustento. As primeiras alterações buscando a retomada do desenvolvimento, após o ciclo da produção cafeeira, trouxeram investimentos de capital estrangeiro e a implantação da indústria naval de grande porte, formando uma classe de operários. Porém, o impacto nas relações sociais e étnico-raciais, envolvendo conflitos e resistência dos grupos aliçados pelo grande capital se tornam mais frequentes com a construção da Rio-Santos, uma divisão geográfica e social que a rodovia estabelece na região, além de seus impactos ambientais. Soma-se a ela, as instalações do Terminal da Baía da Ilha Grande (Tebig) e a construção da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, que abriga as usinas nucleares (Angra I, Angra II e Angra III, em fase de construção).

A estrada... Essa daí quando chegou, chegou derrubando tudo. Derrubou mais foi muito bananal e cortou a vida de gente no meio, pois riscou a fazenda de Santa Rita em dois pedaços. De primeiro, eu mais minha primeira família morava lá em cima do morro, ali perto da pousada, já entrando pro sertão, do lado esquerdo do rio, mas apareceu uma rachadura na minha casa, por conta de uma rachadura no morro... Eu não sabia o que era aquilo, mas podia ser por causa da estrada. A estrada cortou uma água que eu mais minha família bebia, desviou o curso da natureza né, então podia ser por causa disso. Fiquei com medo, o buraco era muito grande. Então resolvi descer... Desci e fui morar no mesmo rumo, mas pro lado da beira-mar, perto da Igreja de São José, num lugar que meu pai tinha costume de fazer as roças dele. Porque aqui a gente tinha o lugar de morar e tinha também o lugar de fazer a roça, plantar... Então fui morar lá. (MORAES, 2009 *apud* SOUZA; MATTOS; ABREU, 2009, p. 62).

Cortou as terras da fazenda, cortou as bananeiras, cortou a água, cortou a vida, assim as memórias do Senhor Manoel Moraes descrevem o impacto da construção da rodovia Rio-Santos para os moradores do Bracuí. Enquanto liderança da comunidade, a frente dos principais conflitos que envolveram as terras da antiga fazenda de Santa Rita e jogueiro, suas sábias palavras traduzem os problemas que os trabalhadores rurais negros daquela localidade sofreram com a construção da estrada. A obra que prometia o “progresso” e o “desenvolvimento” da região se desdobrou em conflitos que marcam até hoje a trajetória de muitas comunidades.

Cortando o município em toda a sua extensão, a BR-101 foi, dos projetos implantados na década de 1970, o responsável pelas maiores transformações no município, tanto a nível social quanto ambiental. A construção do primeiro trecho da rodovia foi feito de 1972 a 1974. A abertura desta estrada, que liga os dois maiores centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo, viabiliza o Projeto TURIS, que planeja o aproveitamento turístico de toda a região (litoral Rio-Santos). O Projeto TURIS, elaborado pela EMBRATUR de 1970 a 1973, analisou e classificou toda a faixa costeira e as ilhas existentes entre Santa Cruz (RJ) e Santos (SP). À Angra coube a indicação como área para exploração do turismo chamado “classe A”, ou seja, um turismo de hotéis cinco estrelas e o loteamento de grandes áreas e condomínios fechados (das 98 praias de Angra analisadas, 89 foram classificadas como de turismo “classe A”). Para agilizar o processo de regularização fundiária, base do projeto turístico a ser implantado no município, em 1972 esta área é declarada ÁREA PRIORITÁRIA PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, pelo Decreto nº 70.986, de 16/08/1972, passando para o INCRA a responsabilidade de execução destes processos. No ano seguinte, pela Resolução nº 413, de 13/02/1973, Angra passa ser considerada ZONA PRIORITÁRIA DE INTERESSE TURÍSTICO (Decreto nº 71.791, de 31/01/1973). Com essas medidas, o campo fica aberto para a apropriação do solo pelo capital. Com efeito, inicia-se, então, um processo de parcelamento do solo, em que as áreas antes ocupadas por posseiros e/ou pescadores cedem espaços para os condomínios fechados. (GUIMARÃES, 1998, p. 44).

Os principais conflitos registrados estão relacionados à questão fundiária, expropriação de terras para comercialização destinada aos empreendimentos turísticos que se avolumaram após a abertura da estrada. A territorialidade é fundamental para as comunidades rurais e pescadoras, não apenas porque é da terra e do mar que retiram seu sustento, mas também às práticas culturais a ela relacionadas, perder a terra é arrancar uma importante parte da identidade destas comunidades.

Quando tudo começou a acontecer em Itaorna, nós estávamos puxando rede na praia. Quando chegaram homens de terno e gravata, aparência de muito rico, dizendo: ‘Quero comprar de vocês canoa, remo, rede, tudo de pescaria. De quem são estas crianças? Posso batizar? Assim somos compadres, assim seremos uma só família (...). Depois que esses homens chegaram acabou nosso sossego. Querendo à força comprar casas, ranchos, enfim, tudo que ali cultivavam (benfeitorias). Alguns venderam, outros não. Esses que venderam foram embora do lugar, indo morar nos morros da cidade (periferia). O lugar ficou vazio. (...). (SOUZA, 1996).

Um dia chegou um homem aqui, de terno, pasta, boa veste e disse que era oficial de justiça. Veio acompanhado de mais oito homens que pelo jeito que tava vestido nós via que era polícia. Chegou, bateu aí na minha porta e eu fui atender. Então ele disse: “Dona Joana, eu sou oficial de justiça e sobrinho do chefe que comprou Bracuí. A senhora sabe que tem muita gente sendo despejada daqui porque meu tio comprou essa terra e é dono daqui. Vim aqui avisar pra senhora que se dentro de dezessete dias a senhora não sair daqui nós voltamos aqui e botamos fogo na sua casa, então é bom a senhora sair daqui por bem porque de outro modo a senhora sai por mal e de qualquer jeito, sem casa, sem nada que nem o resto do pessoal que teimou com a gente. A gente tira as coisas da senhora da casa e bota fogo nela!” Então eu disse assim: “Ô doutor, vou falar uma coisa pro senhor, nessa casa nasceu meu bisavô, meu avô, meu pai, eu e meus irmãos... Se senhor quiser vim aqui pra tomar um café, comer uma comidinha de pobre o senhor é bem recebido, mas se o senhor tá pensando em botar fogo na

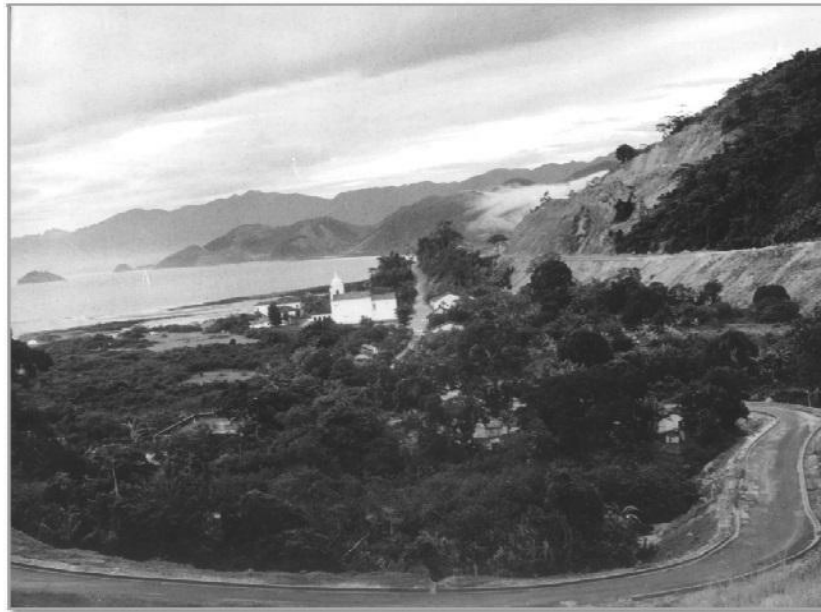
minha casa, fique sabendo que não entra nela não! Nem o senhor, nem ninguém do governo! Porque quem manda na minha casa primeiro é Deus, depois eu e depois o meu marido! Minha casa é de pobre, mas exijo respeito. O senhor botou fogo na casa da Deodata, na casa do Diniz, e saiu campando, mas na minha não põe que eu não deixo. Posso respeitar o senhor como homem, mas não como agressor. O senhor fez e faz isso com essa gente porque eles calçam sapato da biqueira pro calcanhar mas comigo o senhor não vai fazer isso não. (SANTOS, 2009 *apud* SOUZA; MATTOS; ABREU, 2009, p. 64).

As memórias dos moradores endossam a forma de assédio promovido pelos agentes do grande capital, em diferentes comunidades se portavam da mesma forma, tanto na prática de vestir quanto na abordagem, primeiro com ofertas de compra e compadrio e depois com intimidações e violências. Em Itaorna a comunidade caiçara resistiu o quanto pôde para se manter à beira-mar, resistência também de Dona Joana para se manter nas terras à beira do rio Bracuí junto à comunidade negra. Como ela, muitos outros não saíram e permaneceram em suas terras. Mas sofreram com as transformações promovidas pelas obras da estrada e até hoje lutam pela titulação e registro de suas terras.

Encontremo a caravana com a notícia da cidade. / Tava fazeno a picada pra estrada de rodagem. / Pra encurtar essa conversa / pode acreditar meu moço vi o morro do Predroso ser cortado pelo meio/ e essa estrada tão bonita que cantei nesse ponteio/ foi trocada pelo asfalto, frio, faminto e feio/ Roceiro virou pedreiro trabaiano em construção fez as casa do estrangeiro/ o grileiro de nosso chão. Tropeiro patrão de burro, hoje é burro de patrão. / Tem no peito um sussurro quando vê um lote de burro/ passando de caminhão. / E esse filho de tropeiro nasceu pra ser violeiro. / Fez um poema ligeiro contando a devastação. / E esse filho de tropeiro nasceu pra ser violeiro. / Fez um poema ligeiro contando a devastação.(LUÍS PEREQUÊ, 2022).

A sensibilidade do artista de Paraty-RJ Luís Perequê se transforma em palavras e suas palavras em versos que cantam o desencanto com o “progresso”. Em *Poema de Tropeiro* os caminhos das trilhas em meio a natureza dão lugar a rodovia, que primeiro traz os impactos ambientais, a destruição de paisagens naturais, para depois gerar os impactos sociais e culturais no modo de vida de comunidades rurais da região do litoral sul fluminense, alvos da expropriação de terras para especulação de empreendimentos imobiliários. E assim se fez a Rio-Santos (Figura 10)...

Figura 10 – Trecho da BR 101 em construção na região de Vila Histórica de Mambucaba, 1974



Fonte: Correa (2012, p. 98).

A construção do trecho da BR-101, conhecida como rodovia Rio-Santos atendia aos interesses dos governos militares, que à época estava sob o comando de Emilio G. Médici. O projeto político do governo federal pretendia integrar a região litorânea do sul do Estado do Rio de Janeiro ao complexo industrial de Santa Cruz e conectar a região ao eixo Rio-São Paulo para a exploração do turismo. A obra também atendia a execução de outros dois projetos para a região de Angra dos Reis, a implantação do Terminal da Baía da Ilha Grande (Tebig) e a construção da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) que abriga atualmente as Usinas Angra I e II em atividade e a obra inconclusa de Angra III.

Quando comparado às construções da Rio-Santos e da CNAAA, o Tebig da Petrobras (Figura 11) é considerada uma obra que gerou menos impactos sociais, não havendo registros de expropriação de terras e deslocamento da população costeira na área onde foi implantado. Mas nem por isso deixou de alterar a dinâmica local, em seu projeto existe uma vila residencial (Ponto A – Figura 12) que atende aos trabalhadores especializados do Terminal petrolífero que em sua maioria não eram da região. A obra promoveu também impactos ambientais, como afirma Abreu (2005):

TEBIG, maior terminal brasileiro de petróleo abastece de óleo as refinarias de Duque de Caxias (RJ) e Gabriel Passos (MG). A construção de canais na baía e outras obras

movimentaram 7 milhões de m³ de terra quando de sua implantação. Desde então ocorreram 07 acidentes significativos em sua operação. (ABREU, 2005, p. 48).

Figura 11 – Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande



Fonte: Abreu (2005, p. 45).

Figura 12 – Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande, ponto A: Complexo do Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande, ponto B: Vila residencial dos trabalhadores do Tebig



Fonte: Google Maps® (2022).

Localizado na região da ponta leste, baía de Jacuecanga em Angra dos Reis, todo o complexo do terminal pode ser observado nas Figuras 11 e 12, bem próximo a área do antigo Estaleiro Verolme. Se por um lado, grandes impactos sociais não foram registrados durante sua construção, na outra extremidade da cidade, região de Mambucaba, o resultado não foi o mesmo durante a construção da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA). Atingindo populações que viviam à beira-mar e alterando de forma brutal a estrutura física e natural da

localidade, promovendo uma grande devastação da vegetação local, da vida marinha e colocando em risco a população devido aos possíveis efeitos da radioatividade.

O primeiro passo para iniciar o projeto foi dado em 1956 com a criação da Cnen, Comissão Nacional de Energia Nuclear, estabeleceu convênios e recebeu apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), sob a égide do Almirante Álvaro Alberto. O golpe militar de 1964 permitiu o controle pelas forças armadas do projeto que seguiu seu curso e transferiu para Furnas os esforços de implantar as usinas nucleares. As estreitas relações políticas e econômicas do então governo militar brasileiro com os Estados Unidos viabilizaram a compra do reator (SANTOS, 2009) junto a empresa Westinghouse.

O Programa Nuclear Brasileiro, no final da década de sessenta, escolhe Angra dos Reis para instalar sua primeira usina. Neste sentido, iniciam-se as obras de construção da usina Angra I (1970), localizada na Praia de Itaorna, a cerca de 30km do centro. O processo de implantação deste projeto causou grandes mudanças na vida do município, seja em função dos riscos a que a população fica sujeita pela própria operação da central, seja pelos impactos inerentes a uma obra de construção civil deste porte. (GUIMARÃES, 1998, p. 44).

Em sua pesquisa, Correa (2012) aponta alterações socioambientais após a construção da CNAEA, salienta a desestruturação de atividades tradicionais, falta de trabalho para a mão-de-obra utilizada temporariamente na fase de construção, não havendo qualificação, aperfeiçoamento ou treinamento técnico, transformações nos regimes de propriedade e de uso do solo, modificações no meio ambiente, ocupação de grandes superfícies e deslocamentos populacionais. Fatos registrados na comunidade caiçara da praia de Itaorna (Figura 13) sendo deslocada para implantação do projeto que incluía o Brasil no mapa dos grandes investimentos científicos e da produção energética nuclear.

Figura 13 – Itaorna, início das construções da CNAAA



Fonte: Sevalho (2018, p. 54).

O processo de desapropriação foi completamente ilícito (...) as pessoas ficaram doentes, tudo foi muito doentio. Ninguém sabia o que era radiação, ficava difícil pro pescador que morava lá naquela casinha provar para o estado que aquela terra pertencia à família dele, ninguém sabia de nada. (RECULTURA CAIÇARA, 2017. Relato do Baptista, ex-morador de Itaorna).

[...]

Muitos moradores de Itaorna foram para outros municípios e bairros vizinhos. Durante relato com o Baptista, ex-morador de Itaorna, as pessoas não querem lembrar como era Itaorna antes das usinas. Foi um trauma coletivo perder suas terras para um grande investimento estatal. Em conjunto com esse trauma, gerou-se um ocultamento da memória social de Itaorna. A Eletronuclear não apresenta um estudo histórico da região, ressaltando a importância cultural dos antigos moradores que preservaram a Mata Atlântica do entorno. Razões de ordem política desconsideravam aspectos humanos relacionados à política do bem viver. Não havia necessidade real de se construir usinas nucleares em meio a um local de extrema preservação ambiental, no bioma mais desmatado do país. (SEVALHO, 2018, p. 45-46).

A pesquisa de Sevalho (2018) ao trazer o relato de antigos moradores registra o quanto foi doloroso e traumático o processo de desapropriação dos caiçaras de Itaorna, o quanto a relação dessa população com a natureza significava no cotidiano dos pescadores e agricultores locais. Mesmo após as obras serem concluídas, a Eletronuclear não fez registros e arquivos públicos que atestem a memória dos antigos habitantes da praia. Ribeiro (2005), ao reunir documentação para suas pesquisas, encontrou registros de antigos moradores que descreveram e narraram a mudança em suas vidas. Nos relatos fica evidente a tristeza que estes sentiram ao

perder seu território, e foram acometidos por uma aflição tão profunda, um *banzo* que os levou a óbito.

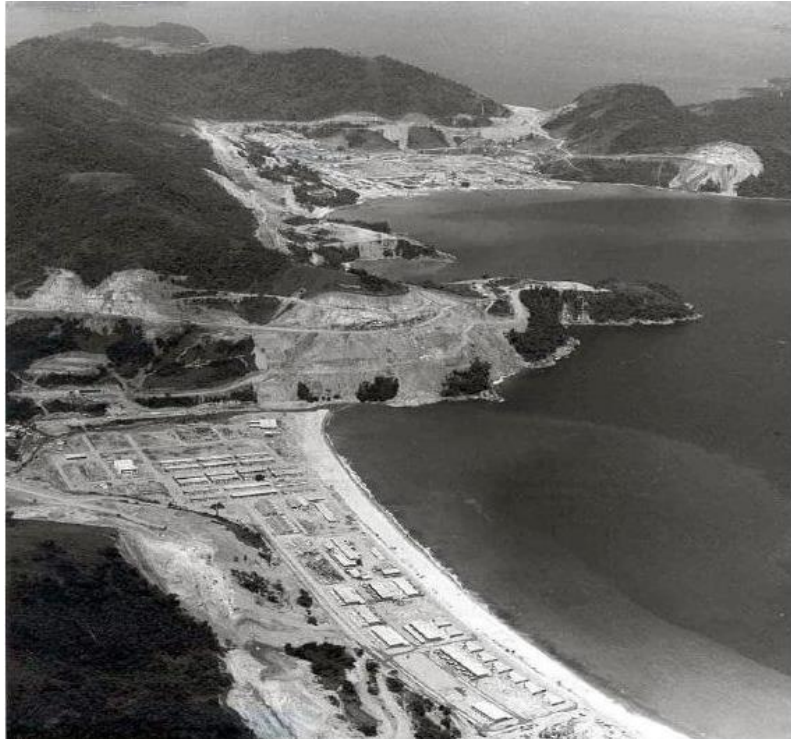
Chegaram outros homens dizendo que iam iniciar a construção de uma empresa que iria dar muito emprego e estabilidade de vida a todos que nela trabalhassem. Começaram a dizer que a empresa era Furnas Centrais Elétricas S.A., que iria mexer com eletricidade e que todos os moradores do lugar iriam ter luz elétrica em casa. Mas o lugar tinha que ser desocupado e a empresa daria casas para os que todos nela trabalhassem. Os moradores mais velhos quando viram pessoas estranhas chegando, se sentiram invadidos. Foram adoecendo e morrendo de desgosto, pois estavam perdendo seus sítios, sua praia, suas plantações, suas moradias e seus pontos pesqueiros. (SOUZA, 1996 *apud* RIBEIRO, 2005, Anexo 6.3.1).

A Alegria, o amor, a inocência, a ingenuidade reinava naquele lugar, não tínhamos tempo nem malícia para imaginar o que estava por vir. Nos rostos de nossos parentes não havia preocupação, pescávamos, plantávamos, nos fins de semana inventávamos festa, bailes etc. Nossos parentes trabalhavam duro buscando nosso sustento, mas era com afinco, sem medo até então. Havia felicidade naqueles rostos e a paz ainda reinava. (ITAORNA ONTEM - L.M.C *apud* RIBEIRO, 2005, Anexo 6.3.2).

O sentimento expresso na dor das palavras frente ao cenário de destruição como comprovam as figuras 13, 14 e 15 resultado das mudanças que a construção da Central Nuclear promoveu no território que antes era protegido pelos caiçaras. O manuscrito “*Itaorna Ontem*”, sem autoria precisa, apenas com a identificação das letras L.M.C. descreve a dor de perder não apenas o mar e a terra que dava o alimento, mas os sentimentos que também foram destruídos pelas máquinas. O “progresso” trouxe *desgosto* em viver.

Com os apontamentos feitos até aqui sobre as desigualdades étnico-raciais estabelecidas na região após a chegada dos grandes investimentos capitalistas promovidos pelo Estado, é notório o descaso em relação aos antigos habitantes e trabalhadores rurais negros, pescadores caiçaras, indígenas e demais cidadãos angrenses que tiveram seu direito à liberdade e a vida negados por aqueles que deveriam proteger tais direitos. Mas em um regime de exceção, como foi a ditadura militar brasileira, a negação à vida fazia parte da política de Estado àqueles que se contrapunham aos projetos de “desenvolvimento” (Figuras 14 e 15).

Figura 14 – Itaorna, início das construções da CNAAA



Fonte: Sevalho (2018, p. 47).

Figura 15 – Início de construção de Angra I



Fonte: Sevalho (2018, p. 59).

Para além das questões socioambientais apontadas em relação às obras da CNAAA, importante registrar também o *epistemicídio*¹⁷ praticado por Furnas. Mesmo não habitando a praia no momento da construção, a passagem dos indígenas pela região é comprovada pelo nome que esta recebeu após a relação que eles estabeleceram com a natureza local e reconheceram suas características físicas. Os estudos e projetos da construção não levaram em consideração uma importante característica geológica do porquê os nativos chamarem de Itaorna.

Algumas controvérsias vieram à tona após o início das obras. Uma das que mais se popularizou foi a de que estudos geológicos davam conta que o local escolhido para a implantação do projeto tinha uma formação rochosa instável, eram rochas que estavam em processo de decomposição. Isso poderia trazer o risco de, no futuro, o terreno ceder e haver um afundamento das usinas. O local exato onde as usinas foram erguidas chama-se Itaorna, nome que em Tupi Guarani significaria **pedras podres**. (SANTOS, 2009, p. 53).

Essa descrença nos conhecimentos da prática indígena quase colocou em risco a vida de milhares de habitantes da região, quando em 1985 a *pedra podre* evidenciou que os nativos estavam certos. Um grande deslizamento de terra atingiu a área da CNAAA, o laboratório de radioecologia e a marina foram soterrados, por muito pouco não atingiu a saída da água usada no resfriamento reator de Angra 1 e provocou um desastre nuclear (Figura 16). Mais um caso de negligência do Estado frente às relações étnico-raciais.

Figura 16 – Deslizamento de terra sobre o laboratório da CNAAA, 1985



Fonte: Acervo Globo (2022).

¹⁷Termo utilizado por Boaventura de Sousa Santos para conceituar a “morte do saber” de povos racialmente excluídos, na obra *Pelas mãos de Alice* (1995), “[...] eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos.” (SANTOS, 1999, p. 283). No Brasil, o termo ganhou destaque após a publicação da tese da intelectual e filósofa Sueli Carneiro, *A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser* (2005).

As transformações observadas no município de Angra dos Reis durante os grandes investimentos estatais ocorreram durante a Ditadura Militar brasileira, que para a efetiva execução determinou que o município fosse Área de Segurança Nacional, a partir do Decreto-lei nº 672, de 3 de Julho de 1969. Durante esse período o poder local foi exercido por interventores nomeados pelo poder central (ABREU, 2005). A presença da Escola Naval incrementava o controle das forças militares no município. Esta situação política impedia aos atores sociais práticas políticas contundentes de denúncia ao que estava ocorrendo com as populações tradicionais, as próprias elites locais haviam sido aliadas do poder político devido às indicações do governo federal para interventores militares que exerciam o cargo executivo municipal. Fato que justifica a adesão destes setores ao movimento social pela reivindicação de abertura democrática e eleições diretas para prefeito (RIBEIRO, 2005).

O contexto econômico, político, socioambiental e cultural do município foi canalizado para uma situação de extrema repressão pelas mãos do Estado. A maior parte da população local não foi beneficiada pelo “progresso” e “desenvolvimento” prometidos. Os condomínios, hotéis e resorts de luxo atendiam a exclusividade de uma classe com alto padrão de vida que não era local e não se preocupava com os problemas existentes na região, exploravam as belezas naturais e não se envolviam com a sociedade e cultura local, o preconceito e o racismo eram evidentes.

A situação da população angrense, principalmente dos trabalhadores rurais negros indígenas e caiçaras, foi impactada pelas grandes obras de forma negativa. A mobilização política seria um caminho de execução de suas demandas, mas como proceder em um ambiente de intensa repressão e violência praticados pelo Estado? Mas as necessidades eram urgentes, a situação exigia medidas desafiadoras e a mobilização social ganhava cada vez mais atores sociais dispostos ao enfrentamento político.

Os ingredientes do intenso processo de mobilização social vivido em Angra dos Reis foram então: o deslocamento da população tradicional e a chegada de novos migrantes em busca de trabalho; o sequestro da participação política marcado pela ausência de eleições municipais e pela cassação das lideranças políticas e sindicais; a insatisfação de vários setores sociais que não se beneficiavam dos grandes investimentos; e a degradação ambiental e cultural vivenciada pelo município com a implantação das grandes obras. (RIBEIRO, 2005, p. 62).

Ao passo que a ditadura perdia força, o poder de ação dos atores sociais ganhava espaço em contraponto às fortes interferências supralocais que determinaram os investimentos e os

conflitos em Angra dos Reis, novas forças supralocais que se somam aos movimentos sociais locais (RIBEIRO, 2005). Mobilizando pescadores, trabalhadores, negros, posseiros, caiçaras, indígenas, religiosos a princípio para lutarem por terra, contra a concentração fundiária e com o tempo novas demandas e pautas de luta foram surgindo, a democracia aos poucos se fazia presente.

Identificamos assim, que a história de Angra dos Reis desde o final do século XIX foi marcada pelo racismo. Inicialmente nas fazendas com a exploração do trabalho de negros escravizados. Mesmo com a conquista da liberdade, a cidadania de negros e negras não foi efetivada. Ao longo do século XX trabalhadores brancos, negros, indígenas e caiçaras sofreram os impactos da entrada do grande capital na região sul fluminense, inicialmente com a instalação da indústria naval. O auge dos conflitos políticos e étnico-raciais ocorridos em Angra dos Reis ocorreu durante a construção da Rodovia Rio-Santos, trecho da BR-101 que corta o município. A obra planejada e executada durante os governos militares na década de 1960 e 1970, coincidiu com a implantação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, estimularam especulação de terras e desencadearam conflitos pelo direito à territorialidade de comunidades tradicionais. Identificamos a atuação da Igreja Católica mediada pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT) em auxílio às comunidades. Este contexto foi propício à formação de movimentos sociais locais, e partidos políticos conscientes dos problemas que a população angrense enfrentava frente ao grande capital. Diante disso, iniciaram uma articulação e desenvolveram estratégias de luta pela democracia no final dos “anos de chumbo” e justiça social, no final da década de 1970 e ao longo de 1980.

CAPÍTULO 2 – O YLÁ-DUDU

No capítulo anterior, contextualizamos a história do município de Angra dos Reis, região litorânea sul fluminense, destacando a presença de indígenas, quilombolas e caiçaras na luta pelo território, acesso aos aparelhos de Estado, efetiva democratização e reconhecimento de suas reivindicações pelo poder público. Mapeamos dissertações e teses, e demais produções acadêmicas para apresentar as capilaridades sobre as relações étnico-raciais em Angra dos Reis. Utilizamos publicações acadêmicas e bibliográficas que relataram parte da história do município com ênfase nas lutas sociais e políticas de indígenas, quilombolas, caiçaras e demais trabalhadores como fonte de pesquisa. Consideramos

relevante destacar toda luta das comunidades racialmente marginalizadas na constituição histórica de Angra dos Reis.

Neste segundo capítulo, pretendemos contextualizar a origem do YLÁ-DUDU como Movimento Negro local, apresentando sua estrutura de organização e institucionalidade. Apresentaremos ainda, o ativismo popular em Angra dos Reis, com ênfase na organização e formação de movimentos sociais, sendo necessário para isso buscar os conceitos e teorias sobre os chamados “Novos Movimentos Sociais” em Gohn (1997, 2009 e 2010) e Santos (1995). Buscamos também, identificar possível relação e diálogo político organizacional do YLÁ-DUDU junto aos movimentos sociais locais, e ao Movimento Negro nacional. A partir da produção acadêmica e bibliográfica sobre a história do Movimento Negro no Brasil, vamos rememorar brevemente sua história, com destaque para as produções de Pereira (2008), Santos (1995), Oliveira (2008), Pereira (2010), entre outros. Por último, e não menos importantes, vamos contextualizar a origem do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, vinculado à Campanha da Fraternidade de 1988, onde inicialmente se limitava aos espaços da Igreja Católica, mas com o tempo ampliou sua esfera de atuação.

Nossa pesquisa de campo consistiu em entrevista com a professora e ex-militante do YLÁ-DUDU - Fátima Rosa. Com o levantamento de fontes de dados e informações para este objetivo da pesquisa. Tentaremos identificar o processo de amadurecimento político do YLÁ-DUDU, na obtenção de espaços necessários de atuação para sua institucionalização e definição enquanto Movimento Negro local.

2.1 Ativismo popular em Angra dos Reis

Junto com o deslocamento dessas comunidades de vários lugares, ocorre um aumento populacional em função desses empreendimentos e a ocupação desordenada em algumas áreas da periferia da cidade. Aí que nasce o movimento, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Partes desses trabalhadores, que faziam a resistência aqui, participaram da assembleia de fundação da CPT Nacional e do Partido dos Trabalhadores. José Brinco, da Serra D'água; Mário Monteiro, do Sindicato; Manoel Moraes; Otacílio; participaram desses movimentos. Essa organização teve forte apoio da igreja. A igreja foi o único palco de resistência, aqui também, após a ditadura. Ela que ajudou na articulação durante a

ditadura. Foi o que sobrou a partir de 68. As lideranças foram caçadas. Você tinha movimento aqui do pessoal da estiva; era o único Sindicato que abrigava metalúrgicos, e sumiu. Somente retomou no final da década de 70, por aí. Exatamente a partir desse movimento é que também começa a organização dos movimentos populares: Associações de Moradores da Japuiba, Associação da Monsuaba, do Camorim, da Sapinhatuba, de Mambucaba. Todas elas surgiram a partir de conflito de terra. (CASTILHO apud RIBEIRO, 2007, p. 61).

Se por um lado existe dificuldade em se encontrar estudos dedicados às teorias a respeito dos movimentos populares e sociais no Brasil, o interesse na investigação sobre eles vem provocando um aumento na produção acadêmica nacional. Sejam Movimentos sociais de mulheres, negros, idosos, homossexuais, trabalhadores rurais ou urbanos na luta contra a opressão social e busca por melhores condições de vida, é possível identificar pesquisas que analisam as ações e intervenções destes movimentos, e seus desdobramentos concretos. Ao acompanhar de forma sistemática os movimentos sociais, Maria da Glória Gohn explica que não existe uma definição específica para os movimentos sociais, porém, segundo ela estes são:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média e longa duração histórica, nos quais se observam ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social e histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressistas como conservador ou reacionário dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem a problemática conflituosa da sociedade onde atuam. (GOHN, 1997, p. 251-252).

A citação é extensa, no entanto seus apontamentos são fundamentais para a constituição deste texto, a autora expressa certa temeridade ao formular este conceito, tamanha sua complexidade e abrangência. Portanto, convém salientar que a exposição de conceitos e características destacadas anteriormente sobre os movimentos sociais não buscam ensaiar uma

conceituação, este conjunto de apontamentos e a reunião de conceituações expostas, afirmam uma concepção geral sobre os movimentos sociais, que dão sustentação a desdobramentos posteriores.

Ainda segundo Gohn (1997), os movimentos sociais são históricos e se configuram de formas diferentes, no tempo e no espaço. É uma ação dos homens na história: Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma práxis, portanto (GOHN, 1997, p. 247). Partindo desse pressuposto, convém abrir um parêntese e buscar compreender o cenário sociopolítico¹⁸ que ‘motiva ou dá fundamentação a práxis’, ou seja, destacar os elementos estruturais que condicionaram os chamados Novos Movimentos Sociais no Brasil durante a década de 1980. Sendo assim, entendemos ser necessário apresentarmos as principais características dos movimentos sociais articulados no Brasil a partir da década de 1970. O sociólogo Jeffrey Alexander assim define movimento social, conceito ao qual optamos em empregar:

O termo movimento social diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formam com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais. (ALEXSANDER, 1998, p. 1).

A contextualização portanto se torna indispensável, uma vez que a erupção dos chamados Novos Movimentos Sociais tanto no Brasil quanto nos outros países da América ocorreu durante a década de 1980. Este processo histórico foi analisado pelo sociólogo Boaventura Sousa Santos e seus apontamentos serão citados neste trabalho para uma melhor compreensão de seus elementos estruturais.

Segundo Santos (1999), o capital irá se reajustar à crise do regime fordista e às instituições inspiradas neste modelo de produção a partir da década de 1960, como o que ele denominou de *difusão social da produção*¹⁹ e este por sua vez, como consequência,

¹⁸ É importante analisar o *cenário sociopolítico* em que o movimento se desenvolve por ser ele quem fornece os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças existentes. Assim, o que Tarrow denomina estrutura das oportunidades políticas nada mais é que o contexto das pautas e agendas colocadas pelos movimentos e pelos órgãos públicos e empresas responsáveis por certos bens demandados. (GOHN, 1997, p. 262).

¹⁹ A *difusão social da produção* assume várias formas. É, antes de mais, a descentralização da produção através da transnacionalização da produção (a “fábrica difusa”), a fragmentação geográfica e social do processo de trabalho, com a transferência para a periferia do sistema mundial das fases produtivas mais trabalho-intensivas, do que resultou uma certa desindustrialização dos países centrais e a industrialização ou re-industrialização dos países periféricos. (SANTOS, 1999, p. 216).

possibilitou o *isolamento das classes trabalhadoras na produção*²⁰. Porém, no íterim do processo de difusão social, ocorre também a emergência de movimentos emancipatórios, novas práticas de mobilização e seus protagonistas, em fato que o próprio Boaventura (1999) classificou como contraditório:

A contradição reside em que a hegemonia do mercado e seus atributos e exigências atingiu um nível tal de naturalização social que, embora o quotidiano seja impensável sem ele, não se lhe deve, por isso mesmo, qualquer lealdade cultural específica. É assim socialmente possível viver sem duplicidade e com igual intensidade a hegemonia do mercado e a luta contra ela. A concretização desta possibilidade depende de muitos fatores. É, por exemplo, seguro dizer que a difusão social da produção e que o isolamento político do movimento operário facilitou a emergência de novos sujeitos e de novas práticas de mobilização social. (SANTOS, 1999, p. 221).

O que o autor português busca destacar é a identificação de uma interseção de dupla relação entre “regulação e emancipação, subjetividade e cidadania” nos Novos Movimentos Sociais. Se por um lado a reestruturação do modelo macroeconômico promoveu a progressiva “desintegração política do movimento operário”, incapaz politicamente de atender a todas as novas demandas do ambiente cultural por não estar mais inserido em uma sociedade industrial, por outro lado, as mudanças ocorridas na sociedade industrial promoveram o aparecimento de novas formas de ação coletiva. Ainda de acordo com Souza, os Novos Movimentos Sociais atuam;

Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMS denunciam, com radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo. (SANTOS, 1999, p. 222).

No caso brasileiro, a oxigenação dos Novos Movimentos Sociais nesse período relaciona-se com a falência do modelo econômico desenvolvido no Brasil ao longo do regime militar. Inicialmente conhecido como “milagre econômico”, o crescimento da economia se

²⁰ O *isolamento político das classes trabalhadoras na produção* está obviamente ligado aos processos que acabei de descrever e constitui, de facto, a outra face da difusão social da produção. As várias dimensões da difusão social da produção contribuíram, cada uma a seu modo, para a transformação do operariado em mera força de trabalho. (SANTOS, 1999, p. 218).

manteve por um curto espaço de tempo, não se sustentando com a instabilidade da recessão internacional. Enquanto o cenário econômico estava favorável, este legitimava a repressão e o autoritarismo. Com a estagnação da economia se desencadeou o processo de abertura política. Nesta conjuntura, emergem questões específicas de grupos sociais desfavorecidos, a articulação destes para reivindicação de soluções para os problemas que afetavam sua existência, configurou o capital político e cultural necessário à formação de Movimentos Sociais.

Sendo assim, em um possível paralelo teórico das proposições de Gohn (1997, 2009 e 2010) e Santos (1999) sobre a atuação dos Movimentos Sociais Negros no campo de luta contra o racismo, destacam-se as ressignificações e construções identitárias, construídas a partir de uma atuação tanto coletiva quando individual, sendo em relação as ressignificações, a busca do Movimento Negro em traçar um diálogo intercultural com outros movimentos sociais, tais como o Quilombola, Rural, Ecológico, Feminista, etc. e indicar que esses movimentos podem ter pautas comuns sem perder suas especificidades de luta, alargando as práticas emancipatórias e dos conhecimentos identitários de seus sujeitos.

O contexto histórico vivenciado em Angra dos Reis no final da década de 1970 e início da década de 1980 se relaciona a todo este processo político que ocorre no Brasil e no mundo. O afrouxamento dos “anos de chumbo”, que, durante 20 anos, sufocou o movimento trabalhista, levando lideranças ao exílio e porções da ditadura, somado ao clima de abertura e anistia política, propiciam um cenário favorável à organização de trabalhadores e atores sociais. Não esquecendo que a cidade durante a ditadura esteve sob rígido controle militar por ser Área de Segurança Nacional devido a instalação da CNAAA, com demandas locais responsáveis por articular a lutar contra as relações de produção que os reprimiram por duas décadas.

No caso de Angra dos Reis, a mobilização política que levou a formação de movimentos sociais locais ganhou contornos iniciais na luta de trabalhadores rurais, posseiros e pescadores pela terra. Como visto no Capítulo 1, os conflitos étnico-raciais gerados à partir do interesse do grande capital nas áreas costeiras ocupadas por trabalhadores rurais e pescadores negros e caiçaras. A forte especulação imobiliária promovida pela indústria do turismo, se desdobrou em conflitos territoriais emblemáticos, como os casos da Fazenda Santa Rita do Bracuí e da Fazenda Japuiba.

Este processo em Angra dos Reis é simbolizado pela resistência dos moradores da Fazenda Japuiba. Na fazenda vieram morar pessoas expulsas de suas terras pela especulação imobiliária e migrantes atraídos pelos empregos das grandes obras. A

valorização das terras no final da década de 1970 levou a disputa entre algumas empresas por sua propriedade. Mais tarde, frente ao grau de mobilização alcançado pelos moradores, estas empresas formaram um consórcio para se apossar da fazenda. O processo de resistência, mesclando conflito rural e urbano, exigiu o enfrentamento da tentativa de demolição das casas, e outras formas de violência. Atuaram neste processo a Comissão Pastoral da Terra, assessorada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAMERJ, dando apoio político e jurídico. Na área da fazenda Japuiba, que deu origem a um bairro de mesmo nome, surgiu a primeira associação de moradores da cidade. (RIBEIRO, 2005, p. 62).

A luta pela terra, que contou com apoio social da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) ligada à Igreja Católica, descortinou a organização política e novas demandas foram se somando a elas. O momento político e cultural favorável levaram a criação de jornais comunitários, como o Opinião e Maré que destacavam em suas manchetes informações sobre acontecimentos e fatos locais e contava com jornalistas engajados em diferentes pautas. Grupos musicais, como o Sarico, com forte teor crítico em suas letras. Grupos de teatro de rua, como o Revolucena, que levava ao público nas ruas da cidade momentos de reflexão. A articulação de outros artistas locais de diferentes linguagens, que se engajaram na criação do Centro Unificado de Cultura e Arte, o Cuca e a conquista da Casa de Cultura como espaço público. A Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - a SAPÊ - levantava a bandeira antinuclear e preservação ecológica das praias e da mata atlântica na Baía da Ilha Grande. Por se tratar de um município de interior, com uma população relativamente pequena se comparada a grandes centros urbanos, muitos destes militantes e atores sociais circulavam entre os diferentes movimentos e participavam ativamente das diversas demandas locais, inclusive se envolvendo na criação de comitês locais dos partidos políticos que retornavam a cena nacional após anos de bipartidarismo.

A articulação da Igreja Católica foi importante neste contexto, a luta pela terra contou com o apoio fundamental da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) ligada à diocese de Itaguaí. A pesquisa de Gregório (2018) comprova essa importância, afirma a historiadora:

Cruzaram-se não apenas trajetória, mas valores, hábitos, costume, projetos pessoais e coletivos que foram trocados, assimilados modificando as relações e práticas sociais. Novas funções e papéis foram sendo criados e exigidos dos antigos moradores que precisavam se adequar à nova realidade. Como coletivo, os antigos moradores resistiram e se colocaram em oposição às determinações e aos comandos do Estado e das instituições que estavam ao seu serviço, uma grande maioria não se enquadrou nas novas determinações. Na década de 1970, o agenciamento da luta pela permanência no território é assumido pela Igreja Católica junto a algumas comunidades. (GREGÓRIO, 2018, p. 185).

A Igreja Católica, em Angra dos Reis, também foi importante na articulação de atores

sociais envolvidos com o debate das desigualdades étnico-raciais. A luta pela terra ao envolver o conflito existente na comunidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais negras da Fazenda Santa Rita do Bracuí, hoje reconhecida como comunidade quilombola, marcou a criação da Comissão da Pastoral da Terra junto a lideranças da comunidade, como atesta a pesquisa histórica de Maria do Carmo Gregório.

A Comissão Pastoral da Terra, no Rio de Janeiro, tem uma relação embrionária com os quilombos existentes nessa região do Estado do Rio de Janeiro. Ela surgiu dentro do território do Quilombo do Campinho da Independência e o Sr. Manoel Moraes, do Quilombo do Bracuí, destaca a sua participação na assembleia de fundação da CPT nacional. (GREGÓRIO, 2018, p. 39).

Foi no cerne da Igreja Católica que os Agentes de Pastorais Negros (APN) de Angra dos Reis se destacam na luta contra o racismo, durante o contexto nacional de redemocratização, convocação da constituinte e consolidação do Movimento Negro Unificado enquanto movimento social. O Movimento Negro no Brasil, se concretiza neste mesmo cenário sendo identificado como um Movimento Social, Pereira (2010) aponta e discute alguns aspectos que permitem a diferenciação entre o Movimento Negro contemporâneo e o Movimento Negro existente em períodos anteriores a década de 1970 no Brasil:

Devo dizer que considero o Movimento Negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz a diversidade e pluralidade característica desse movimento social. (PEREIRA, 2010, p. 81).

Para Maria da Glória Gohn (2010), o Movimento Negro, ou segundo ela própria nomeia “Movimento Afrodescendente” é também concebido como um movimento social a partir da década de 1970, onde deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser também movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial (GOHN, 2010 p. 109).

2.2 Breve histórico do Movimento Negro no Brasil

Em 1978 nasceu o MNU, (...) que traz uma nova

perspectiva para se pensar a questão racial do ponto de vista do ativismo, articulando os temas raça e classe. O MNU traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o Movimento Negro em uma perspectiva mais de esquerda, que eu acho que foi a influência fundamental de toda a militância de minha geração. Acho que o fato político mais importante do Movimento Negro contemporâneo foi aquele 7 de julho de 1978, porque tudo o que ocorre depois se referêcia a esse ato inaugural de refundação, digamos, do Movimento Negro contemporâneo. Muitas das organizações que existem hoje são releituras das teses que existiam, porque a visão estratégica que foi colocada naquele momento orienta até hoje. Não foi criada uma outra grande tese tão abrangente como a que o MNU traz e provavelmente é possível dizer que ela teve e tem uma influência política maior do que a do próprio MNU enquanto instituição. No tempo, as teses acabaram sobrevivendo mais do que a própria instituição tal como foi concebida originalmente

(CARNEIRO *apud* PEREIRA, 2010, p. 189).

A fim de se rememorar a história do Movimento Negro no Brasil é necessário revisitar o que já foi produzido sobre esta temática, e compreender a contextualização histórica dos “três impulsos” e o “salto” (PEREIRA, 2008) que garantiram aos movimentos negros brasileiros consolidação. Nesta trajetória de combate ao racismo, o primeiro impulso ganha destaque com inúmeras associações negras espalhadas pelo país, mas principalmente por criar a “imprensa negra” e ter seu auge na criação da Frente Negra Brasileira (FNB) durante a década de 1930. No segundo impulso, pós Estado Novo, a formação da União dos Homens de Cor (UHC) e o emblemático Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias do Nascimento, engrossaram o coro de denúncias sobre as desigualdades raciais. Já durante os “anos de chumbo”, o terceiro impulso ocorre com a formação inicial do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que posteriormente vem a ficar conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU).

Diante os distintos conceitos sobre Movimento Negro, o autor Joel Rufino dos Santos em Artigo publicado em 1985 defende dupla perspectiva, em “sentido amplo” temos a seguinte definição:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento,

de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui Movimento Negro. (SANTOS, 1985, p. 287).

Este conceito de Santos (1985), nos faz pensar sobre todos os processos de resistência desenvolvidos por negras e negros ao longo da história afrodiáspórica, até a efetivação da Frente Negra Brasileira (FNB). Segundo o pensador, a origem da FNB seria o ponto de definição do Movimento Negro em “sentido estrito”, como *o conjunto de entidades e militantes e ações dos últimos 50 anos, consagrados à luta explícita contra o Racismo* (SANTOS, 1985). As lutas contra o racismo são pensadas a partir de uma organização do processo de resistência, entidades negras com a finalidade essencial de promover a consciência negra e combater o racismo.

As entidades negras que se enquadram nesta perspectiva, atuam de forma institucional no Brasil desde o final do século XIX, quando a abolição garantiu a liberdade, mas não o direito de cidadania a negras e negros. As manifestações de entidades negras organizadas, partem em forma de denúncia sobre as práticas racistas vivenciadas no cotidiano. A publicação de jornais da chamada “Imprensa Negra” foram identificadas nos principais centros urbanos e principalmente nas capitais do Sul e Sudeste:

Semi intelectuais e subproletários se juntam em São Paulo, então caminhando rapidamente no sentido de se tornar a maior cidade do país, numa “imprensa negra”. Jornais como O Clarim d’Alvorada [fundado em 1924] e o Getulino [fundado em 1923], de Campinas – ainda hoje motivos de orgulho dos movimentos- denunciavam as discriminações raciais mais chocantes do nosso quadro urbano, no emprego, na moradia, na educação, nos locais de lazer. Foi essa imprensa, o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro- apresentado então, eufemisticamente, com discriminação racial-, a Frente Negra Brasileira. (SANTOS, 1994, p. 89 *apud* PEREIRA, 2010, p. 116).

Foram nas capitais e nos centros urbanos que também se identificaram a formação de clubes recreativos voltados essencialmente para as atividades de negras e negros, mas sem perder o teor político de sua constituição.

Embora as atividades apresentassem um caráter majoritariamente recreativo, relacionavam-se diretamente com a questão racial, na medida em que buscavam recuperar elementos históricos de significância na trajetória do negro brasileiro. Além disso, a prática associativa criava laços de solidariedade, estimulava padrões comportamentais e desenvolvia elementos coletivos de identificação. (OLIVEIRA, 2008, p. 10, 11).

A ressalva de Santos (1994), citada por Pereira (2010), aponta o avanço que se desencadeou à partir da “Imprensa Negra” para a formação na década de 1930, de um dos

movimentos negros mais emblemáticos, a Frente Negra Brasileira (FNB). Já em Oliveira (2008), temos a identidade negra impulsionada pelo associativismo em clubes recreativos como importante elemento na luta política contra o racismo. Em um contexto de transição política e econômica, onde o Estado se fortalece e se torna o principal agente de mudanças estruturais, a sociedade brasileira constituiu um modelo de identidade nacional ao qual as teorias de Gilberto Freyre foram fundamentais, para o mito da “democracia racial”. Segundo Antônio Sérgio Guimarães, a teoria de Freyre defendia que:

[...] o “mundo que o português criou”, teria desenvolvido uma “democracia social” mais profunda e pujante que a “democracia política” dos anglo-saxões e franceses. Essa democracia social seria basicamente um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo branco. Freyre fala depois em “democracia étnica” para dizer que, no Brasil, apesar de uma estrutura política muito aristocrática, desenvolve-se, no plano das relações raciais, relações democráticas. (GUIMARÃES, 2002, p. 102).

Sendo assim no contexto abrangência da FNB, na década de 1930, coincide com a origem de uma ideia com conotação de um ideal político de convivência igualitária entre brancos e negros, Guimarães (2002). A regularidade de atuação da FNB e as propostas definidas para a integração social dos negros na sociedade lhe conferem importante significado político ao longo de sua existência e simbólico para a posteridade do Movimento Negro brasileiro.

O que faz, portanto, que a FNB seja identificada, por tantos, como o primeiro momento do Movimento Negro brasileiro é a sua dimensão. Ou seja, apesar de muitos desses elementos estarem presentes em momentos anteriores, nenhum deles assumiu uma dimensão tão grande como a assumida com a Frente Negra. A propagação geográfica da FNB, que alcançou vários estados e municípios; o número de associados; a durabilidade da associação; a periodicidade e a rotina da publicação do jornal (são 70 exemplares publicados no período de quatro anos); o entrosamento e a comunicação com as delegações; a frequência das atividades realizadas; o número de departamentos ativos; o maior contato com as instituições oficiais e seus representantes; o maior esforço em disseminar seu projeto político-ideológico.... enfim, foi menos a novidade e mais a proporção assumida que garantiu a Frente Negra Brasileira o status de pioneira, além, evidentemente, do processo de construção dessa memória histórica, forjada tanto por pesquisadores como por militantes. (OLIVEIRA, 2008, p. 24).

A notabilidade política que a FNB alcançou gerou distintas interpretações e análises na historiografia, trabalhos como os de Domingues (2005), Florestan Fernandes (1978), Bastide (1959), Bicudo (1945), entre outros, destacaram a partir de pontos de vistas diferentes as peculiaridades da FNB. Mesmo gozando de prestígio nacional e ampliando suas frentes de atuação, a FNB não resistiu à repressão da ditadura estadonovista imposta em 1937 por

Getúlio Vargas. Assim como partidos políticos, e outras organizações militantes, sua existência foi alvo do autoritarismo empregado pelo Estado brasileiro, levando a organização negra a um refluxo.

Com o fim do Estado Novo em 1945, o pós-guerra é marcado no Brasil pelo nacional-desenvolvimentismo e uma aproximação aos países capitalistas durante a Guerra Fria. O mito da “democracia racial” seguia enquanto modelo de identidade nacional, atenuando os conflitos étnico-raciais. O “paraíso racial” no imaginário da nação que se tornou o Brasil, chegou a ponto de servir de laboratório para pesquisas sobre as relações raciais desenvolvidas pela Unesco, agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU).

O termo “democracia racial” passa, portanto, a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raças não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural, mas não importante, pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação; um Brasil em que praticamente não existem etnias, salvo alguns quistos de imigrantes estrangeiros. Inventa-se, portanto, um povo para o Brasil, que passa a ter samba, passa a ter um pouco da cultura negra, que até aqui não existia pois se, no Império, predominou a mística do índio, e na República a mística do imigrante europeu, somente na Segunda República o negro vai dar coloração à nação, à ideia de uma nação mestiça. (GUIMARÃES, 2002, p. 102).

Neste contexto de redemocratização, a atuação de entidades negras é retomada e como exemplos temos a União dos Homens de Cor (UHC), com atuação inicialmente no Sul, atuando posteriormente em outras regiões. O Teatro Experimental do Negro (TEN), sob a liderança de Abdias do Nascimento, ganhou notoriedade como um movimento cultural. Apoiado por um conjunto de atores, jornalistas, políticos e intelectuais, como o sociólogo Guerreiro Ramos, sua atuação política foi se notabilizando a democratização do país, influenciando a criação de outras entidades negras Brasil afora.

Porém, foi um curto período que registrou a organização de movimentos sociais e governos democraticamente eleitos (1946-1964). O ano de 1964 ficou marcado pelo início da ditadura militar brasileira, que além de se utilizar do “mito da democracia racial”, foi responsável pela retração na organização política dos movimentos sociais. As entidades e suas principais lideranças sofrem com a repressão dos “anos de chumbo”, a maior parte delas deixa de existir, as que sobrevivem vão para a clandestinidade. A oxigenação dos movimentos sociais ocorre no final da década de 1970, o marco da retomada política do Movimento Negro ocorre em 1978. A carta de convocação para o ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo demonstra o comprometimento assumido publicamente pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), um ato antirracista que poderia ser considerado subversivo dada à conjuntura autoritária.

Carta convocatória para o ato público contra o racismo:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida.

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18:30 horas, no viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela imprensa.

No dia 28 de abril, numa delegacia de Guaianazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Luz, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube de Regatas Tietê, quatro garotos foram barrados do time infantil de voleibol pelo fato de serem negros. O diretor do Clube deu entrevista nas quais afirma as suas atitudes racistas, tal a confiança de que não será punido por seu ato.

Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros casos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e conseqüente morte de um cidadão. Mas o Ato Público Contra o Racismo marcará fundo nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra os desrespeitos e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo.

Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da comunidade Afro-Brasileira; e, lembramos, quem silencia consente. Não podemos mais aceitar as condições em que vivem o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta.

TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O RACISMO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL

O ato público vai além de seu simbolismo manifesto na luta contra o racismo, ele marcou a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), elevando o grau de envolvimento do ativismo negro e seu comprometimento com a questão racial. A própria análise da carta, nos traz a dimensão dos aspectos característicos da nova organização do Movimento Negro, com as seguintes demandas: Reconhecer o papel histórico de organizações negras contra a opressão e discriminação racial, sendo o racismo um elemento estrutural na sociedade brasileira, denunciar as violências cometidas contra a população negra, e a luta pelos direitos humanos e pela democracia, articulados com a política partidária, adotar perspectivas teóricas que alicerçam os conhecimentos sobre raça e classe. A proposta de unificação do Movimento Negro no combate à discriminação racial, este novo contexto

do Movimento Negro demonstra amadurecimento em sua organização política, segundo Pereira (2008) significou um “salto”, tendo como marco a criação do MNU.

Além de marcar essa nova dimensão da luta contra o racismo no Brasil, mais marcadamente política, de denúncia e enfrentamento, a criação do MNU também acabou significando contribuição fundamental no que diz respeito à própria formulação teórica, à visão da luta realizada a partir de então pelos ativistas negros brasileiros, que, segundo as principais lideranças do MNU, deveria associar os temas raça e classe. Essa conjugação entre raça e classe, ao mesmo tempo em que trazia a especificidade do Movimento Negro à baila também situava o movimento numa perspectiva mais de esquerda. (PEREIRA, 2010, p.189).

O dia 7 de julho de 1978, em São Paulo, nas escadarias do Teatro Municipal onde ocorre o ato público, conjecturou um novo processo de organização do Movimento Negro no Brasil. A postura do MNU de enfrentar de maneira mais efetiva as estruturas do mito da democracia racial, apresenta uma nova concepção de organização para o movimento. Uma outra forma de compreensão sobre a própria identidade e consciência negra, distinguindo-se dos anteriores e apresentando orientações para as formulações de propostas posteriores.

Neste contexto, de origem do Movimento Negro Unificado, e fortalecimento dos movimento sociais que vamos identificar o ativismo negro em Angra dos Reis. Jovens que foram guiados por essa nova pauta de luta, que redefiniu o conceito de raça, valorizando as origens e identidade negra, constituído de forte um forte teor político, sendo responsável por inspirar a criação de outras entidades com o mesmo objetivo - combater o racismo.

2.3 Ativismo Negro em Angra dos Reis: A Gênese do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU

Quando, assim, a minha professora fala que não existe discriminação racial, o que existe são pessoas com complexo de inferioridade, você vai guardando isso, vai guardando... “Eu quero botar isso pra fora!”.

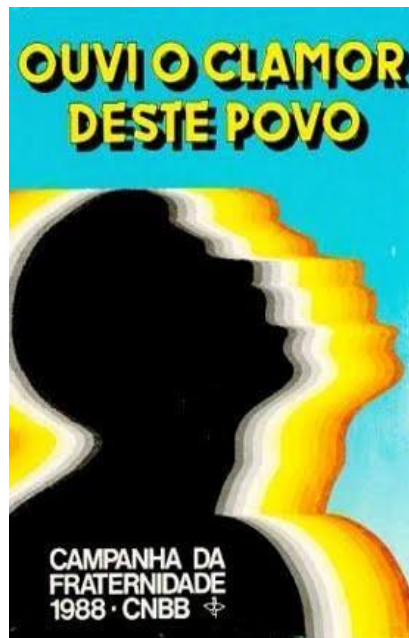
(Fátima Rosa, 2019)²¹.

A Campanha da Fraternidade (CF) realizada pela Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, no Centro de Angra dos Reis foi um espaço de debate e discussão importante para a criação do Movimento Negro de Angra dos Reis. A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, sempre

²¹ Entrevista realizada em agosto de 2019.

no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução. A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. Em 1988, como é possível observar no cartaz de divulgação da CF, o tema escolhido foi “Fraternidade e o Negro”, tendo como lema “Ouvi o clamor deste povo!” (Figura 17).

Figura 17 – Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1988



Fonte: Melo (2016).

Sendo organizada por jovens que frequentavam a paróquia e faziam parte da Pastoral do Grupo Jovem, e Agentes de Pastorais Negras, a Campanha da Fraternidade de 1988 da Igreja Católica em Angra dos Reis foi um espaço livre de olhares e julgamentos. Jovens negros e negras, tocados pelos questionamentos da Campanha, pela primeira vez se sentiram seguros para expor publicamente as mágoas e angústias geradas pelo racismo sofrido na sociedade angrense. Como destaca Délcio Bernardo:

Aí em 88, a Igreja Católica, mais precisamente, a Paróquia do Centro aqui, a gente tinha um Grupo Jovem e a gente pegou o gancho da Campanha da Fraternidade, que a igreja naquela época colocou, se eu não me engano, o tema era escutai o clamor deste povo, e o lema era um questionamento se de fato nós negros nos sentíamos livres no Brasil. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)²².

²² Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

O silenciamento imposto pelo racismo foi quebrado durante as reuniões na igreja. As denúncias de discriminação racial expostas durante a CF se transformaram em elemento de identificação entre os jovens negros. Fátima Rosa fazia parte deste grupo, em suas memórias notamos a organização desencadeada pela Campanha que transpõe as paredes da igreja e alimenta o desejo de lutar por justiça:

Aí veio 88, eu participava da Igreja, em 88 veio a Campanha da Fraternidade, ali na Campanha da Fraternidade eu vi a oportunidade de botar pra fora isso que estava me incomodando a tanto tempo, Foi ali! Aí começou a fala da Campanha da Fraternidade, o negro no mundo, que é um clamor de justiça, fazer passeata no Rio, que ia ter passeata no Rio, aquela coisa toda... Aí onde que eu comecei a me enveredar, e assim, tirar de dentro de mim com força, com vontade, com energia, para tirar aquela coisa que estava dentro de mim guardado a tanto tempo. (FÁTIMA ROSA, 2022)²³.

A música foi outro elemento importante de identificação da juventude negra envolvida na CF. A participação de alguns no coral da igreja e da cidade liderado pelo Maestro Gallowei é uma saudosa lembrança. As dores do povo negro, cantadas nos versos do hino trazem consigo a esperança.

*Campanha da Fraternidade 1988
(Pastoral Afro)*

*Olha, que eu vim lá de longe
Perdendo raízes, enchendo porões
Olha, cruzei tantos mares
Pisei novas terras, sofrendo grillhões*

*Mas, meu canto bonito
Nem dor, nem corrente jamais abafou
Pois, ser livre eu queria
Meu Deus, és a força de quem confiou*

*Olha, vendido em leilão
Moído em engenhos, plantei meu suor
Olha, nos campos roçados
Reguei com meu sangue, meu sonho maior*

*Olha, eu venho sofrido
Com todo oprimido cantar sem temor
Olha, que vem tempo novo
Trazer para o povo um dia melhor*

*Olha, rompendo correntes
Pra nós, liberdade enfim vai chegar
Olha, trazendo esperança
O Deus da aliança nós vamos cantar*

²³ Entrevista realizada com Fátima Rosa, em agosto de 2019.

(CNBB, 1988)²⁴

O hino da Campanha da Fraternidade de 1988 foi uma convocação à participação das atividades no âmbito religioso católico, porém, o debate racial passa a ganhar outros espaços. Nas memórias de Mariene Florentino, as denúncias de discriminação racial não deveriam estar restrita ao círculo da paróquia, sentiram a necessidade de envolver um número cada vez maior de negras e negros e fortalecer o combate ao racismo.

Nós começamos a reunir com os negros para discutir, e nós vimos que não tinha que ficar só dentro da questão católica, é uma questão do negro da umbanda, do evangélico. Então deveríamos estar em outros espaços, começamos a nos reunir na praça, em algumas ruas e na casa de alguém. A gente queria que mais pessoas tivessem essa chance de estar discutindo. Começou um grande processo que nessas reuniões cada um começou a colocar suas experiências, foi o momento da gente falar. (MARIENE FLORENTINO, 2016)²⁵.

Na imagem a seguir, podemos identificar alguns dos integrantes da juventude negra envolvida na CF de 1988, as discussões iniciais mobilizaram e articularam os primeiros atos na luta contra o racismo. Posteriormente, com o amadurecimento das atividades irão criar o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU (Figura 18).

Figura 18 – Primeiras lideranças do YLÁ-DUDU



Fonte: Melo (2016).

²⁴ Cf.: <https://www.lettras.mus.br/pastoral-afro/campanha-da-fraternidade-1988/>

²⁵ Entrevista realizada com Mariene Florentino por MELO (2016).

Segundo Délcio Bernardo, o envolvimento com a organização política local já encaminhava a militância negra para a organização do YLÁ-DUDU. Somado aos agentes de pastorais ligados à igreja católica, existia uma rede de atores sociais que se envolveram nas discussões para a criação do Movimento Negro:

A gente nesse momento começou a discutir, e quem esse "a gente" que eu tô falando? Eram militantes do grupo jovem, militantes do Partido dos Trabalhadores, militantes de outros grupos e outros partidos inclusive, então a gente começou essa conversa por volta 86, 87, conversar sobre essa possibilidade. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)²⁶.

Se por um lado as motivações para a criação de um Movimento Negro em Angra dos Reis receberam influências da grande mobilização política inerente ao contexto nacional, por outro lado, encontramos também, na fala de Délcio Bernardo, indícios de como se dava a questão racial no município. As relações sociais eram marcadas pelo preconceito racial no município, e a respeito disso Délcio resgata historicamente em sua fala situações de presença do racismo e o silenciamento sobre negras e negros que protagonizaram a história da cidade.

Pensando o caso de Angra, essa cidade, de quinhentos e tantos anos... quinhentos e catorze anos! Que teve várias construções aqui que foram feitas por pessoas escravizadas, mas que você também não via o reflexo dessa história nos livros da cidade, fossem eles didáticos ou não. Você não via essa fala nos historiadores. Então assim, o silêncio, um silêncio muito grande sobre a história dessa população negra que foi muito grande aqui. Então assim a gente começava a fazer esses questionamentos. E a outra, nossa condição de negros dentro das escolas, como que era isso, como a gente era tratado, todo esse ambiente que a sociedade brasileira te mostra, e não é diferente pra sociedade angrense, é claro, que ela te mostra desse silêncio em relação as pessoas negras, e quando essas pessoas são lembradas elas são lembradas de forma muito aquém do seu valor e aquém da sua história. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)²⁷.

O ano de 1988 foi emblemático por marcar a vida da juventude negra angrense envolvida na CF que trouxe como lema a questão racial. Porém, foi um ano de efervescência política com outros fatores importantes, que também contribuíram para amadurecer o debate sobre a criação de um Movimento Negro em Angra dos Reis. No ano ocorreu o primeiro Centenário da Abolição, em um momento de grande debate político que envolvia o processo de redemocratização e promulgação da Constituição Federal.

²⁶ Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

²⁷ Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

Segundo Pereira (2010), houve grande mobilização e um acentuado crescimento do Movimento Negro em todo o país. Este contexto foi importante também para a cidade de Angra dos Reis, os jovens sentiram-se motivados pela mobilização nacional, e levaram as discussões para a criação de um Grupo de Consciência Negra no município. Esta “grande mobilização” é lembrada por Délcio Bernardo através das campanhas feitas pelo MNU:

A década de 1980, o MNU, que é o Movimento Negro Unificado, ele vai começar a estabelecer uma série de campanhas: Reaja à violência racial, Beije sua preta em praça pública, trazer a discussão sobre o 20 de novembro, sobre Zumbi, em contraponto com o 13 de maio, e aí assim, esse Movimento começa a ganhar um outro caráter, começa de fato a provocar a criação de outros grupos, em várias partes do Brasil, e com Angra não foi diferente. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)²⁸.

Amílcar Pereira destaca ainda, no ano do centenário da Abolição, uma manifestação realizada no Rio de Janeiro, a Marcha contra a farsa da abolição, como importante ato público para a projeção do debate sobre o racismo a nível nacional:

Segundo vários ativistas entrevistados para esta pesquisa, o ano de 1988 foi um verdadeiro marco na história do Movimento Negro contemporâneo no Brasil. O centenário da abolição da escravatura foi considerado por diversos setores do movimento como momento ideal para provocar a discussão sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Um dos principais eventos realizados pelo movimento, nesse sentido, foi a “Marcha contra a farsa da Abolição”, realizada em 11 de maio de 1988 na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, cujo cartaz de divulgação tinha como título “Nada Mudou – Vamos mudar” e apresentava duas imagens justapostas: uma gravura representando negros sendo vendidos como escravos antes de 1988 e uma fotografia contemporânea de negros amarrados pelo pescoço com uma corda, sendo vigiados por um policial. Essa Marcha do Rio de Janeiro acabou ganhando repercussão nacional e internacional, em função do grande aparato militar disponibilizado pelo exército brasileiro para impedir a passagem dos militares negros pelo busto de Duque de Caxias, que fica em frente ao Comando Militar do Leste ao lado da Central do Brasil. (PEREIRA, 2010, p. 227).

Embora o Movimento Negro de Angra dos Reis ainda estivesse iniciando seus primeiros debates, a discussão nacional se projetava e mobilizava novos agentes e militantes a participar e fortalecer a causa. Fato este que podemos comprovar na fala de Délcio Bernardo, que participou da Marcha destacada por Amílcar Pereira:

Nós fizemos a primeira discussão, o primeiro debate dentro da campanha da fraternidade no Convento do Carmo sobre a questão racial, alguns de nós participaram da Marcha, no Rio, que foi uma marcha emblemática pra caramba, que é a Marcha do 13 de Maio, que a polícia parou e não deixou o pessoal chegar até o busto do zumbi. Então a gente meio que acompanhou aquele ambiente de discussão que estava tendo a nível nacional e começamos a debater a possibilidade de um Grupo

²⁸ Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016.

de Consciência em Angra. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)²⁹.

A fala de Délcio Bernardo possibilita a compreensão de uma ampliação do debate sobre a criação do Movimento, contando com a participação em outros espaços e de diferentes posicionamentos políticos. Um reflexo do momento democrático que o Brasil tanto almejava, e das reflexões sobre a cidadania no país que a nova Constituição ainda em debate público propunha. Sobre este mesmo contexto, a militante Fátima Rosa também destaca o momento de possíveis mudanças sociais e políticas que a sociedade brasileira almejava com a nova constituição.

Muita efervescência...Nossa! Constituição! Constituição! A oportunidade de falar sobre a questão racial. A Constituição estava novinha em folha, que foi muito debatida e todo mundo estava querendo essa Constituição, que as vozes dos oprimidos pudessem ter mais oportunidade de se expressar [...] Aquele ano de 88, muita coisa estava acontecendo. A gentes estava com uma felicidade estampada no rosto, com a alma cheia de esperança de um país diferente, um país diferente com mais respeito e responsabilidade para as categorias mais oprimidas. (FÁTIMA ROSA, 2019)³⁰.

O amplo debate nacional trazia em cena atores sociais que lutavam por cidadania mas nunca tiveram espaço, e viram naquela oportunidade o momento de exigir seus direitos. O ano de 1988 tornou-se fundamental para discutir a questão racial no Brasil, e conseqüentemente em Angra dos Reis. Porém, evidenciar o debate étnico-racial na cidade levaria a embates e conflitos que por muitos anos ficaram “adormecidos”.

Em um Artigo de sua autoria, intitulado *Peço licença à Vovó, peço licença a meu Mestre! Jongo: uma didática a caminho da escola*, Délcio Bernardo (2005) relembra sua trajetória de militância nas mais variadas esferas de debates e destaca a situação racial no município que levou à criação do YLÁ-DUDU, bem como as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de militância.

Através das lutas pela terra, das organizações em grupos de jovens, associação de moradores, movimentos ambientais e outros espaços de construção de saberes e conhecimentos, iniciei a minha militância no Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, primeira e única entidade (depois dos escravizados) fundada em Angra com objetivo de lutar contra o preconceito racial e a favor da valorização do povo e da cultura negra. A partir desse momento, a escola já era um espaço em que, muito sutilmente, eu conseguia implementar algumas discussões sobre relações raciais, e na maioria das vezes, era taxado de ser racista e estar mexendo com coisa do passado. (BERNARDO, 2005, p. 47).

²⁹ Entrevista realizada com Délcio Bernardo em janeiro de 2016.

³⁰ Entrevista realizada com Fátima Rosa, em agosto de 2019.

A proximidade entre as colocações de Délcio em seu texto e em sua narrativa são notórias e merecem destaque, pois a falta de um debate amplo no município sobre a questão racial leva o YLÁ-DUDU a atuar em diferentes espaços e buscar parcerias com diversas entidades, principalmente as relacionadas com a educação. Em outra passagem de sua narrativa, Délcio faz menção a esta questão nos primeiros anos de militância no YLÁ-DUDU:

A partir daí a gente começou a fazer várias parcerias, com a Secretaria de Educação, com outros movimentos sociais, na intenção de você debater a questão racial. Essa acusa, essa acusação de que as pessoas tinham de que a gente que era racista, porque tava mexendo com uma coisa que estava adormecida a muito tempo, o silêncio de não falar sobre as questões raciais pras pessoas era melhor do que você discutir. Entender o que aconteceu com esse país, até porque é muito difícil você conseguir entender o Brasil se você não compreender a questão racial. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)³¹.

Délcio vai adiante em sua fala, posicionando a importância do YLA-DUDU dentro do município, em contexto que muito pouco ou quase nada se falava sobre a questão racial.

O YLA-DUDU tentou fazer esse caminho, de tirar um pouco essas histórias do Silêncio, e aí quando você tira as pessoas da sua zona de conforto você acaba também incomodando essas pessoas, e a gente sempre trabalhou com a lógica de não acusar as pessoas de racistas, mas sim de entender que elas reproduzem o racismo. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)³².

Ele exemplifica esta situação relatando um fato que aconteceu nos seus primeiros anos de militância à frente do YLA-DUDU, e que serve para ilustrar alguns dos julgamentos feitos sobre a existência de um Movimento Negro em Angra dos Reis:

A nossa ideia era de trazer esse debate sobre relações raciais pra Angra, e foi interessante, eu sempre cito isso, sou até meio repetitivo, mas foi interessante quando a gente fundou o grupo fizemos uma atividade na praça, alguns jornais noticiaram que, não existe isso, mas assim... que era desnecessário você criar um grupo de consciência negra em Angra, porque Angra não tinha racismo, até teve uma figura que mandou uma cartinha pro jornal, e essa pessoa dizia que nós éramos pessoas frustradas, não tínhamos conseguido ascensão na vida, por isso a gente estava buscando, tentando achar um meio de ascender ou de aparecer pra sociedade. Então foi uma cartinha que inclusive até hoje eu tenho essa carta guardada, a pessoa se identificou até como Andezenete de Paula, mas é lógico que era um codinome. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)³³.

³¹ Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

³² Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

³³ Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

Pensar e discutir a questão do negro na sociedade angrése, lutar contra o racismo no município e a buscar pela própria identidade negra se tornaram uma tônica nos encontros do grupo que a princípio se restringia ao espaço religioso, mas que aos poucos foi se conscientizando que o debate não deveria ser restrito a este espaço, ganhando forma de um Movimento Negro, desvinculado de crença ou credo, filiação política e sexo.

2.4 A institucionalização do YLÁ-DUDU

“Foram as ações afirmativas que me fizeram sorrir e ser alguém diferente, se tem algo que diga que não sou Joãozinho, que eu não sou canela de urubu e que meu cabelo é carapinha sim mais eu gosto é minha identidade, então precisa de ações afirmativas sim!”.

(Mariene Florentino)³⁴.

As reuniões e discussões iniciais dos primeiros militantes negros que fundaram o YLÁ-DUDU ocorre junto à APN, no ambiente da Igreja Católica, sobre forte comoção da Campanha da Fraternidade de 1988. Contexto que os militantes consideram fundamental, pois era a primeira vez que teriam oportunidade de falar abertamente sobre as marcas do racismo em suas vidas. Denunciar, mesmo que entre eles, as angústias vividas em uma sociedade que os discriminava racialmente, para a partir daí traçar ações de conscientização e combater o racismo.

A partir das discussões e primeiras ações, como a participação na Marcha contra a farsa da Abolição, fortaleceram a criação do Movimento Negro de Angra dos Reis e dos diferentes agentes envolvidos em sua formalização. Délcio Bernardo destaca que a concretização deste possibilitou a uma abertura capaz de aglutinar o maior número de militantes, agentes e simpatizantes possível. Justamente por ter um caráter universalista, não se restringindo a nenhum espaço religioso ou partidário, uma vez que a causa de sua criação se dá em torno da questão racial:

Teve várias discussões, se ele teria um caráter partidário, se ele teria um caráter religioso, se ele não partiria de nenhum desses dois vieses e aí a gente optou pra que ele não tivesse nenhum vínculo nem religioso nem partidário, até porque a gente

³⁴ Entrevista realizada com Mariene Florentino por Melo (2016).

entendia que a questão racial ela transcendia a questão partidária e a questão religiosa. A gente foi conversando, conversando, e esse Grupo de fato se formalizou. Ele já existia na discussão mas não formalizado, então foi em 9 de março a gente formalizou o grupo como instituição com CNPJ, aquela coisa toda, e aí que a gente até deu esse nome Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, que em Ioruba significa Grito Negro. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)³⁵.

O projeto de criação de um Movimento Negro local foi desenvolvido pelos militantes ao longo de três anos, saiu do círculo religioso da Igreja Católica e amadureceu politicamente. Ganhou a rua, conquistou os espaços públicos. Somou militantes e simpatizantes que apoiavam a causa, mas também reconheceu a existência de opositores. No dia 9 de março de 1991, na Casa de Cultura de Angra dos Reis, entra em vigor o estatuto do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU. O documento torna oficial a atuação e institucionalização do Movimento Negro de Angra dos Reis, determinando como suas finalidades:

- a) Mobilizar e articular pessoas de todas as etnias que desejam buscar unidade nacional das mesmas para fazer frente ao processo comum de marginalização, preconceitos, discriminação, estereótipos e toda sorte de estigmas disseminados na sociedade brasileira, levando-os ao empreendimento de uma luta pelos seus direitos de cidadania plena assegurados pela declaração universal dos direitos humanos e pela constituição brasileira;
- b) Desenvolver pesquisas relacionadas às culturas de origem africanas no Brasil, mantendo e operando um centro de estudos, com o objetivo de resgatar os valores e os conceitos estruturais da visão de mundo das referidas culturas, bem como empreender estudos sistematizados das línguas africanas trazidas pelos vários grupos étnicos;
- c) Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro;
- d) Procurar, conhecer, incentivar as comunidades-terreiros, grupos de capoeira, grupos de jongo e maracatu e tantas outras danças e festas religiosas relacionadas a causa negra, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de seus vivenciadores, que em sua maioria são negras e marginalizadas;
- e) Desenvolver programas, projetos e atividades com relação a ecologia e ao meio ambiente, dentro do que preceitua a Visão Ecológica das culturas e religiões de origem africana, objetivando reeducar as mentes para mudar as práticas depredadoras dos ecossistemas e integrar os adeptos das religiões Afro-Brasileiras na luta pela preservação da natureza;
- f) Divulgar os conceitos estruturais da visão de mundo que norteiam os assuntos referentes à comunidade negra, através dos meios de comunicação de massa e publicações específicas, bem como ministrar cursos, palestras, seminários, conferências, shows musicais, danças, teatros, capoeira, etc.
- g) Estimular a articulação e o desenvolvimento de ações conjuntas do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU com os demais movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas;
- h) Promover a relação do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU com os demais movimentos populares de postura democrática, visando o estabelecimento de uma relação solidária e respeitosa das diferenças culturais;

³⁵ Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

- i) Contribuir na formação de militantes e adeptos para atuarem na formação do Movimento de Consciência Negra YLÁ-DUDU, dentro do seu contexto social, político transformador da visão de mundo;
- j) manter e operar um centro de documentação e memória, produzindo instrumentos de comunicação que veicule informações acerca da articulação e do processo de organização dos adeptos do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- l) Estimular e assessorar as iniciativas sociais, políticas e culturais da população afro-brasileira;
- m) Combater todas as formas de racismo, exploração ou discriminação de toda e qualquer natureza, quer sejam sexuais, sociais, econômicas, políticas, ideológicas e religiosas, onde quer que se manifeste.
- n) Participar das iniciativas da Sociedade Civil Organizada e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. (ESTATUTO YLÁ-DUDU, 1991).

As finalidades apresentadas no Estatuto do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU estabelecem as orientações de atuação do Movimento Negro de Angra dos Reis. Nos próximos capítulos, elas serão analisadas a fim de se identificar as ações políticas do YLÁ-DUDU ao longo dos seus 30 anos. Delinear os caminhos que o Movimento Negro traçou para conseguir espaços de debate sobre o combate ao racismo e como a “Consciência Negra” figurou em pauta de debate na agenda pública municipal também integra nossos objetivos. Pretendemos também relacionar as ações de combate ao racismo do YLÁ-DUDU no desenvolvimento e aplicação de medidas públicas no município, apontando possíveis relações de “cooptação” do movimento, bem como avanços e retrocessos no combate ao racismo.

CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ANGRA DOS REIS, DURANTE A DÉCADA DE 1990

Pretendemos, a partir deste terceiro capítulo, aprofundar as análises sobre as institucionalidades do YLÁ-DUDU. Compreender as ações desenvolvidas ao longo de sua trajetória e relacionar ao debate sobre as relações raciais propostas nos anos subsequentes à efetivação de seu estatuto para inserir, na agenda pública municipal, o compromisso de combater o racismo e estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas.

Para alcançar estes objetivos, vamos aprofundar momentos históricos já abordados no capítulo anterior, a fim de contextualizar historicamente o município no processo de redemocratização. A formação e o fortalecimento do diretório local do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua hegemonia política frente ao poder executivo municipal nos 12 anos subsequentes ao processo de redemocratização, 1988 até 2000.

Apresentar as estruturas iniciais do YLÁ-DUDU, sua efetivação como Movimento Negro local, organização e articulação política; identificar as ações planejadas e definidas internamente no movimento e as ações públicas, bem como sua relação de parceria com as instituições públicas municipais, com destaque para as áreas da educação e cultura, são objetivos que farão parte deste capítulo.

Importante ressaltar que, para a elaboração deste terceiro capítulo, foi-nos imposta uma dificuldade ainda maior – a pandemia do Novo Coronavírus³⁶. Os dois primeiros capítulos foram elaborados entre os anos de 2018 e 2019 e aprovados na qualificação. Planejamos elaborar o terceiro capítulo ao longo do ano de 2020, com a pesquisa de campo e a realização de entrevistas, porém, como já mencionado nos pressupostos metodológicos, certas atividades ficaram inviáveis com as medidas de distanciamento social.

Para a elaboração deste capítulo, utilizamos algumas produções bibliográficas, dentre elas (PEREIRA, 2010, 2013; VIEIRA, 2016; FALEIROS, 2004) entre outras. Contamos ainda com entrevistas realizadas no biênio (2018-2019), duas entrevistas presenciais recentes (2021) com Edna Baccaro – militante do YLÁ-DUDU, integrante do grupo musical Banda YLÁ-DUDU e Zequinha Miguel – professor, ator, motivador cultural e ex-secretário de Cultura em

³⁶ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Covid-19, causada pelo Novo Coronavírus, já é uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença, e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, espalha-se por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (SCHUELER, 2021).

Angra dos Reis, durante a década de 1990, além de fontes documentais levantadas antes da pandemia.

3.1 Efetivação da Resistência negra em Angra dos Reis

A discriminação racial intensifica-se como marcador nas relações sociais, no Brasil, desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus. Não seria diferente em uma cidade que se identifica como uma das mais antigas do país, sendo supostamente “descoberta” em 1502. Constrói, na memória social de seus habitantes, um cenário idealizado de “paraíso tropical”, onde os conflitos raciais são atenuados pelo mito de uma integração amistosa entre indígenas, brancos e pretos.

Nos capítulos anteriores, mapeamos e analisamos produções acadêmicas sobre Angra dos Reis a fim de identificar conflitos inerentes às desigualdades étnico-raciais. Trabalhos analisados apontam as transformações no município e região, ao longo de uma delimitação temporal definida (1988-2018). Momentos históricos relevantes pesquisados serviram de base para os objetivos do debate e contribuíram para a verificação de conflitos étnico-raciais ao longo da história de Angra dos Reis. Contextualizamos a história do município, desde o final do Século XIX até os dias atuais, e constatamos que essa foi marcada pelo racismo. Destacamos a luta de indígenas, negros e caiçaras ao território, acesso aos aparelhos de Estado, democratização e sua efetiva participação política. Uma contraposição às barreiras que o racismo impunha às comunidades tradicionais de acesso ao território.

O desdobrar dos conflitos políticos e étnico-raciais ocorridos em Angra dos Reis tiveram seu auge durante a construção da Rodovia Rio-Santos, trecho da BR-101 que corta o município. A obra planejada e executada durante os governos militares, na década de 1960 e 1970, assim como a implantação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, estimularam especulação de terras e desencadearam conflitos pelo direito à territorialidade de comunidades tradicionais. Identificamos a atuação da Igreja Católica mediada pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT) em auxílio às comunidades. Este contexto foi propício à formação de movimentos sociais locais e partidos políticos conscientes dos problemas que enfrentavam. Esses se articularam e desenvolveram estratégias de luta pela democracia e justiça social no final da década de 1970 e ao longo de 1980.

Recorremos à produção acadêmica e bibliográfica para apresentar as teorias sobre movimentos sociais e um breve histórico sobre o Movimento Negro Brasileiro. Achamos

conveniente destacar este histórico, uma vez que a origem do YLÁ-DUDU em Angra dos Reis não ocorre de forma autóctone, está relacionado à rede de debate sobre as relações políticas, sociais e raciais que ocorre no Brasil durante o desmonte da ditadura militar. Relembrar os passos de outrora é fundamental para se compreender o processo em seu momento de oxigenação.

Contextualizamos a origem do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, vinculado à Campanha da Fraternidade de 1988, onde inicialmente se limitava aos espaços da Igreja Católica, mas, com o tempo, ampliou sua esfera de atuação. Nossas análises puderam perceber o processo de amadurecimento que o movimento ganhou, obtendo os espaços políticos necessários de atuação para sua institucionalização e definição como Movimento Negro.

3.2 Ativismo popular e poder político em Angra dos Reis: a hegemonia do PT

Apresentado no capítulo anterior, o contexto histórico de Angra dos Reis, no final da década de 1970 e início da década de 1980, relaciona-se ao processo político que ocorre no Brasil. O final da Ditadura Militar permitiu a reorganização da sociedade civil em movimentos políticos e sociais de trabalhadores organizados em prol da democracia.

A cidade, outrora Área de Segurança Nacional durante a ditadura, esteve sob rígido controle político depois da construção do Complexo que abrigava as Usinas Nucleares, passou por transformações políticas com a ascensão de lideranças populares aos principais cargos de gestão municipal, no período da redemocratização.

O primeiro campo de conflitos que pode ser apontado em Angra dos Reis, no contexto em questão, foi a luta de trabalhadores rurais pelo acesso à terra, a especulação imobiliária depois da construção da Rodovia Rio-Santos levou a mobilização e a articulação dos trabalhadores em organizações religiosas de cunho político, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Ação Católica Operária (ACO). Despontaram, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fortes lideranças locais, com destaque para o trabalhador rural negro, Manoel Moraes. Suas origens estão relacionadas às lutas dos demais trabalhadores rurais negros do Bracuí.

A gente nem esperava de participar de política. Eu era analfabeto. Não compreendia dessas coisas. Só assinava meu nome e compreendia algumas palavras. Nem todas, mas muitas palavras eu não entendia. O Frei Jorge, que era nosso padre, trabalhava aí, e um dia apareceu e garrou a pensar de fazer uma reunião com o povo, que o povo

tava vendendo a terra e a terra não era para ser vendida. A terra foi deixada do Breves para os escravos dele e nós fazemos parte deles. Eu sou tataraneto de escravo, mais ou menos isso né. E não podia vender. A verdade é que ele não deixou dinheiro, mas ele deixou a terra para nos plantar banana, rama, milho, mandioca, feijão, arroz, né, inhame, café, cana pra fazer café né. (MANOEL MORAIS *apud* VIEIRA, 2016, p. 31-32).

Sua liderança política vai além da coordenação dos trabalhadores rurais pela terra, o Senhor Manoel Moraes (Figura 19), é identificado como o principal articulador da criação do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) em Angra dos Reis. Durante uma plenária realizada no dia 23 de maio de 1981, no bairro Bracuí, que contava com a reunião de 35 membros, ele foi eleito, por aclamação unânime de votos, como primeiro presidente do partido, como atesta o trecho da Ata (Figura 20).

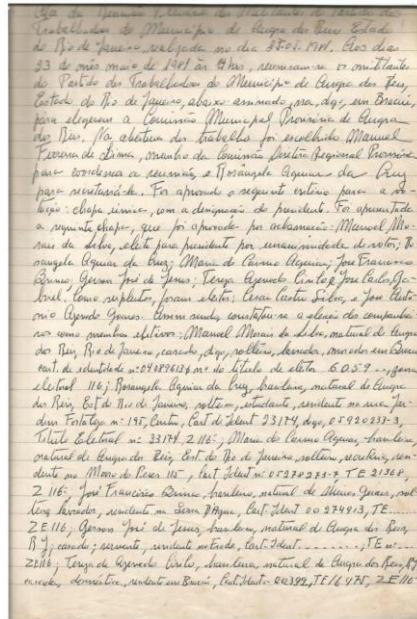
Figura 19 – Entrevista do Senhor Manoel Moraes³⁷



Fonte: Youtube®.

³⁷ Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da UFF para o projeto Jongos, Calangos e Folias. Para saber mais, acesse: <https://www.youtube.com/c/LABHOIUFFOficial>.

Figura 20 – Trecho da Ata



Fonte: Acervo da pesquisa.

Os trabalhadores da indústria naval também participam da luta política em Angra dos Reis, durante os anos 1980, vinculados ao Sindicato dos Metalúrgicos. E as lideranças se articularam junto à Igreja Católica intermediada pela ACO, na luta contra o grande capital financiador da ditadura militar, em defesa da democracia, e suas lideranças engrossaram as fileiras do Partido dos Trabalhadores. O sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis destacou-se em 1985, durante a realização de uma Greve no Estaleiro Verolme, que durou cerca de 45 dias, uma das maiores já realizadas pelos sindicalistas no município. Dentre as lideranças do movimento estava o então vice-presidente do Sindicato e membro do PT, Luiz Sérgio da Nóbrega.

O terceiro campo de conflitos com ativismo popular, em Angra dos Reis, no contexto da redemocratização, foi a mobilização pela cultura e em defesa do meio ambiente. Formado por movimentos sociais com essas pautas e articulados entre si, movimentou a sociedade angrense durante a década de 1980, inclusive com a criação de jornais comunitários como o Opinião e o Maré. Destacam-se, nesse período, o Grupo Teatral Revolucena e a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sapê). Idealizadores de uma série de manifestações conhecidas como *Hiroshima Nunca Mais* (Figura 21), a primeira delas realizada em 1982 e que contou com a participação de ambientalistas consagrados, como Carlos Minc, Sirkis e Fernando Gabeira, uniam-se a jovens lideranças locais como Zequinha Miguel e José Marcos Castilho.

Figura 21 – Protesto Hiroshima Nunca Mais em Angra dos Reis, 1982



Fonte: Vieira (2016, p. 35).

O Revolucionaria surgiu da experiência de uma metodologia teatral desenvolvida em sala de aula, por Zequinha Miguel, a partir de um processo de criação coletiva. Com forte teor político e engajamento social, o grupo apresentava-se pelas ruas da cidade, o espetáculo *Serra, Serra, Serrador* inspirou-se na tradição do *Serra-Velho*³⁸, ao mesmo tempo que realizava uma campanha pela preservação e pelo tombamento do patrimônio histórico arquitetônico da cidade, que se encontrava em estado de abandono e de deterioração.

Os atores percorrem as ruas da cidade começando pela Bica da Carioca, passando pelo Chafariz da Saudade, na Praça Duque de Caxias, pelo antigo local onde se erguia o Teatro São José no Largo da Lapa, pela Rua do Comércio e termina por serrar o Rio do Choro, na Avenida Raul Pompeia. Em cada ponto, algum ator encarna o monumento a ser serrado pelo grupo que anuncia sua morte. (JORNAL MARÉ, 1982 *apud* TELLES, 2019, p. 4).

Figuras populares também foram resgatadas durante o espetáculo, a história era contada para além do patrimônio material da cidade, personagens que perambulavam pelas ruas da cidade e que caíram no esquecimento do público eram lembrados em versos.

³⁸ A tradição do *Serra-Velho* acontece em Angra dos Reis há muitos anos, acreditam alguns que desde o século XIX. Na noite anterior ao dia de São José, 18 para 19 de março, um grupo de pessoas vestidas de preto percorre o centro da cidade indo às casas dos moradores mais velhos. Chegando lá, chamam o morador até que este acorde e atenda ao chamado. Ao chegar à janela ou ao portão, o morador é surpreendido por vozes que anunciam sua morte e pedem informações sobre quem vai ficar com a herança (TELLES, 2019, p. 2).

Medonho, Sarico, Remígio, Agenor
homens do povo, cheios de humor
Dona Maria do Banco, André do Peixe, Mané da Mata,
Feijão Pouco, todos têm sabor
Doce, leve, profundo, cheio de dor
cada qual com sua imagem
nos eleva ao esplendor
com suas piadas, versos, gestos de dor
Medonho, Sarico, Remígio, Agenor
(GRUPO REVOLUCENA, 2019)³⁹

A efervescência cultural e a forte mobilização política conectavam-se nas ações realizadas pelas jovens lideranças que, aos poucos respiravam, os ares de liberdade política, que chegavam ao município de Angra dos Reis, ao longo da década de 1980.

Sindicalistas, integrantes dos movimentos sociais culturais e ambientais de Angra dos Reis, durante a redemocratização, além de agirem em conjunto, também figuravam nos quadros de filiados do PT. Essa interseção de militância fortalecia as mais variadas pautas e contribui tanto para o ativismo que ganhava as ruas da cidade, mesmo em um contexto ainda autoritário, quanto para uma formação político-partidária local de base popular, formando uma estrutura de potencial ascensão eleitoral.

A primeira eleição municipal, realizada depois do Decreto-Lei n. 2.183, de 19 de dezembro de 1984, assinada pelo último presidente militar João Baptista Figueiredo, retirava Angra dos Reis da lista de municípios considerados Áreas de Segurança Nacional e garantia a escolha do prefeito mediante o voto direto. Esse pleito eleitoral, realizado durante o processo de abertura política, em 1985, e que coincidiu com a greve dos Metalúrgicos, garantiu a vitória de José Luiz Ribeiro Reseck, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), com 29,63% dos votos válidos, seguido de Jorge Elias Miguel, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 24,72% dos votos válidos. Luiz Paes Selles, do Partidos dos Trabalhadores (PT), com 21,33% dos votos. Arthur Jordão Costa, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – 13,74% e Jayr Carneiro Toscano, pelo Partido Democrático Social (PDS), que teve 10,57% de votos válidos (VIEIRA, 2016) (Figura 22).

³⁹ Programa do espetáculo (TELLES, 2019, p. 3).

Figura 22 – Capa edição 264 do Jornal Maré



Fonte: Vieira (2016, p. 38).

As próximas eleições municipais ocorreram em um ano emblemático para a democracia brasileira. O ano de 1988 marcou o primeiro Centenário da Abolição, em um momento de grande debate político que envolvia o processo de redemocratização e promulgação da constituição, conforme mencionado no capítulo anterior. A mobilização nacional motivou a juventude negra de Angra dos Reis. A efervescência política de 1988 contribuiu com as discussões para a criação de um Grupo de Consciência Negra no município. As motivações para a criação de um Movimento Negro, em Angra dos Reis, recebiam influências da grande mobilização entorno da questão racial, que ocorriam pelo Brasil, no final da década de 1980. Embora o Movimento Negro de Angra dos Reis ainda estivesse iniciando seus primeiros debates, a discussão nacional se projetava e mobilizava novos agentes e militantes a participar e fortalecer a causa.

O contexto de retomada da democracia, com a promulgação da Constituição Cidadã, contribuiu para a articulação política dos movimentos sociais e a circulação de suas lideranças em legendas político partidárias. No caso específico de Angra dos Reis, a forte mobilização das classes trabalhadoras e sindicais após a greve de 1985, e a oxigenação de movimentos sociais de bases populares, criaram um ambiente propício ao fortalecimento do Partido dos Trabalhadores, e a presença dessas lideranças em seus quadros de mobilização.

Segundo Vieira (2016), a primeira vitória do Partido dos Trabalhadores em Angra

dos Reis foi construída por meio da visibilidade que as lideranças sindicais conquistaram durante a Greve de 1985. Incluímos aqui também a circulação das jovens lideranças dos movimentos sociais nos quadros do PT, o que também contribuiu para sua visibilidade frente a uma parcela do eleitorado de Angra dos Reis. Ainda de acordo com Vieira (2016), ao mesmo tempo que as lideranças do PT projetavam o esforço coletivo dos trabalhadores sindicalizados, ativistas e militantes locais, retiravam o protagonismo de famílias tradicionais do poder político, causando antipatia dos eleitores da classe média e alta do município. A estratégia adotada pela sigla partidária foi lançar a candidatura do dentista Neirobis Kazuo Nagae e, como vice em sua chapa, o sindicalista Luiz Sérgio da Nóbrega.

As eleições de 1988, que garantiram a primeira vitória do PT em Angra, registraram 11.954 votos (35,73% válidos) a Neirobis, quase o dobro dos votos do segundo colocado, que teve 6.100 votos (18,23% válidos), o empresário Fernando Jordão, do então Partido Liberal (PL), Vieira (2016).

Considerada uma escolha natural, pois Luiz Sérgio era inicialmente o nome preterido para as eleições de 1988, o Partido dos Trabalhadores conseguiu a segunda vitória consecutiva nas eleições municipais, emplacando uma chapa encabeçada por Luiz Sérgio Nóbrega e José Marcos Castilho, o vice. A vitória concretizou-se por meio de 19.019 votos, representando 50,58% dos votos válidos. Segundo Vieira (2016), a excelente votação de Luiz Sérgio Nóbrega pode ser atribuída, entre outros fatores, à gestão participativa implantada por Neirobis Nagae durante seu mandato. A vitória de Luiz Sérgio, em 1992, para dar prosseguimento ao trabalho iniciado por Neirobis, foi emblemática para a história política do município, ao eleger um líder operário ao mais alto cargo do executivo local, apenas 11 anos depois da criação do diretório municipal da legenda partidária. A disputa eleitoral municipal de 1992 marcou a polarização entre o Partido dos Trabalhadores e Fernando Jordão (Figura 23), representante de famílias tradicionais, empresário local e antagonista ao PT, que lançou sua candidatura pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Figura 23 – Capa edição 622 do Jornal Maré



Fonte: Vieira (2016, p. 44).

José Marcos Castilho teve a professora Maria da Conceição Rabha compondo a sua chapa como vice, consagrou a terceira gestão consecutiva do Partido dos Trabalhadores, em Angra dos Reis. Castilho venceu a disputa eleitoral de 1996 com uma vitória apertada, uma diferença de pouco menos de 3.000 votos, eleito com 17.501 votos, totalizando 36,6% dos votos válidos. Aurélio Gonçalves Marques, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), assegurou o segundo lugar na disputa eleitoral de 1996, com 14.709 votos, totalizando 30,78% dos votos válidos (VIEIRA, 2016) (Figura 24).

Figura 24 – Capa edição 830 do Jornal Maré



Fonte: Vieira (2016, p. 45).

É inegável que o projeto idealizado de criação de um partido de trabalhadores, com uma base estrutural proletária e voltado para a inclusão da parcela excluída do cenário político e de direitos, pode ser considerado um sucesso. O partido alcançou o feito de eleger três prefeitos consecutivos, sendo a primeira vitória nas urnas antes de o partido completar 10 anos de atuação. A trajetória do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, em Angra dos Reis, reflete no cenário local, a história de criação do PT nacional, marcado pelas bases mobilizadoras do movimento sindical, pela influência na articulação política junto à igreja católica, e pela força dos diversos movimentos sociais que circulam pelo partido.

O papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores em Angra dos Reis foi, inicialmente, reunir as lideranças sindicais e dos diversos movimentos sociais para conquistar espaço político representativo no município, em contexto histórico marcado pela restrição da participação política, principalmente em um município considerado Área de Segurança Nacional, e de intensa repressão militar. Com a oxigenação dos movimentos sociais e a reabertura política, o Partido dos Trabalhadores alcançou ainda mais espaços de participação política em Angra dos Reis. Durante os três mandatos exercidos entre 1988 e 2000, teve a oportunidade de colocar em prática a transformação social planejada desde a fundação do Diretório Municipal.

Não temos o objetivo de avaliar as ações políticas empreendidas pelo partido ao longo de suas gestões à frente do executivo municipal, porém questionamos como, nos anos de governo de um Partido com bases populares e trabalhistas e lideranças com origem nos movimentos sociais, garantiu espaço na agenda pública para pautas de interesse social? Ou melhor, para o foco de nossa pesquisa, indagamos em que medida, ao longo dos governos do PT, na década de 1990, o YLÁ-DUDU conseguiu implementar pautas raciais nas políticas públicas municipais?

A atuação do YLÁ-DUDU, ao longo da década de 1990, ficou registrada em diversas fontes geradas pela militância, as memórias do Grupo possibilitaram resgatar parte dessa história de atuação. O momento político aparentemente favorável aos movimentos sociais permitiu a esperança de uma luta menos desigual contra as estruturas de poder hegemônicas. Resgatamos essas memórias para identificar, a seguir, a atuação do YLÁ-DUDU nos espaços públicos e, em certa medida, a construção de políticas públicas com enfoque racial e no combate ao racismo.

3.3 O YLÁ-DUDU nas ruas: cultura e engajamento político

Segundo o Estatuto do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, no seu Capítulo II, que versam sobre as finalidades do grupo, em seu Artigo 2.º, item D, a cultura de matriz afro-brasileira deve ser incentivada e valorizada. Reconheciam as dificuldades e a marginalização de comunidades e de instituições que celebram manifestações culturais da população negra brasileira, propondo parceria para o fortalecimento de suas ações e vivências.

d) Procurar, conhecer, incentivar as comunidades-terreiros, grupos de capoeira, grupos de jongo e maracatu e tantas outras danças e festas religiosas relacionadas a causa negra, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de seus vivenciadores, que em sua maioria são negras e marginalizadas. (ESTATUTO YLÁ-DUDU, 1991).

Identificamos, portanto, a valorização da cultura afro-brasileira como um dos principais objetivos do YLÁ-DUDU. A seguir, veremos alguns projetos e ações culturais desenvolvidos pelo Grupo no intuito de implementar pautas raciais nas políticas públicas municipais, durante a década de 1990, em negociação com o governo municipal.

3.3.1 O YLÁ-DUDU nas ruas: a capoeira

Algumas atividades culturais, mesmo com um grande número de praticantes, sofriam com o racismo e tinham dificuldade de encontrar espaços públicos para sua realização, como era o caso da capoeira, praticada em grupos na cidade de Angra dos Reis – *Senzala, Abadá, Congo*, e o próprio YLÁ-DUDU.

A gente resolveu criar um grupo de capoeira dentro do Ylá Dudu, que a gente pudesse conversar com os garotos sobre isso, sobre a sua condição de menino negro, de garoto pobre, e a gente fez esse grupo e eu até fiquei a frente nesse grupo durante uns 5 anos, e foi a frente desse grupo que nós recuperamos a nossa história com o Jongo. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)⁴⁰.

Podemos notar, na fala do militante e jornalista Délcio Bernardo, a importância da capoeira nos primeiros anos de luta contra o racismo do Movimento Negro de Angra dos Reis, com destaque também para a prática do Jongo, assunto que iremos desdobrar mais a frente, nesse mesmo capítulo.

⁴⁰ Entrevista realizada com Délcio Bernardo, em janeiro de 2016.

O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU organizou, pela primeira vez no município de Angra dos Reis, o *I Encontro de Capoeira*, realizado no espaço da Casa de Cultura, no dia 11 de julho de 1993. Os registros em ata indicam que “[...] o objetivo deste encontro é de discutir qual a relação da capoeira com a raça negra, expor trabalhos e gerar debates.” (LIVRO ATA, 1993). De acordo com o Livro Ata, o evento suscitaria um debate mais amplo, sobre a questão racial no município, buscando, por meio da prática esportiva dessa expressão cultural brasileira, uma integração entre o Movimento Negro e os Grupos de Capoeira. Também foram debatidas propostas para maior visibilidade e interseção entre os grupos de capoeira no município, respeitando suas especificidades, superando desafios e principalmente a discriminação sofrida pelos praticantes dessa arte afro-brasileira.

Ao final do Encontro, foi elaborado um documento contendo dez propostas, porém destacamos apenas duas (números 2 e 4). A proposta número dois aponta ser necessário “[...] ter uma associação de capoeirista onde cada um contribua”, a articulação promovida por uma associação possibilitaria uma organização mais efetiva e um possível desenvolvimento de políticas públicas no município, voltadas essencialmente para a capoeira. A proposta número quatro sugeria “[...] discutir com o pessoal da capoeira para entrar em entendimento sobre consciência. E em primeiro conscientizar os mestres”. Dentre os objetivos do YLÁ-DUDU ao realizar o Encontro, um deles era conscientizar os capoeiristas quanto à importância histórica e cultural da capoeira como elemento de resistência e de luta do povo negro. A “consciência” indicada pela proposta está relacionada à negritude, uma responsabilidade incumbida aos mestres de capoeira, valorizando a identidade negra e fortalecendo os laços históricos de praticar uma expressão cultural afro-brasileira de resistência.

3.3.2 O YLÁ-DUDU nas ruas: o grupo musical

Uma das estratégias de ação do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU era ganhar visibilidade, ser conhecido e reconhecido, ganhar projeção local ao ocupar os espaços públicos do município. Em um processo de dinamização orgânico de suas atividades, surgiu a Banda Musical YLÁ-DUDU. Durante os anos de 1990, a estética musical afro-brasileira destacava-se na produção nacional, recebendo atenção de grandes empresas da indústria cultural, estilos como pagode, samba, funk e principalmente o axé, ocupavam a grade musical das rádios e emissoras de televisão. Foi nessa estética musical, aproveitando a grande popularidade do ritmo pulsante dos atabaques que o YLÁ-DUDU e seu grupo musical ocuparam as ruas e os palcos

de Angra dos Reis, ampliando e divulgando suas atividades. Em suas apresentações, a Banda YLÁ-DUDU, por meio de seus integrantes, apresentavam não somente sua música e dança, mas também seu posicionamento político, valorizando sua identidade negra, e seu pertencimento étnico-racial (Figuras 25 e 26).

Figura 25 – Apresentação da Banda Musical YLÁ-DUDU



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Figura 26 – Cartaz da 2.º Noite Afro realizada pelo YLÁ-DUDU



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Durante a trajetória da banda, foram realizadas diversas apresentações em Angra dos Reis, com um repertório variado, como mostra o cartaz de divulgação do evento organizado pelo grupo em 1992. Durante a *Noite-Afro*, o grupo diversificava sua atuação, proporcionando ao público presente um encontro com a cultura afro-brasileira, tão presente na música e na dança, em diferentes gêneros. No decorrer dos anos de 1990, a banda contava com vários integrantes, apresentava-se em praças, escolas ou mesmo na rua.

Quando a gente fez a apresentação, o pessoal da prefeitura gostou e chamou a gente pra fazer apresentação – “Vamos na escola” – a gente começou a ir nas escolas, aí o pessoal gostou à beça! E antes o Fabrício falava, o Délcio falava e falava da consciência negra e tal, né? E aí foi, a coisa foi andando, foi andando que a gente se perdeu num momento porque era muita gente chamando a gente, entendeu? (EDNA BACCARO, 2021)⁴¹.

A fala de Edna Baccaro corrobora a proposta de posicionamento político do grupo, não apenas de entreter o público com músicas, mas também suscitar o debate sobre consciência negra, principalmente para os jovens nas escolas. Antes das apresentações musicais, “falava-se da consciência negra”. Segundo Edna Baccaro, a demanda de apresentações foi crescente, e o grupo não conseguia atender a todos os convites e “[...] se perdeu num momento porque era muita gente chamando” a banda YLÁ-DUDU. Essa estratégia se aproxima ao que PEREIRA (2010, p. 168) nos aponta “[...] havia também muitos outros grupos que utilizam até os dias de hoje práticas culturais diversas como elementos importantes para a mobilização política de setores da população negra” (Figura 27).

Figura 27 – Apresentação da Banda Musical YLÁ-DUDU



Fonte: Acervo da pesquisa.

⁴¹ Entrevista realizada com Edna Baccaro em fevereiro de 2021.

Essa ocupação dos espaços públicos, em muitos momentos, contou com apoio da Secretaria Municipal de Cultura, um dos secretários responsáveis pela pasta durante a década de 1990, Zequinha Miguel, relatou-nos que o evento Som Brasil, realizado pela Rede Globo, no município, contou com a participação da Banda YLÁ-DUDU, porém o show não foi televisionado, pois, segundo a emissora, ocorreram “problemas técnicos”.

3.3.3 O YLÁ-DUDU nas ruas: a Praça Zumbi dos Palmares

Uma das conquistas do YLÁ-DUDU destacada pela militância do Movimento Negro foi a mudança do nome da Praça Duque de Caxias, no centro de Angra dos Reis, para Praça Zumbi dos Palmares, uma localidade de grande movimentação social, onde se localiza o popular “Mercado Redondo”, também conhecido como “Mercado do Peixe”, com importância comercial para os pescadores artesanais. O local é ponto turístico dos visitantes que passeiam pelas ruas históricas da cidade, mas também de grande importância cultural para a população negra de Angra dos Reis, onde se realizam eventos e atividades que celebram a cultura afro-brasileira, como destaca Délcio Bernardo.

O Ylá Dudu teve um papel muito importante, um outro feito que eu acho legal, é esse aqui que a gente está em frente, essa aqui era a praça Duque de Caxias, e a gente em 95, na nossa discussão com a Câmara de vereadores, que tinha o vereador João Luiz dos Remédios, a gente apresentou na câmara uma proposta de mudança da praça pra criar um referencial de cultura negra no município, que era a praça Zumbi dos Palmares, e esse projeto passou e foi aprovado na câmara de vereadores e hoje a gente tem aqui um busto de zumbi e a praça zumbi dos Palmares em que hoje está uma praça bem bacana, tem muitos movimentos e todo 20 de novembro assim, as pessoas já sabem, 20 de novembro você tem uma ação na praça do Movimento Negro, que vem capoeira, vem jongo, vem o pessoal das religiões de matrizes africana, umbanda e candomblé, e vem todo mundo pra cá e aqui faz toque e canta e dança, mas sempre fazendo, é sempre uma menção de reflexão, do que a gente ta vivendo e com isso a gente viu muita coisa acontecer, viu processo de cotas, que ainda é uma discussão muito latente. (DÉLCIO BERNARDO, 2016)⁴².

A entrevista realizada com Délcio Bernardo ocorreu na Casa Laranjeiras, um Espaço Cultural também localizado na praça Zumbi dos Palmares. A referência da localização foi destacada em sua fala, bem como a importância de possuir um espaço público com representatividade para a população negra angrense, daí a relevância da Lei Ordinária n. 477, de 6 de novembro de 1995, que alterou o nome da praça, porém não foi mencionado por Délcio

⁴² Entrevista realizada com Délcio Bernardo por Melo (2016).

que, nessa mesma data, foi aprovada pela Câmara Municipal de Angra dos Reis a Lei Ordinária n. 476, que declarou a utilidade pública do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis, um importante reconhecimento político para o Movimento Negro local. Naquela altura, além de lutar pela conquista de um espaço público com resgate da memória afro-brasileira, o YLÁ-DUDU articulava-se para participar de um evento histórico de combate ao racismo no Brasil, a **Marcha Zumbi de Palmares: contra o Racismo, pela cidadania e a vida**.

3.3.4 O YLÁ-DUDU nas ruas: Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania e a vida

De certa forma, o YLÁ-DUDU efetivou-se como Movimento Negro local, conquistou espaços públicos simbólicos, e podemos afirmar, a partir das ações identificadas acima, conseguiu inserir, na agenda pública municipal, as primeiras pautas de enfrentamento ao racismo, se comparada a décadas anteriores, nas quais não existem registros sobre políticas públicas. Nacionalmente, a pauta racial encontrava resistência na agenda pública, segundo Amauri Mendes Pereira “No que toca a mecanismos mais efetivos de enfrentamento da questão racial, houve tímidas e frustrantes iniciativas governamentais entre 1995 e 2002.” (PEREIRA, 2020, p. 201).

Apenas como exemplos: em 1995 foi instituído pelo presidente da república o GTI-Grupo de Trabalho Interministerial e nomeado para cuidar de assuntos referentes à questão racial, coordenado por militantes negros, com destaque para o prof. Hélio Santos, próximos ao partido majoritário no governo. Foi uma resposta à Marcha dos 300 de Zumbi dos Palmares: Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, que ocupara a esplanada dos ministérios, com mais de 30.000 militantes, em um dia inteiro de manifestações políticas, culturais e artísticas. (PEREIRA, 2020, p. 201).

Segundo Amílcar Pereira (2010), depois da Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania e a vida, o governo brasileiro reconheceu publicamente o racismo como um problema histórico no país e assumiu o compromisso de elaborar políticas de ação afirmativa para a população negra. De acordo com Amauri Pereira (2020), o evento também reforçou a importância da militância do Movimento Negro: “[...] esses eventos costumam ser referenciados como marcos da emergência e consolidação do Movimento Negro Brasileiro nas décadas finais do século XX.” (PEREIRA, 2020, p. 199), consolidando inclusive a própria atuação do YLÁ-DUDU. A Marcha supracitada por Amauri Pereira (2020), realizada em

Brasília, no ano de 1995, contou com a participação dos militantes do YLÁ-DUDU, como atestam as imagens abaixo (Figuras 28, 29, 30 e 31).

Figura 28 – Jornal da Marcha Zumbi dos Palmares, 1995



Fonte: CPVSP - PJOMASP10199500X.pdf (2022).

Figura 29 – Participação do YLÁ-DUDU na Marcha Zumbi dos Palmares, 1995



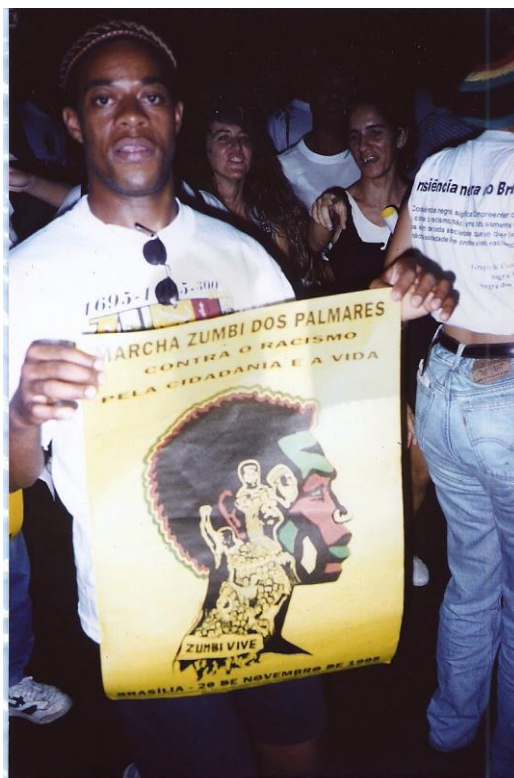
Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 30 – Participação do YLÁ-DUDU na Marcha Zumbi dos Palmares, 1995



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 31 – Participação do YLÁ-DUDU na Marcha Zumbi dos Palmares, 1995



Fonte: Acervo da pesquisa.

3.3.5 O YLÁ-DUDU nas ruas: religiosidade

A origem do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU está relacionado à Campanha da Fraternidade de 1988, e aos Agentes de Pastorais Negros e, de certa forma, as estruturas religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana. Conforme a militância do Grupo foi amadurecendo seus debates internos e formalizando a constituição do Movimento Negro local, a saída dos espaços religiosos da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo foi ocorrendo naturalmente, assim como a compreensão da importância das religiões de matriz africana e afro-brasileira para as ações do YLÁ-DUDU.

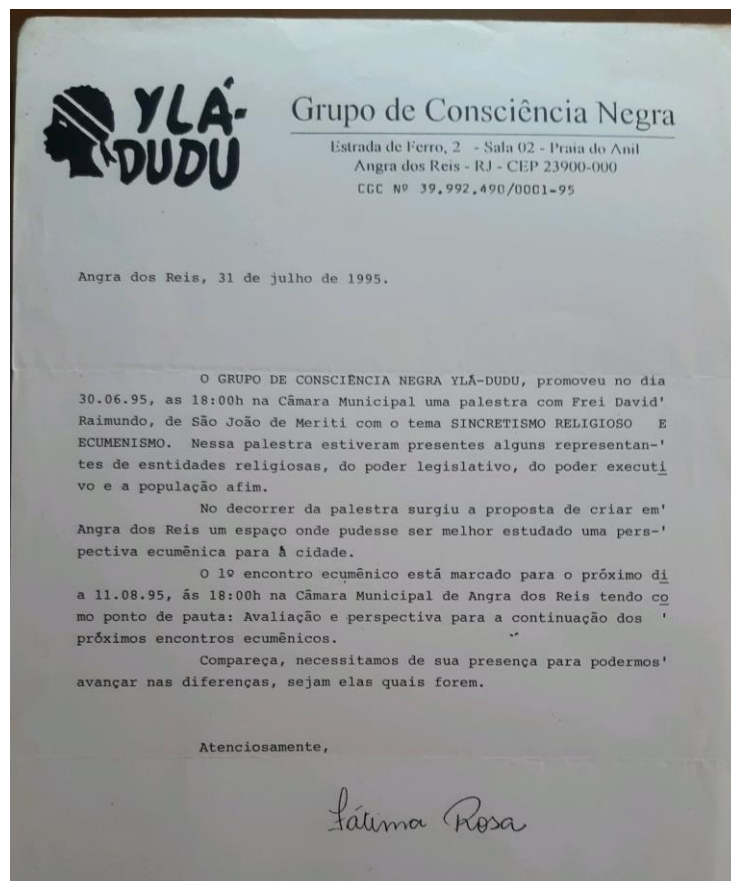
O desenvolvimento das ações em diferentes campos de atuação e as parcerias firmadas constam no Artigo 23 do Estatuto: “O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU poderá estabelecer parceria com grupos de articulação religiosa, cultural, político e educativo em todo território nacional”. As ações elaboradas foram guiadas pelas finalidades presentes no Estatuto do Grupo e se relacionam aos mais variados aspectos da sociedade, visando fundamentalmente mobilizar e articular sujeitos no combate ao racismo. A fala da militante Mariene aponta para essa preocupação:

Nós começamos a reunir com os negros para discutir, e nós vimos que não tinha que ficar só dentro da questão católica, é uma questão do negro da umbanda, do evangélico. Então deveríamos estar em outros espaços, começamos a nos reunir na praça, em algumas ruas e na casa de alguém. (MELO, 2016)⁴³.

O documento a seguir é um comunicado enviado pelo Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU às lideranças religiosas do município, convidando para um evento de interesse comum, debater o racismo entre as diferentes manifestações religiosas. Uma palestra cujo tema – Sincretismo religioso e Ecumenismo – foi proferida por um expoente do combate ao racismo, Frei Davi, ficando a proposta de criação do I Encontro Ecumênico de Angra dos Reis (Figura 32).

⁴³ Entrevista realizada com Mariene Florentino por Melo (2016).

Figura 32 – Comunicado sobre a palestra com Frei Davi



Fonte: Acervo da pesquisa.

Embora o nosso trabalho não tenha a pretensão de aprofundar os debates acerca de temas religiosos, registramos a atuação do YLÁ-DUDU nesse campo. Para futuras pesquisas que tenham esse tema como objetivo, ficam nossas primeiras impressões sobre essa importante relação: religiosidade e combate ao racismo.

Com a preocupação de levar, para as diferentes religiões, o debate sobre o preconceito racial, destacamos também a menção feita, em seus arquivos, sobre a valorização das religiões de matriz africana e afro-brasileira. A presença de lideranças e de sujeitos relacionados ao Candomblé e à Umbanda nos eventos sempre foi um elemento fundamental na construção das ações públicas do YLÁ-DUDU.

3.3.6 O YLÁ-DUDU nas ruas: pelos caminhos do jongo

*“Deram nossa liberdade
Mas não ficou do nosso jeito*

*Deram nossa liberdade
Mas não nosso direito
Por isso que o mundo inteiro
É cheio de preconceito.*⁴⁴

(MANOEL MORAIS).

A decadência da Fazenda Santa Rita do Bracuí ocorreu na segunda metade do século XIX. Outrora a propriedade estava entre as posses latifundiárias da família Souza Breves. Possuía um engenho de aguardente e recebia ilegalmente o tráfico de africanos usados como mão de obra nos cafezais e nos engenhos de açúcar da região Sul Fluminense, notadamente no Vale do Paraíba. O processo que levou ao desmantelamento da fazenda pode ser constatado no testamento⁴⁵ de José de Souza Breves. Nesse documento, consta também a doação das terras da propriedade aos ex-escravizados e suas respectivas alforrias. Os herdeiros das terras passaram a viver livres em comunidade, praticando sua economia agrária para subsistência, formada majoritariamente por negros e negras (MATTOS *et al.*, 2009; LOURENÇO, 2010).

Embora tenham recebido mediante doação, com documentos comprobatórios, a posse das terras não foi declarada oficialmente, gerando um grande processo de luta pela efetivação do território pela comunidade negra do Bracuí. Em alguns episódios relatados, moradores antigos foram alvos de violência, coerção e aliciamento praticada por “grileiros”, principalmente durante a construção da Rodovia Rio-Santos e de um Condomínio de Luxo nas terras da antiga fazenda próximo ao mar, durante a década de 1970. Após estes conflitos, muitos moradores passaram a ocupar a parte superior das terras, acima da rodovia, se interiorizaram no “[...] sertão do Bracuí.” (ABBONIZIO; SOUZA; RAMOS, 2016).

Ao analisar os conceitos de Quilombo, Ilka Boaventura Leite (2000) destaca o apresentado por Clóvis Moura, onde este entende a formação de quilombos no Brasil do período colonial até os dias atuais como “fato normal”, pois segundo Leite (2000) em tais territórios “[...] há evidências de que um processo de segregação residencial dos grupos de fato ocorreu, bem como o deslocamento, o realocamento, a expulsão e a reocupação do espaço” da população negra. Logo, podemos concluir que todo este processo de alijamento territorial sofridos por negros e negras ao longo da história do Brasil, ocorre na comunidade negra do Bracuí, e sua trajetória histórica pode ser compreendida como de uma comunidade remanescente de

⁴⁴ Ponto de jongo de autoria do senhor Manoel Moraes – jogueiro do Quilombo Santa Rita do Bracuí (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS, 2016, p. 395).

⁴⁵ “[...] lastimável estado de penúria.” (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS *apud* TESTAMENTO, 1887 *apud* MATTOS *et al.*, 2009).

quilombo. Sua sistematização, portanto, é pela afirmação desta identidade a fim de obter a titulação efetiva de suas terras perante o Estado.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, estabelece “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988). O Art. 2.º do Decreto n. 4887, de 2003, assinado pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, define, como Comunidade Remanescente de Quilombo, “[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (BRASIL, 2003). A luta da comunidade sustenta-se nessa legislação em destaque e cobra do Estado sua efetiva aplicação, mas o que se observa, na prática, é a morosidade em efetivar a titulação das terras.

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil vem estabelecendo sua democracia, e observamos, aos poucos, a inclusão, em sua agenda, de políticas de pautas de combate ao racismo e ações de reparação para a população negra, fundamentais como “[...] concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação.” (GOMES, 2001, p. 41). A própria constituição de 1988 traz, em seu texto, alguns avanços, como o citado anteriormente, reflexo das reivindicações dos agentes e dos movimentos e entidades negras que, ao estabelecerem pressão política, conseguiram atingir novas demandas, que se desdobraram em políticas sociais, políticas públicas e ações afirmativas por parte do Estado junto à sociedade civil.

Vários fatores contribuíram para o advento e a disseminação da ação afirmativa racial no Brasil. Os estudos sobre desigualdades raciais, produzidos nas décadas de 1970, 1980 e 1990, os primeiros a usarem dados estatísticos nacionais, forneceram base acadêmica para a denúncia do racismo brasileiro, historicamente encampada pelo Movimento Negro. Este último, por seu turno, adotou uma postura política mais propositiva e articulada com o Estado e com agências internacionais. (JUNIOR; CAMPOS, 2016, p. 269-270).

Embora a pressão política dos movimentos negros contribua para o exercício da democracia, como aponta Feres Júnior e Campos (2016), a situação da maioria da população negra brasileira é reflexo da exploração capitalista, em sua fase atual neoliberal, que mantém o racismo como estrutura de dominação. Logo, o conflito entre os agentes e os militantes dos movimentos e entidades negras, além da questão étnico-racial, enquadra-se na lógica do conflito de classes. Em Faleiros (2004), encontramos o resultado desse jogo político e

econômico, onde as “[...] políticas sociais são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista.” (FALEIROS, 2004, p. 80).

Já em Ailton Mota de Carvalho, as políticas sociais aparecem como “[...] um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem-estar social.” (CARVALHO, 2007, p. 75). No caso da população negra brasileira, dentre o conjunto de diretrizes das políticas sociais, historicamente se vêm destacando as ações afirmativas, que, segundo Ronaldo Jorge A. Vieira Júnior, “[...] além de reparar danos atuais e prestar contas com a história, promove a inclusão, a integração e o convívio de diferentes; é, por sua vez, um claro compromisso do Estado com a conformação de uma sociedade diversificada e plural.” (JÚNIOR, 2005, p. 96). Não existe a intenção de estender os conceitos apresentados, apenas salientar que é possível, dentro das políticas sociais, fundamentar as ações do Estado pela promoção da igualdade racial e pelas reparações históricas à população negra brasileira, uma reivindicação constante dos Movimentos Negros.

No documentário *Bracuí: velhas lutas, jovens histórias*⁴⁶, que narra parte da história que envolve a luta histórica da comunidade pela titulação de suas terras, a narrativa é feita pelos jovens que protagonizam e lideram algumas ações no quilombo. O Grupo de Consciência YLÁ-DUDU, além de ser mencionado por Angélica⁴⁷ – uma das jovens lideranças do quilombo – que relata fazer parte de sua coordenação, é representado na figura de Délcio Bernardo. Sua narrativa destaca o processo de luta e de parceria desenvolvido junto à comunidade. Em uma das cenas do documentário (Figuras 33, 34 e 35), é possível observar uma reunião entre os representantes do YLÁ-DUDU e da Associação dos Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí – (Arquisabra).

Há, nas narrativas dos mais velhos, a expressão de confiança de que as novas gerações estão sendo capazes de levar adiante as velhas lutas, tendo como maior desafio a titulação da terra. Uma liderança adulta, que vive fora da comunidade, mas que mantém com a mesma, estreitos laços de afeto e apoio político, afirmou que os

⁴⁶ Documentário produzido pelo Observatório Jovem/UFF, em 2008, o filme pode ser visto no site YOUTUBE.com. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s&t=1134s>. Acesso em: 1 dez. 2018.

⁴⁷ Angélica faleceu no ano de 2016, por complicações renais, porém pude participar da luta dessa mulher na procura de um atendimento especializado, que não era ofertado em Angra dos Reis, naquele momento. Ela conseguiu ser atendida algum tempo depois, quando não havia mais o que ser feito. Na dúvida entre o descaso na saúde, que assola todo o país, questiono-me quanto à saúde da mulher negra, em que Angélica representará apenas e infelizmente “mais um número” (OLIVEIRA, 2016).

velhos estão *entregando o bastão*. (CARRANO; BRENNER, 2017, p. 447).

A luta da comunidade quilombola do Bracuí mantém-se ativa na reordenação das lideranças, confiando à juventude a continuidade dos esforços pela titulação de suas terras. Em sua dissertação, Mariana Moraes Camacho (2010) buscou compreender os desafios dos jovens da comunidade Santa Rita do Bracuí em construir suas identidades dentro do território quilombola. O trabalho baseou-se na análise de seis entrevistas com jovens da comunidade, três feitas durante as idas ao campo, e outras três entrevistas do acervo de áudio e vídeo do documentário *Bracuí: velhas lutas, jovens histórias*. Em seu trabalho, ela afirma:

Atualmente ainda existem duas organizações que atuam dentro do Bracuí: a Associação dos Quilombolas de Santa Rita do Bracuí (Arquisabra) que tem como objetivo principal a luta pela titulação da terra, e o GRUPO de Consciência Negra YLÁ-DUDU, sediado no centro cidade de Angra dos Reis e que se refere às questões raciais e culturais. (CAMACHO, 2010, p. 32).

A pesquisa de Camacho (2010) evidencia a parceria do Arquisabra com o YLÁ-DUDU, e deixa pistas sobre os possíveis elos entre as organizações, referenciando o Movimento Negro local como o responsável pelas questões raciais e culturais. Sobre as questões raciais, ganha destaque o trabalho de educação desenvolvido entre os jovens, buscando a formação de uma identidade negra e quilombola. Essas questões podem ser relacionadas aos debates entorno da Lei 10.639/2003, anteriormente apontados por Délcio Bernardo, que atestam o envolvimento e a parceria entre o Movimento Negro local e a Comunidade Quilombola. Concernente às questões culturais, uma prática cultural importante da comunidade estabelece esse outro elo: o Jongo. Sua “revitalização” é considerada uma das principais ações da Arquisabra, contando com o envolvimento do YLÁ-DUDU nesse projeto.

Dentre tais ações, a de maior destaque é a “revitalização” do jongo, uma manifestação cultural que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos, tendo suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua bantu. O jongo consolidou-se entre trabalhadores escravizados das lavouras de café e cana-de-açúcar do Sudeste brasileiro, principalmente no vale do rio Paraíba do Sul, sendo cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que o pratica. (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS, 2016, p. 404).

Em sua tese de doutorado sobre a importância do Jongo na Educação, Kalyla Maroun (2013) refere-se ao Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU de Angra dos Reis e o concebe como um Movimento Negro e, ao destacar a importância do jongo na vida de Délcio Bernardo, a autora ressalta:

Mas, voltando para a questão do Movimento Negro criado em Angra dos Reis, é por meio do YLÁ-DUDU que a questão do reavivamento do jongo começa a ganhar força, o que, de certa forma, significou para ele o retorno ao seu lugar de origem e à sua família. (MAROUN, 2013, p. 100).

Apontando o reavivamento do jongo, como um processo pessoal de Délcio Bernardo, mas logo relacionando a coletividade, primeiro familiar e é claro, ao comunitário, onde realmente o jongo acontece. Nesse caso, duas comunidades ganham destaque em Angra dos Reis, a de Mambucaba e a do Bracuí, e essas duas também mantêm um sentido comunitário entre si. Não temos a pretensão de estender o diálogo sobre as práticas do jongo em Angra dos Reis; essa tarefa, por si só, já seria um tema rico a ser aprofundado. Alguns trabalhos salientam essa importância histórica para as comunidades negras do município⁴⁸. Pretende-se apenas, a partir dessas observações, relacionar o jongo, com o sentido coletivo de sua prática, às relações políticas estabelecidas entre a Arquisabra e o YLÁ-DUDU, sendo esse mais um de seus elos.

Consideramos, portanto, que o jongo foi uma das expressões culturais responsáveis pela aproximação do YLÁ-DUDU com os jongueiros do Bracuí, em Angra dos Reis e região, articulando inclusive a criação da Arquisabra, nesse ínterim, responsável também pelo fortalecimento da identidade negra, jongueira e quilombola, entre outras ações articuladoras, sobre isso Maria Nazaré relatou:

Se reconhecer enquanto negro, fazer outros se reconhecerem também enquanto negro na sociedade, “abrir” a cabeça do povo, correr atrás de algumas lutas nossas, como foi essa praça aqui (a entrevistada apontou para a Praça Zumbi dos Palmares²⁰) que nós conseguimos. E assim por diante, nós demos um pontapé. Assim, eu acho que abriu a cabeça de muita gente. Por exemplo, o Bracuí que não tinha um movimento, hoje já tem o movimento deles independente, que foi a questão do jongo, aos poucos nós fomos levando pra lá, “nós” pela pessoa do Délcio. Délcio como tinha gente na família que foi jongueira, ele foi resgatando toda a história do jongo e foi disseminando nessas comunidades quilombolas. (MARIA NAZARÉ, *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 41).

Uma das conquistas do Quilombo de Santa Rita do Bracuí é o reconhecimento de sua importância cultural para o estado do Rio de Janeiro, sendo patrimônio imaterial presente no Mapa de Cultura do Rio de Janeiro, com o projeto *Pelos caminhos do Jongo*. O ponto de cultura oferece oficinas de capacitação, atividades culturais, audiovisual, identidade negra, jongo, musicalização, percussão, ecoturismo e artesanato, porém esse resgate histórico da

⁴⁸ BRASIL-IPHAN (2005), SILVA (2006), ALCANTARA (2008), MAROUN (2013), Silva (2013) entre outros.

comunidade vai muito além.

Pelos caminhos do Jongo e do Caxambu: história, memória e patrimônio”. O livro é parte integrante do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, uma ação de treze comunidades jogueiras do Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo – os jogueiros do Sudeste – e do governo federal, através de uma grande articulação entre o Ministério da Cultura, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). É um produto que pretende atender aos objetivos estabelecidos na própria criação do Pontão: articulação entre as comunidades e os saberes constituídos, capacitação dos jogueiros, pesquisa e divulgação de seu patrimônio. O conhecimento e a divulgação da história do Jongo/Caxambu fortalecem os laços identitários dos jogueiros e contribuem para sua maior visibilidade, especialmente nas escolas, de acordo com a Lei 10639/03. (PONTÃO DO JONGO, 2022)⁴⁹.

É notório, portanto, o reconhecimento do jongo do Bracuí: resistiu ao tempo e renasceu como identidade cultural quilombola, tradição presente no espaço público do município, além dos espaços do quilombo. É vivo no batuque dos tambores, no ritmo das palmas, nos versos desafiadores dos jogueiros, no girar das saias ao calor da fogueira, onde a ancestralidade se faz presente em círculo (Figuras 33, 34, 35).

Figura 33 – Entrevista com Angélica⁵⁰



Fonte: Youtube® (2022).

⁴⁹ Ver mais em: Pontão de cultura do Jongo (uff.br).

⁵⁰ Entrevista concedida para o documentário *Bracuí: Velhas lutas, jovens histórias*. Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s&t=1140s>.

Figura 34 – Entrevista com Délcio⁵¹

Fonte: Youtube® (2022).

Figura 35 – Reunião entre lideranças do YLÁ-DUDU e da Arquisabra⁵²

Fonte: Youtube® (2022).

⁵¹ Entrevista concedida para o documentário *Bracuí: velhas lutas, jovens histórias*. Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s&t=1140s>.

⁵² Imagem registrada no documentário *Bracuí: velhas lutas, jovens histórias*. Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s&t=1140s>.

3.4 Um olhar negro na educação de Angra dos Reis

Conforme destacamos anteriormente, o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU mobilizou-se em diversos campos sociais, no município de Angra dos Reis, atuando com políticas de enfrentamento ao preconceito racial. Formou parcerias com outros movimentos sociais e comunidades tradicionais, buscou reconhecimento público, conquistou espaços e os ressignificou. Outro ponto fundamental de atuação do YLÁ-DUDU, ainda não analisado nesta pesquisa, mas que atravessa todos os demais, merece destaque: a Educação.

A atuação do Grupo nesse campo nos exige uma análise mais profunda sobre esse recorte fundamental para o combate ao racismo, pois ele se iguala aos demais Movimentos Negros. Ao longo da trajetória de atuação histórica do Movimento Negro brasileiro, a educação foi uma pauta primordial, marcando a luta pela oferta de uma educação de qualidade para a população negra brasileira. Nesse sentido, concordamos com Nilma Lino Gomes, quando a intelectual negra e pesquisadora sobre a relação entre Movimento Negro e educação afirma:

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2017, p. 21).

No Estatuto do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, a educação, como pauta de atuação, é citada no Artigo 2, item C.

c) Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro. (ESTATUTO YLÁ-DUDU, 1991).

Sendo uma das finalidades do YLÁ-DUDU, a educação esteve presente nas primeiras ações, mesmo antes da formalização com o Estatuto. Conforme as informações fornecidas pelos militantes e as fontes analisadas desde 1988, foram realizadas algumas ações de conscientização sobre o racismo e sobre suas estruturas de atuação em Angra dos Reis (Figura 36).

Figura 36 – Cartaz de divulgação, evento organizado pelo YLÁ-DUDU



Fonte: Acervo da pesquisa.

Trabalhando com algumas fontes, pudemos avaliar a atuação do Grupo na organização de eventos com esse enfoque, com destaque para a I Semana de Consciência Negra, realizada em novembro de 1991. O referido evento foi feito nas escolas e promoveu palestras e debates sobre a verdadeira história do povo negro, conscientizando professores e alunos sobre a influência da cultura negra em Angra dos Reis e no Brasil. Realizou também uma oficina de bonecas negras Abayomi.

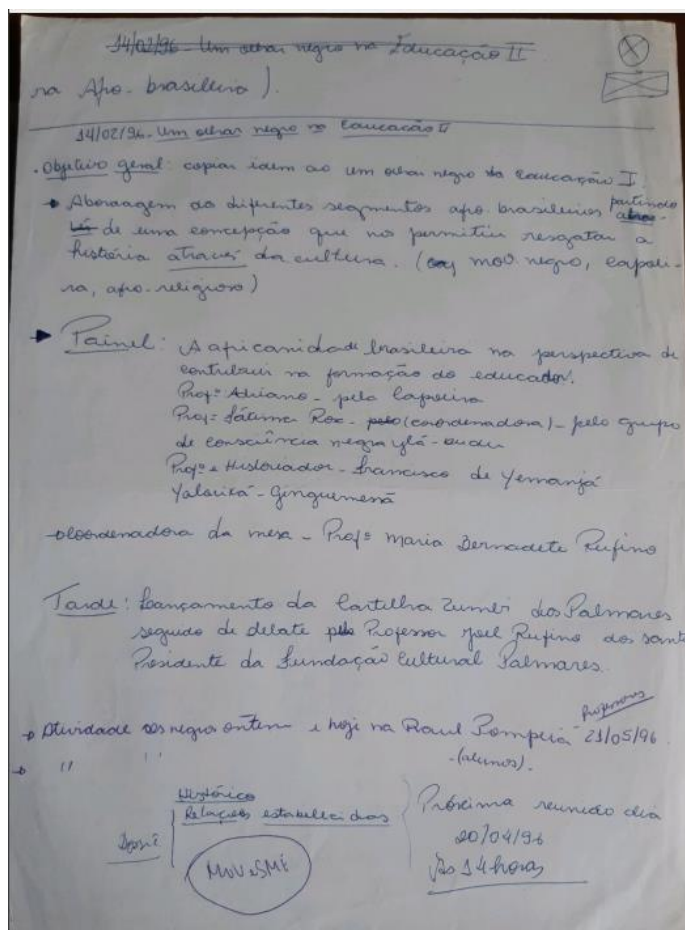
As ações do YLÁ-DUDU não se restringiam apenas ao espaço escolar, também foram elencadas atividades para serem realizadas nos espaços públicos do município, , conforme atesta o livro ata do grupo:

1. Proposta de cartazes de programa com fotos de orixás.
2. Ficou combinado que as atrações de sábado seriam jongo e capoeira.
3. Sônia irá confirmar a vinda de Renato Branco 04/11/91.
4. Fazer figuras de orixás para usar no “senário” da peça que deverá ser “ensendada” durante a programação da semana da consciência negra.
5. Será feito um documentário sobre negros.
6. Fátima irá falar com Narciso para não colocar apoio na faixa e sim nos cartazes.

7. As faixas sairão por dez mil cruzeiros.
8. A programação será realizada na Praça General Osório.
9. Fazer convites para enviar para entidades angrenses. (GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLÁ-DUDU, 1991).

Outro evento realizado pelo YLÁ-DUDU, ao longo da década de 1990, foi *Um olhar negro na educação*. Encontramos registros do primeiro evento, realizado em 1995, e do segundo, no ano seguinte, 1996. Tinham, como objetivo geral, segundo anotações realizadas durante as reuniões do grupos, “Fazer abordagens as africanidades brasileiras na perspectiva de contribuir político-pedagogicamente na formação do educador”. Planejaram para a programação do evento a realização de palestras, debates, apresentação de capoeira, confecção de painel e apresentações musicais (Figura 37).

Figura 37 – Rascunho de organização de evento do YLÁ-DUDU

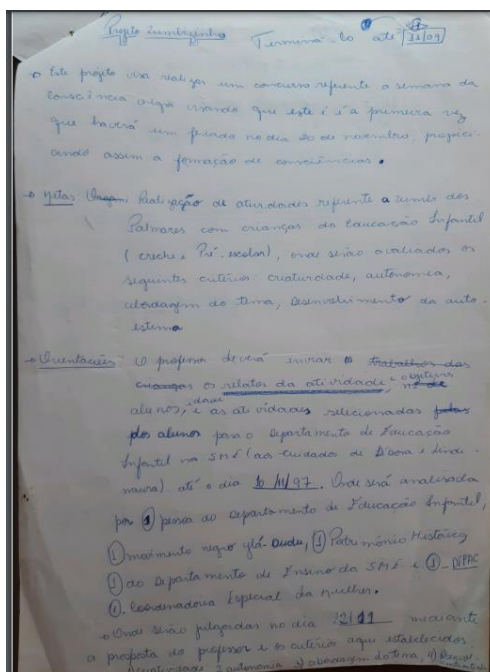


Fonte: Acervo da pesquisa.

O Projeto Zumbzinho, de 1997, também de autoria dos integrantes do YLÁ-DUDU, era voltado para a Educação Infantil. Segundo anotações realizadas em reuniões do Grupo, a

meta do Projeto consistia na “Realização de atividades referente a zumbi dos Palmares com crianças da Educação Infantil (Creche e Pré-escolar), onde serão avaliados os seguintes critérios: criatividade, autonomia, abordagem do tema, desenvolvimento da autoestima”. O evento também destacou a celebração do primeiro feriado da Consciência Negra, no dia 20 de novembro (Figura 38).

Figura 38 – Rascunho de organização de evento do YLÁ-DUDU



Fonte: Acervo da pesquisa.

Não identificamos fontes da realização do Projeto Zumbizinho, apenas anotações, portanto não podemos assegurar sua realização. Percebemos, porém, que o *evento Um Olhar negro na Educação* foi realizado nas dependências de uma escola, como atesta a imagem a seguir (Figura 39).

Figura 39 – Evento *Um olhar negro na Educação*



Fonte: Acervo da pesquisa.

Identificamos as ações específicas para educação, realizadas pelo YLÁ-DUDU, ao longo da década de 1990, como a *I Semana de Consciência Negra, Um Olhar Negro na Educação*, o *Projeto Zumbizinho*, entre outras ações realizadas em espaços públicos, voltadas para a conscientização sobre a importância da população negra brasileira e de sua cultura, além do combate ao racismo.

Observamos a preocupação em relação às manifestações culturais de matriz afro-brasileira, como candomblé e Umbanda, a musicalidade e a corporeidade do jongo, e a resistência da capoeira. Como mencionamos anteriormente, a educação atravessa todos os demais campos de atuação e por eles é atravessada. Vimos também a parceria com outras instituições e sujeitos engajados na luta contra o racismo.

Salientamos aqui as referências identificadas nos arquivos e nas fontes geradas pela militância à Secretaria Municipal de Educação, que, ao longo da década de 1990, era uma das pastas da gestão do Partido dos Trabalhadores, assim como a Secretaria de Cultura, ambas apoiando as ações do YLÁ-DUDU. Essas articulações comprovam nossas hipóteses quanto à inserção na agenda pública municipal de pautas de combate ao preconceito racial e a construção de políticas públicas antirracistas durante a gestão do PT, frutos da sensibilidade do Grupo em relação à *práxis* que buscou no campo da política, da educação, da cultura, da religiosidade, da fala e da escuta sensível, os caminhos que permitiram realizar suas ações de conscientização.

Não concluímos aqui as análises sobre a importância da Educação para o YLÁ-DUDU, estamos apenas abrindo o debate que se desdobrou ao longo do início do século XXI. Ao longo da primeira década dos anos 2000, conquistas do Movimento Negro no campo da Educação demarcaram a atuação do YLÁ-DUDU em Angra dos Reis. Nessa mesma década, passou por modificações em seus quadros de militância. Antigas lideranças deixaram de atuar de forma mais efetiva, e novas assumiram o bastão para guiar a luta contra o racismo e

centralizaram suas ações no campo da Educação. Sendo assim, abrimos aqui os debates do próximo capítulo, que aprofundará nossas análises no campo da Educação, durante os anos 2000.

Fazemos essas breves considerações finais sobre este terceiro capítulo e abrimos o quarto com um texto escrito por Fátima Rosa em nome do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU. O documento foi publicado nos Anais do Seminário de Memória e História, I Mostra Pedagógica da Rede Pública Municipal de Angra dos Reis, evento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, de 30 de julho a 2 de agosto de 1996. O título do texto⁵³ convoca-nos a refletir sobre a luta que se descortinou no limiar deste novo século – EDUCAÇÃO: NEGRITUDE JÁ!

⁵³ Texto na íntegra no Anexo II.

CAPÍTULO 4 – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ANGRA DOS REIS, NO SÉCULO XXI

Durante a década de 1990, o governo local assentava-se em bases populares e contava, em seus quadros de gestão pública, com lideranças dos movimentos sociais locais. O término da hegemonia política do Partido dos Trabalhadores no município (1988-2000) e o retorno das antigas famílias abastadas ao poder público municipal coincidem com o início da hegemonia política do PT no Governo Federal, com as eleições de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff para o palácio do Planalto (2003-2016).

A agenda pública municipal, aos poucos, trazia pautas que debatiam a questão racial, as propostas de transformação social e o combate ao racismo defendidos pelo YLÁ-DUDU. A nova diretriz política assumida pelo Governo Federal iria influenciar a organização da luta em Angra dos Reis?

Propomos assim apresentar a legislação federal, que se mostra como uma política pública de promoção da igualdade racial, e entender seus reflexos no município de Angra dos Reis, expostos nos documentos e legislação municipal.

Nosso objetivo, neste último capítulo, consiste em caracterizar os objetivos do YLÁ-DUDU no desdobrar de sua formação histórica, em seu projeto de combate ao racismo para a sociedade angrense, principalmente no campo da educação e no campo político. Pretendemos ainda apontar e analisar os limites da *política de promoção da igualdade racial* implantada nas primeiras décadas do século XXI, em Angra dos Reis, alicerçada pela legislação federal.

A pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2022, período de conclusão de nossa tese, seguiu vitimando a população brasileira. Os índices de infecção e reinfecção eram elevados, exigindo todos os cuidados necessários para contatos sociais. Sendo assim, reforçamos que, para a elaboração deste quarto capítulo, tivemos dificuldades para agendar as entrevistas, inclusive, em uma das tentativas, a militante estava em isolamento, por estar contaminada pelo Novo Coronavírus. Conseguimos entrevistas presenciais em 2022, com Maria Margarida Ferreira – militante do YLÁ-DUDU, integrante do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir), representando o Movimento Negro, e Jaqueline Máximo – professora, militante do YLÁ-DUDU e presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial durante a primeira nomeação do Compir, em 2014. Além das entrevistas recentes, contamos também com publicações e produções acadêmicas (PEREIRA, 2008, 2020; SANTOS, 1985; GOHN, 1992, 1997, 2006; GOMES 2017; GONÇALVES; ANTUNES, 2008; DUSSEL, 2009, LANDER, 2005) entre outros, fontes documentais,

entrevistas realizadas antes da pandemia e legislação específica, com ênfase na questão étnico-racial.

4.1 YLÁ-DUDU: Movimento Negro Educador⁵⁴

Iniciamos este capítulo continuando o debate, iniciado no capítulo anterior, sobre a educação como pauta política e, em alguns casos, até mesmo, como estratégia de luta contra o racismo. A partir das conquistas do Movimento Negro brasileiro, ocorridas ao longo da primeira década dos anos 2000, como a Lei n. 10.639/2003, que complementou o currículo da educação básica com a história e cultura afro-brasileira e africana, além da implementação de uma “política de cotas”, que possibilitaria o acesso e a permanência dos estudantes negros nas universidades públicas; contribuíram na atuação do YLÁ-DUDU em Angra dos Reis. Nessa mesma década, o Grupo passou por modificações em seus quadros de militância. Antigas lideranças deixaram de atuar de forma mais efetiva, e novas lideranças continuaram a luta contra o racismo, desenvolvendo ações no campo da Educação.

Conforme destacamos no Capítulo 2, é necessário revisitar a história do Movimento Negro no Brasil para compreender sua diversidade, o próprio conceito de Movimento Negro não possui uma definição única. Por isso, retomamos aqui este debate antes de continuar a análise sobre algumas ações do YLÁ-DUDU. Concordamos com Amauri Pereira sobre os “três impulsos” e o “salto” (PEREIRA, 2008), que garantiram ao Movimento Negro brasileiro consolidação. Nosso amparo no professor e intelectual negro também se dá pelo fato de ele nos apontar o conceito de Joel Rufino dos Santos, escrito em seu artigo de 1985. A primeira definição de Joel Rufino dos Santos, de Movimento Negro, ocorre “no sentido estrito”, sendo esse conceito “excludente”, uma vez que considera o “Movimento Negro exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo.” (SANTOS, 1985, p. 287). A segunda definição, aquela que nos serve de arcabouço teórico e abrange a diversidade do Movimento Negro, dá-se em “sentido amplo”, considerada também por Pereira (2008), e com eles concordamos ser a melhor definição de Movimento Negro:

⁵⁴ Termo utilizado em referência à obra de Nilma Lino Gomes, *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017).

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui Movimento Negro. (SANTOS, 1985, p. 287).

A fim de reforçar o conceito que melhor atende nossos objetivos com este trabalho, trazemos, para a discussão, a definição de Movimento Negro em sentido amplo, defendido por Nilma Lino Gomes, em seu livro *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, de 2017. Seu conceito se aproxima com o de Joel Rufino dos Santos.

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação, da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (GOMES, 2017, p. 24).

Todos esses conceitos indicam a compreensão do Movimento Negro em seu sentido amplo. Conforme também salientamos no Capítulo 2, ancorados no conceito de Maria da Glória Gohn (1997), compreendemo-no como um movimento social, a atuar em relação à questão racial. Todo esse arcabouço teórico metodológico nos permitem identificar, em sentido amplo, o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU como o Movimento Negro que atua, de forma mais incisiva, em Angra dos Reis, desde o final da década de 1980.

Ao longo do Capítulo 2, revisitamos a história do Movimento Negro brasileiro, identificamos, ao longo da primeira metade do século XX, as escolas da Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro, como exemplos de como a educação se apresentou como pauta política e, em alguns casos, até mesmo estratégia de luta. A Carta de princípios do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, trazia demandas como as lutas “pela valorização da cultura negra” e por maiores oportunidades de educação. Desde sua origem, o Grupo de Consciência Negra, como movimento social negro, reivindica uma educação que contemple as matrizes culturais africanas da sociedade brasileira, questionando a ausência de negros e negras nas páginas da “história oficial” do município de Angra dos Reis.

No Capítulo 3, identificamos a presença e a participação do YLÁ-DUDU na Marcha

Nacional Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995. Esse evento pode ser considerado outro marco histórico nas lutas do Movimento Negro brasileiro pela educação. Nessa ocasião, foi entregue ao então presidente, Fernando Henrique Cardoso, o *Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial*. Esse cobrava do Estado brasileiro o desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.

Destacamos, no capítulo anterior, algumas ações do YLÁ-DUDU no campo da educação, porém, como salientamos, é necessário aprofundar nossas análises nesse ponto primordial de atuação do Movimento Negro. Ao longo da década de 1990, efetivação da luta contra o racismo em Angra dos Reis, o YLÁ-DUDU conseguiu articular parcerias e estabelecer diálogo com o poder público municipal, dentre eles a Secretaria de Educação, desenvolvendo projetos para Educação Infantil e para a Educação Básica. Voltada para o Ensino Superior e formação continuada de professores, foi importante a parceria com a Universidade Federal Fluminense. O trabalho conjunto, construído pelo Grupo, ampliou seu foco de atuação e se destaca pela capacidade transformadora que a educação possibilita, sendo uma das finalidades, no Estatuto do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, a educação como pauta de atuação é citada no Artigo 2, item C.

c) Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro. (ESTATUTO YLÁ-DUDU, 1991).

Valendo-se do conceito de educação informal, ou seja, um modelo de educação que não está vinculado ao espaço escolar, o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, em seu Estatuto, propõe alternativas para preencher as lacunas de um modelo de educação que exclui, de seus currículos, a importância da população afro-brasileira. O debate sobre as diferenças entre educação formal, informal e não formal é extenso, muitos pesquisadores e pesquisadoras se debruçam sobre ele. Concordamos com Maria da Glória Gohn (2006, p. 28), quando essa diferencia a educação formal das demais práticas educativas realizadas fora do ambiente escolar. A pesquisadora assim define as diferenças entre as três modalidades:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não

formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28).

O YLÁ-DUDU sempre procurou pautar a importância da educação em suas ações, ocupou ruas, praças e outros espaços públicos para colocar em prática a conscientização sobre a questão racial, propondo debates e rodas de conversas. Podemos apontar, como exemplo de educação informal, a experiência desenvolvida pela militante Mariene Florentino. Em pesquisas anteriores ao desenvolvimento deste trabalho (MELO, 2016), identificamos o projeto *Troca de Saberes*, desenvolvido pela militante do YLÁ-DUDU Mariene Florentino nas primeiras décadas do século XXI, um “projecinho”, como ela mesmo carinhosamente chamou, que era aplicado dentro de sua própria casa. Um exemplo de educação não formal incentivado a partir das ações e de debates desenvolvidos pelo YLÁ-DUDU.

Estimulada pelo papel educador do YLÁ-DUDU, Mariene Florentino retomou os estudos e ingressou no curso de pedagogia da Universidade Federal Fluminense em Angra dos Reis. Não chegou a concluir o curso por problemas de saúde, mas se valeu dos anos de aprendizado na academia, somados às experiências de militância no Movimento Negro. Ao realizar o projeto “Troca de Saberes”, ela abria as portas de sua pequena casa para crianças e adolescentes de famílias carentes de sua comunidade, em sua maioria formada por crianças negras, “invadirem” sua sala e ali terem um espaço lúdico para ler, falar, contar, escrever, cantar, desenhar, ouvir, brincar e sentir a alegria contagiante de Mariene.

Eu não pude exercer a pedagogia! Aí acabei me aposentando por invalidez, tem cinco anos que eu tô em casa parada! Mas eu montei um projecinho aqui, que eu criei o espaço Troca dos saberes! É onde o espaço, as crianças invadem, você pode ver que é muito pequenininho isso aqui. (MELO, 2016).⁵⁵

Segundo bell hooks (1995, p. 474), “[...] afirmando no isolamento que o trabalho que fazemos pode ter impacto significativo numa estrutura coletiva”. O papel transformador vivenciado por Mariene pode ser compreendido a partir das colocações de hooks como um prazer no ato de educar, um dos princípios do feminismo negro. Mulheres negras engajadas na luta contra a discriminação racial, de gênero e classe demonstram seu compromisso com a transformação social.

No capítulo anterior, trouxemos ações educacionais do YLÁ-DUDU, implementadas durante a década de 1990, isto é, eventos realizados em escolas municipais voltadas tanto

⁵⁵ Entrevista realizada com Mariene Florentino por MELO (2016).

para docentes, quanto para discentes, sobre a conscientização da importância histórica da população negra brasileira, sua identidade cultural, formação continuada de professores, além do combate ao racismo. Os projetos desenvolvidos no contexto político do final do século XX, analisados anteriormente no Capítulo 3, servem-nos de embasamento para reforçar o papel educador do YLÁ-DUDU. Outras ações corroboram o engajamento.

Atuando em parceria com entidades do poder público municipal, o YLÁ-DUDU desenvolveu projetos importantes em prol de uma educação antirracista. Um exemplo dessas ações foi a criação da Medalha Zumbi dos Palmares. Embora não tenha uma legislação para a comenda, identificamos um Comunicado Interno da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (Secti) de Angra dos Reis, regulamentando a premiação. O objetivo da medalha era incentivar a produção de políticas pedagógicas, de programas ou de projetos que gerem experiências relevantes para a promoção da igualdade racial, oferecida a professoras e professores da rede municipal que desenvolvem projetos para a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Segundo o militante do YLÁ-DUDU, Délcio Bernardo, a iniciativa da medalha traria um reconhecimento público para os docentes:

A gente criou uma comenda, que era a medalha zumbi, a ideia da medalha zumbi não tinha um ranking pra essa medalha. Como a gente sabia que na rede pública tinham vários professores que trabalhavam com questão racial, que tinham projetos com questão racial, que dentro da escola esse professor, ou professora enfrentavam problemas com suas direções, porque a direção as vezes não topava, a gente criou essa medalha pra premiar ou pra reconhecer o trabalho desse professor ou dessa professora numa cerimônia pública. (MELO, 2016)⁵⁶.

No capítulo anterior, evidenciamos o estreitamento político do YLÁ-DUDU com a comunidade quilombola do Bracuí, onde identificamos o jongo atrelado às expressões culturais como elemento importante para o desenvolvimento identitário da comunidade. A educação também permite esse processo: um exemplo mencionado pelo militante Délcio Bernardo é a presença de jovens quilombolas na Universidade Pública, cursando Licenciatura em Educação do Campo (LEC).

A gente tem agora lá no Bracuí dentro desse processo, ele é um resultado desse debate que a lei nos permitiu naquele momento, que é o curso LEC, curso de educação no campo, nós temos 4 quilombolas hoje formados na graduação da LEC, que é na RURAL. (MELO, 2016).⁵⁷

⁵⁶ Entrevista realizada com Délcio Bernardo por Melo (2016).

⁵⁷ Entrevista realizada com Délcio Bernardo por Melo (2016).

Segundo os destaques apontados na entrevista de Délcio, são frutos do amplo debate promovido pelo Movimento Negro, principalmente a partir da Lei 10.645/2003. Permitem identificar a preocupação que o YLÁ-DUDU tem com a educação e como ela pode ser um instrumento de transformação social dos sujeitos, garantindo a manutenção da luta pelo acesso ao território na formação identitária de jovens e de futuras lideranças do Quilombo.

A parceria do YLÁ-DUDU com a Universidade Federal Fluminense (UFF) também permitiu o desenvolvimento de projetos em prol de uma educação antirracista. A UFF instalou-se em Angra dos Reis, no ano de 1992, ao criar o primeiro curso de graduação em Pedagogia no município, fruto de uma parceria com o poder público local, por meio de sua Secretaria de Educação, em decorrência de ações de extensão e de assessoria pedagógica da Faculdade de Educação da UFF em Niterói (FEUFF).

Nos seus primeiros anos de existência, com um corpo docente oriundo da UFF-Niterói e em funcionamento nas instalações de uma escola municipal, ofertavam o curso com um currículo singular denominado *Núcleo de Estudos e Atividades Pedagógicas* (Neap), que teve influência em inúmeros cursos de Pedagogia, em todo Brasil. Tal currículo derivava de uma concepção e prática novas de formação de professores, aliada à necessidade da formação continuada dos professores da rede de ensino e fruto dos debates feitos em suas associações representativas, em nível local e nacional.

O curso de Pedagogia da UFF, em Angra, formou 17 turmas entre 1992 e 2009, desenvolveu diversas atividades culturais, de formação e de cursos de extensão, realizando como, por exemplo, o curso de extensão *Negros e Negras em Movimento*, eventos como o *Seminário sobre Diversidade Cultural e Étnica e as Práticas Escolares*, a Especialização *lato sensu Diversidade Cultural e Interculturalidade: Matrizes Indígenas e Africanas na Educação Brasileira*, e realiza anualmente o *Congresso de Diversidade e Interculturalidade de Angra dos Reis*.

Identificamos parceria do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU com a Universidade Federal Fluminense na organização, na elaboração e no desenvolvimento do Curso de Extensão *Negros e Negras em Movimento*, como destaca o projeto de apresentação do Curso organizado pela Secti:

É nesse contexto que reafirmamos, para este projeto, a parceria com o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, de Angra dos Reis, que se tornou uma referência também para os municípios vizinhos. Baseado no respeito e na valorização do povo, da cultura e das religiões de matriz africana, esse grupo organiza, na região de Angra dos Reis, cursos, palestras, oficinas, integrando o Movimento Negro nacional ao local. Organiza também, atividades culturais que resgatam a identidade negra como o estudo e a prática do jongo, da capoeira entre outros. Em suas investidas também

se incluem importantes atividades em escolas estaduais, municipais e particulares, em parceria com a Secretaria de Educação local. (ANGRA DOS REIS, 2006).

A criação do Curso de extensão Negros e Negras em Movimento representa a construção de uma política pública municipal de combate ao racismo com amplo alcance aos educadores. A capacitação de professores concentrava seus debates nas questões sociais, culturais, políticas e educacionais que envolvem a população negra brasileira e criou bases para a implementação da Lei n. 10.639/2003.

O Projeto de Pesquisa e Extensão Universitária “Negros e Negras em Movimento: relações étnico-raciais na escola e o debate sobre a lei 10639/2003” centraliza as questões sociais, culturais, políticas e educacionais que envolvem a população afro-brasileira; a discussão necessária do preconceito racial; e a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnico raciais no ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana em instituições educacionais brasileiras. (GONÇALVES; ANTUNES, 2008, p. 69).

A frente do projeto, representando a UFF, estavam os professores do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação Maria das Graças Gonçalves e Jose Luiz Cordeiro Antunes, que argumentaram a importância da parceria firmada para realização do curso:

Esse projeto, numa parceria entre a Universidade Federal Fluminense, através da PROEX/UFF, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Sociedade Civil, através do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, do Movimento Negro local, empreendeu uma cadeia de ações sistematizadas para trabalhar de forma institucional, na pesquisa educacional e extensão: formação de educadores e agentes sociais militantes do Movimento Negro; vivências culturais; e produção de projetos pedagógicos e materiais de ensino. (GONÇALVES; ANTUNES, 2008, p. 12).

Maria das Graças Gonçalves e José Luiz Cordeiro Antunes (2008) destacaram também a necessidade de implementação do Curso de formação continuada aos docentes que atuam no município de Angra dos Reis e reforçaram a atuação do YLÁ-DUDU.

O trabalho em destaque favorece o movimento de abertura para a realização de múltiplas interações entre a Universidade e os diferentes atores sociais, no âmbito dos poderes públicos locais de Angra dos Reis, materializadas em projetos pedagógicos oriundos de diferentes escolas públicas, e também com a sociedade civil, em especial com o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, de Angra dos Reis. Discutindo, articulando saberes, estabelecendo debates, reconhecendo os sujeitos cognoscentes e realizando sistematizações contribuem para os processos de formação continuada dos educadores presentes no espaço escolar e em outros espaços de nossa sociedade. (GONÇALVES; ANTUNES, 2008, p. 12).

Segundo Maria das Graças Gonçalves e José Luiz Cordeiro Antunes (2008), o Curso de Formação Continuada de 132 h/a formou quatro turmas no biênio 2006/2007 e atendeu a

aproximadamente 200 educadores. Mobilizou a criação do Fórum de Discussões Permanentes Negros e Negras em Movimento, vinculando a ele um Núcleo de Estudos e Pesquisas, com o fim de organizar ciclos de leituras, debates e reflexões, orientar a elaboração de projetos de pesquisas que discutam sobre as questões raciais no Brasil e em planos de ações para a materialidade da Lei 10.639/2003 nas escolas (GONÇAVES; ANTUNES, 2008). Com a ampliação dos debates e o fortalecimento das parcerias entre Universidade Federal Fluminense, Secretaria Municipal de Educação e o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, o Curso de Extensão desdobrou-se no curso de pós-graduação *lato sensu Diversidade Cultural e Interculturalidades: Matrizes Indígenas e Africanas na Educação Brasileira*.

4.2 Consolidação da Resistência negra em Angra dos Reis

A institucionalização do Movimento Negro de Angra dos Reis, ao longo da década de 1990, foi fundamental na evidenciação do racismo que estruturou as relações sociais e políticas na cidade. Sua militância identificou a hierarquização racial como uma característica histórica da estrutura social do município.

A partir desse contexto, o YLÁ-DUDU buscou efetivar ações e eventos de conscientização sobre a questão racial, discutir propostas e iniciativas institucionais junto ao poder público local para implantar e implementar, na agenda pública municipal, políticas públicas de combate ao racismo e à desigualdade racial.

Ao longo da década de 1990, o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU consolidou-se e materializou como Movimento Social, apresentando uma estrutura de organização voltada para a luta coletiva contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra de Angra dos Reis. Desenvolveram iniciativas educacionais, práticas culturais, articulação político-partidária, parcerias diversas, que demarcaram sua diversidade de ações e agregaram a pluralidade característica do Movimento Negro.

Nosso diálogo com a militância permitiu identificar as estratégias de ação que eram planejadas no interior do Grupo, e os desafios para executá-las na prática. O caminho da luta é árduo, principalmente na luta antirracista. Ficou evidente que, em alguns momentos, houve avanços e, em outros, retrocessos. Enquanto novos integrantes chegavam para fortalecer a luta, antigas lideranças deixavam o YLÁ-DUDU. Deparamo-nos assim com situações e dilemas sensíveis nas vidas dos militantes: as dificuldades em assumir compromissos e estar presentes em reuniões periódicas, o envolvimento de integrantes na política partidária, os debates calorosos internos, o fim do grupo musical (Banda YLÁ-DUDU), o fim do Grupo de Capoeira,

a ausência de uma sede.

A observação apontada em artigo de autoria principal do professor Amílcar Araújo Pereira (2020) faz-nos refletir sobre as dificuldades internas do Movimento Negro, composto por sujeitos, que, pelas mais variadas emoções, podem engajar-se ou distanciar-se da luta.

Pudemos, a partir disso, tomar contato com eventos, encontros, conversas e ideias-chave, que produziram “viradas” nas vidas de nossos entrevistados e os conduziram à construção de suas trajetórias políticas no Movimento Negro. Pudemos compreender as conjunturas e elementos que estavam “em jogo” em momentos importantes de tomada de decisão ou de desenvolvimento de processos como a organização de coletivos e instituições, bem como os fatos e eventos que influenciaram as pessoas na construção de sua identidade negra. Deparamos também com as questões e temas sensíveis nas vidas dessas pessoas. Fatos e eventos que causaram raiva, alegria, decepção, traumas, tristezas ou outros sentimentos quaisquer importantes em suas trajetórias e que marcaram essas pessoas negativa ou positivamente, tendo sempre em vista a compreensão de como esses elementos influem na construção de suas subjetividades, suas concepções e posições político-ideológicas, como também na formação de suas atuações na militância negra. (PEREIRA; MAIA; LIMA, 2020, p. 169).

Diante disso, é fundamental “[...] compreender como essas experiências se constituíram e como elas compõem o complexo cenário em que se desenrola a atuação antirracista do Movimento Negro na atualidade.” (PEREIRA; MAIA; LIMA, 2020, p. 169).

As dificuldades inerentes ao processo de luta antirracista mobilizada pelo YLÁ-DUDU também se refletem na manutenção de sua história. A ausência de uma sede com arquivo próprio e de um acervo documental acessível, com fontes produzidas ao longo da experiência de militância, impõe limites à vivacidade de sua memória. Muitas fontes estão sob a posse e sob o cuidado de alguns militantes, que guardam os registros com zelo. Para reconstruir a memória do YLÁ-DUDU, tivemos acesso a uma parte desses documentos e contamos com a colaboração da militância, que gentilmente nos concedeu sua análise.

O YLÁ-DUDU, como Movimento Negro e utilidade pública do município de Angra dos Reis, além de uma sede, precisa de um centro de memória, aberto ao público para consulta e visitação, para que sua história de resistência se torne também parte do patrimônio material do município.

Diante disso, as dificuldades internas são inerentes ao processo de desdobramento de sua formação histórica, mas não tornam inertes a atuação do Movimento Negro. As ações de combate ao racismo do YLÁ-DUDU, ao longo das primeiras décadas do século XXI, evidenciam-nos a importância da Educação para o Movimento Negro; o combate ao racismo, no campo da educação, consolida a resistência negra em Angra dos Reis, mobilizada pelo Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU.

Além da educação, o campo político também se apresentou como um importante espaço de conflito e de resistência negra, sendo necessário analisar a Política de Promoção da Igualdade Racial, implantada nas primeiras décadas do século XXI, em Angra dos Reis, alicerçada pela legislação federal.

4.3 YLÁ-DUDU e as Políticas de Promoção à Igualdade Racial

Analizamos a história de Angra dos Reis desde o final do século XIX, para identificar como as relações étnico-raciais foram estruturadas, e constatamos as marcas do racismo. Como mencionamos no Capítulo 1, a história do município está inserida no contexto moderno do sistema capitalista, vinculada ao sistema colonial. A exploração colonial tornou-se uma das práticas do capitalismo, símbolo de seu desenvolvimento e fonte de riqueza das monarquias europeias. Sua opulência foi sustentada à base da exploração e de muita violência empreendida na África, na Ásia e na América.

Região de águas tranquilas para a navegação, a Baía da Ilha Grande, em Angra dos Reis, fez parte dessa estrutura econômica a partir do século XVI, com a chegada dos colonizadores portugueses, em especial, no Atlântico Negro, por meio de seu símbolo maior: o navio negreiro (GILROY, 2001) sendo porto clandestino, ou não, de desembarque de africanos.

Enrique Dussel (2009) aponta que, ao longo dos séculos, a Europa implementou um processo de dominação política, econômica e cultural em diferentes partes do globo, responsável por criar categorias para ocultar o processo de dominação. Sua expansão é descrita como um processo civilizado e ocorre quando as pessoas não conseguem administrar suas próprias vidas e a riqueza em áreas escassamente povoadas que aguardam a chegada dos europeus. O capitalismo, nesse contexto, afirma-se não só pela formação e pela reprodução do capital socioeconômico, mas também pela definição de uma cultura e de uma civilização que se consideram superiores (LANDER, 2005). A modernidade que interpreta a história e o mundo nasceu e difundiu-se a partir desse eurocentrismo.

Ainda segundo Dussel (2009) e Lander (2005), a filosofia moderna e as Ciências Sociais construídas nas universidades europeias, bem como o sistema capitalista de produção, não podem ser compreendidos sem uma análise do século XVI e principalmente da produção do *ser colonial* como contraponto da civilização europeia. A modernidade e a civilização seriam a antítese do mundo bárbaro, seus povos e regiões a serem dominadas, sob a égide do cristianismo e da cultura europeia dominante.

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais. (LANDER, 2005, p. 22).

Edgardo Lander (2005, p. 25) aponta ainda que “Somente sobre a base [...] de um conhecimento descorporizado e descontextualizado – é concebível esse tipo muito particular de conhecimento que pretende ser des-subjetivado”. Nessa mesma linha de raciocínio, Dussel afirma “A acumulação originária do capital, da modernidade, tinha começado a sua expansão destruidora com sistema-mundo depredador.” (DUSSEL, 2009, p. 322). Ou seja, a pilhagem praticada pelos europeus, apresentada como descobrimento, será imposta como uma verdade natural, inevitável à própria história da humanidade.

Segundo Aníbal Quijano, a expressão *Colonialidade do poder* configura uma forma de poder moderna, unindo controle do trabalho, formação racial, Estado e produção do conhecimento. Maldonado-Torres (2009) também argumenta que existe, desde o século XVI, uma conexão entre capitalismo, expansão atlântica/colonialismo e raça.

A violência do Estado capitalista europeu efetivou-se no genocídio indígena e na escravidão africana, operacionando com o racismo. De modo efetivo, essa estrutura de colonialidade construída no século XVI perdura até os nossos dias e tem impactos profundos na desigualdade da população negra brasileira e em suas formas de organização. Como política do Estado capitalista, a violência do racismo é estruturalmente empregada para manter a exploração, a opressão, as desigualdades e a pobreza. Logo, o racismo, além de ser histórico, configura-se como uma questão social.

A questão social tem sua origem relacionada às relações de produção capitalista e à fabricação da exploração, da pobreza e das desigualdades sociais na classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001). O racismo, como questão social, nasce com o modo de produção capitalista e deve ser pensado no interior dessa lógica. Para compreender a questão social, é necessário identificar as diferentes formas reveladas pelo mundo do trabalho, em diferentes contextos históricos que se desdobraram na luta de classes e os mais variados projetos políticos de Estado. Entendemos assim que a questão social, com as consequentes políticas sociais e as relações étnico-raciais no Brasil, devem ser elaboradas sob o prisma de sua historicidade.

No Brasil, a política social dialoga com as contradições do Estado em seus diferentes contextos, relacionada à dinâmica contraditória das classes sociais e a distintos interesses, seja

no interesse das classes dominantes, seja nas demandas das classes dominadas. As políticas sociais do Estado devem ser consideradas no conjunto do capitalismo, seu desenvolvimento, suas contradições e contextos históricos específicos, além de questões territoriais. “A política social é uma gestão estatal da força de trabalho articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de exploração exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social [...]” (FALEIROS, 2009, p. 64). A análise deve passar pelo processo de acumulação e de reprodução do capital e pelos impactos sociais e econômicos gerados sobre a classe trabalhadora, que se apresentará como classe alvo de demandas das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado. Dessa forma, “O Estado assume um papel mediador, no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados.” (FARIAS, 2001, p. 40).

As funções do Estado assumem formas institucionais e materializam-se em políticas sociais, expressando as contradições entre Estado e sociedade civil. As políticas sociais expressam contradições, pois, à medida que as esferas de poder buscam mitigar as desigualdades sociais, também procuram intervir para reprimir as lutas sociais (JACOBI, 1993). Dessa forma, o Estado atua na reprodução do capital e também age na esfera da ação dos movimentos sociais.

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais. Esta contradição é dissimulada pelas ideologias humanistas, progressistas ou liberais, que apresentam estas medidas como instrumentos de igualdade social, de melhoramento do bem-estar, de igualdade de oportunidades. (FALEIROS, 2009, p. 46).

As lutas e os movimentos sociais também são responsáveis pela construção de políticas sociais, pela cidadania e pela mudança na condição de vida dos sujeitos. Em cada momento da história do Brasil, de acordo com o diferente contexto histórico e com as possibilidades de ação coordenada, o movimento social negro desenvolveu e segue promovendo estratégias e ações diversas que fomentam a criação de políticas sociais com foco na questão racial, ações afirmativas que possibilitem acesso da população negra a espaços simbólicos de poder, no entanto promover políticas sociais com recorte étnico-racial não foi tarefa fácil no Brasil, primeiro pela forma como opera o racismo, estruturado em nossas instituições e mentalidade; segundo, pelo mito da democracia racial, que reforça a tese sobre os problemas de desigualdade

racial no Brasil serem de caráter secundário em relação aos demais problemas sociais e econômicos.

No início de século XXI, as políticas sociais com recorte étnico-racial começaram a ser capitaneadas pelo Estado brasileiro depois dos compromissos assumidos na *Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, elaborada depois da Conferência em Durban, na África do Sul, entre os dias 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. A *Declaração e Programa de Ação* condenaram o racismo, o colonialismo e as práticas de preconceito e de discriminação racial. O Brasil tornou-se signatário da *Declaração de Durban* e deveria, a partir de então, adotar medidas positivas de combate ao racismo.

Buscando materializar o compromisso do Estado brasileiro com a *Declaração*, foi criada, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), logo no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A criação da Seppir faz parte de um amplo debate e pressão do Movimento Negro no Brasil. Com ela, o Governo Federal intensifica suas medidas e institucionaliza a promoção das ações afirmativas e de combate às práticas de racismo na sociedade brasileira (JACCOUD, 2008; SILVA, 2009a; SANTOS, 2006; RIBEIRO, 2012). Ainda nesse sentido, é criada a *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial* pelo Decreto n. 4.886, de 2003.

Depois da criação da Seppir, como parte dos esforços do Estado brasileiro, sob vigilância do Movimento Negro, ganhou força a discussão em torno do acesso e da permanência dos estudantes negros nas universidades públicas brasileiras. Algumas iniciativas foram adotadas nesse sentido, fazendo valer a defesa e a implementação de uma “política de cotas”. Foram organizadas também Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), nos anos de 2005 (I Conapir), 2009 (II Conapir) e 2013 (III Conapir). Outro destaque foram as mudanças curriculares implementadas na educação básica, com a Lei n. 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, incorporando a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Embora, pela primeira vez, tenham sido implementadas, no Brasil, políticas de Estado com o compromisso de promover a igualdade racial, logrou de 20 de novembro de 2003 até 5 de junho de 2009, para que fosse aprovado, pelo decreto n. 6.872/2009, o *Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial* (Planapir), determinando metas, ações e prioridades para promover e materializar a igualdade racial no Brasil. No anexo do decreto, constam os objetivos do PLANAPIR, articulado em 12 eixos – 1. Trabalho e Desenvolvimento Econômico; 2. Educação; 3. Saúde; 4. Diversidade Cultural; 5. Direitos Humanos e Segurança Pública; 6. Comunidades Remanescentes de Quilombos; 7. Povos Indígenas; 8. Comunidades Tradicionais

de Terreiro; 9. Política Internacional; 10. Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar; 11. Infraestrutura e 12. Juventude. Esses buscam combater o racismo, bem como promover a inclusão, a equidade, a igualdade de oportunidades e a remuneração.

“Destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2016, p. 14), a Lei Federal n. 12.288, de 2010, instituiu o *Estatuto da Igualdade Racial* e tornou-se umas principais referências da Seppir em relação à política de promoção da igualdade racial. O Estatuto é uma conquista do Movimento Negro brasileiro junto ao Estado, porém algumas de suas entidades formularam críticas quanto à sua forma e conteúdo, inclusive membros do próprio Movimento Negro Unificado. Não podemos negar que os objetivos propostos tanto no Planapir, quanto no Estatuto da Igualdade Racial, sob o prisma das Políticas Públicas, são de extrema importância para o avanço no combate ao racismo e fundamentais se implementados.

Em referência ao Estatuto da Igualdade Racial e do Sinapir, não podemos deixar de destacar a necessidade de implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) com vistas a implementar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, criada pelo Decreto n. 4.886, de 2003. Dentre nossas observações sobre o Estatuto da Igualdade Racial, destacamos o Título III, com a criação do *Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial* (Sinapir), buscando sistematizar e articular a implementação coletiva das políticas e dos “[...] serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal”, por meio da parceria entre governos federal, estaduais e municipais, bem como a participação da iniciativa privada e da sociedade civil (BRASIL, 2016, p. 20-21):

- I - promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas;
- II - formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra;
- III - descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais;
- IV - articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica;
- V - garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas. (BRASIL, 2016, p. 21).

Temos assim a estruturação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que, aos poucos, começa a ser implementada. Em Angra dos Reis, a vigilância do YLÁ-DUDU, fundamentada pela legislação federal, fez valer a aplicação de uma política de *Promoção da Igualdade Racial*. Dentre os avanços na legislação municipal em relação à

Promoção da Igualdade Racial, identificamos a criação do Comitê Gestor de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Gppir-AR), instituído pelo Decreto Municipal n. 7.660, de 22 de novembro de 2010.

O comitê pode ser considerado uma conquista depois de anos de luta do YLÁ-DUDU em prol de políticas públicas de combate ao racismo em Angra dos Reis. É resultado também da política de promoção da igualdade racial instituída pelo Governo Federal durante os mandatos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo municipal firmou termo de adesão ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir). Seguindo as diretrizes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), visando garantir a execução de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Comitê Gppir-AR atendia, em nível municipal, o papel de atribuições do organismo para atuar em parceria com os governos estadual e federal na execução de políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial.

Então teve uma forte influência do Ylá-Dudu, porque foi a partir do momento que o Délcio junto com a Luiza Helena, professora Luiza, que hoje tá na prefeitura de Paraty, na Secretaria de Educação, a partir da ida deles para a Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, no governo do PMDB, é que se teve essa articulação de se criar um conselho gestor. Tava se tentando criar uma coordenadoria ou uma superintendência, mas já que tinha uma certa barreira, então criou-se este conselho gestor dentro da educação, onde abrigava todas as secretarias, várias secretarias, acho que quase todas, para se discutir a promoção da igualdade racial. (JAQUELINE MÁXIMO *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 59).

Com o decreto, ficou instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia o Comitê Gppir-AR, com caráter permanente, consultivo e propositivo, tendo finalidade de promover a articulação de ações intersetoriais para a promoção da igualdade racial, étnica e de gênero no município de Angra dos Reis. Muitas das competências atribuídas ao Comitê Gppir-AR são importantes e devem ser permanentemente defendidas, dentre elas são identificadas pautas históricas do Movimento Negro nacional, levantadas também pelo YLÁ-DUDU no município, principalmente nos itens II e VIII:

II - implementar e fortalecer no Município de Angra dos Reis as Políticas de Promoção da Igualdade Racial à luz do princípio da transversalidade observando-se obrigatoriamente as dimensões: étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de liberdade religiosa;

[...]

VIII - incentivar e articular o desenvolvimento de ações de formação continuada de servidores e capacitação de gestores na temática das relações étnico-raciais no serviço público, em especial na Educação (Lei 10.639/03 atual 11.645/08) e na Saúde (Política Nacional de Saúde), bem como viabilizar a publicação e a distribuição de material específico sobre o assunto. (ANGRA DOS REIS, 2010).

Assim deve ser promovido o reconhecimento e o respeito às religiões de matriz africana, a implantação de currículo escolar que reflita a pluralidade étnico-racial, a implementação de ações que assegurem, de forma eficiente, o combate ao racismo, dentre outras ações necessárias e urgentes. Dentre as demais competências do Comitê Gestor de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Gppir-AR), destacamos seu Artigo 3.º, inciso X, que estabelece a contribuição do Comitê na construção e na organização do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) e a atuação articulada deles na elaboração do Plano Municipal de Igualdade Racial.

Com a Lei n. 2.783, de 24 de agosto de 2011, Angra dos Reis passou a possuir um Conselho Municipal de Igualdade Racial e Diversidade Étnica (Compir). Órgão permanente, de caráter consultivo, fiscalizador, normativo e deliberativo das políticas que visam a promoção da igualdade racial, a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra, contando com a participação de representantes do YLÁ-DUDU, seu contexto de implementação foi conturbado, como atesta a fala da então representante do Movimento Negro no COMPIR, Jaqueline Máximo:

A criação do Conselho com certeza foi uma influência muito forte da atuação do Ylá-Dudu. Do nosso grupo, né? Por que na época, o mandato do vereador que fez a lei foi o vereador Cordeiro, apesar de ele não ter chamado o movimento para discutir essa lei, a formação dessa lei e tal. Mas a assessoria dele participava de muitos seminários de formação nosso. Inclusive, nos últimos momentos, a gente trouxe a professora Magali [Sacramento] e trouxe de novo a professora Mônica Lima, mas falando da questão da religiosidade e eles eram muito envolvidos com as religiões afro brasileiras. Então, a partir disso, com certeza, assim pela influência do Ylá-Dudu e a gente estava vivendo um momento bastante forte de vários seminários, de muito debate, de fazer várias rodas de conversa no centro, influenciou, fortaleceu, foi um start, botão de start para a criação dessa lei, apesar de a gente não ter discutido junto com o mandato do Cordeiro na época, mas é uma lei interessante. (MÁXIMO, 2017, *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 59-60).

Dentre as atribuições do Compir, constam a formulação de política de promoção pela Igualdade Racial e Diversidade Étnica, assegurando a articulação e a compatibilização dessas entre as políticas estaduais e federais afins. Ao Compir, também se atribui a implantação de programas e de ações afirmativas para a inserção socioeconômica da população negra e indígena de Angra dos Reis.

É evidente que as atribuições propostas, sob o prisma das Políticas de ações afirmativas, são fundamentais ao serem implementadas, porém a legislação que institui o Compir e

determina suas atribuições, em alguns casos, é evasiva como é, por exemplo, o Capítulo VI, que trata da fiscalização de entidades que recebam dotações ou auxílios originários dos cofres públicos, tendo, por objetivo, formular ações visando à promoção da igualdade racial. Embora se fale em fiscalização de recursos públicos, não há nenhuma linha, na legislação, sobre porcentagens ou valores, formas de captação para esses recursos ou editais de fomento para iniciativas de combate efetivo ao racismo.

A lei que institui o Compir em Angra dos Reis é de 2011, mas a nomeação dos primeiros membros ocorreu apenas em 2014, com o Decreto n. 9.450. Identificamos uma morosidade nesse processo, em partes atribuída ao desinteresse do governo municipal em concretizar a política de Promoção da Igualdade Racial.

Importante mencionar que, depois da nomeação dos conselheiros, foi formada, em Assembleia, a primeira diretoria do Compir, sendo escolhida para o cargo de Presidente a representante do YLÁ-DUDU no Conselho, Jaqueline Máximo, evidenciando o engajamento do Grupo de Consciência à frente da questão racial no município. Dentre as ações, nos primeiros anos de atuação do Compir, identificamos a elaboração de seu Regimento Interno, onde se reforça sua finalidade em atuar na formulação, na promoção e no controle da execução de políticas públicas municipais a fim de contemplar e assegurar a Igualdade Racial.

Em relação às competências e atribuições do Compir, presentes no Capítulo II, Artigo 2.º, de seu Regimento Interno, destacamos o item I – acompanhar, avaliar, subsidiar e deliberar sobre o desenvolvimento da Política e do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial; e o item XI – auxiliar a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial na articulação com outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Essas atribuições mencionam a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, porém, até o presente momento, eles ainda não foram implementados pelo governo municipal. Na ata da II Conferência de Promoção da Igualdade Racial de Angra dos Reis, realizada no dia 26 de setembro de 2017, identificamos uma **Moção de Repúdio** à não criação da Coordenadoria de Igualdade Racial no município e, dentre as propostas levantadas no evento, estava a criação dessa Coordenadoria. Mais uma vez, a morosidade de implementação da política de promoção da Igualdade Racial evidencia a falta de interesse do poder público municipal com a questão, fazendo-se necessária a vigilância constante do YLÁ-DUDU no cumprimento e aplicabilidade da legislação.

Em nossas pesquisas, identificamos, na legislação municipal de Angra dos Reis, uma política pública de caráter étnico-racial, a Lei n. 3.384, de 21 de agosto de 2015, onde fica instituído, no âmbito do Município de Angra dos Reis, o dia 25 de julho como o Dia Municipal

da Mulher Negra. A Lei em questão foi criada por um vereador que não se articula com o Movimento Negro e, segundo as lideranças do YLÁ-DUDU, não houve consulta nem se estabeleceu qualquer diálogo com o Grupo sobre a intenção de se criar a data no Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município. Mesmo que se considere a sua importância, quando essa propõe "[...] desenvolver ações envolvendo ampla divulgação pela valorização da mulher negra e realização de atividades como debates e seminários acerca do enfrentamento à discriminação racial e à violência contra a mulher negra bem como para a população geral."(ANGRA DOS REIS, 2015). Torna-se evidente a apropriação de uma pauta do Movimento Negro. Não houve qualquer tipo de consulta ou diálogo com o YLÁ-DUDU sobre a criação da lei, contando com mulheres negras em seus quadros de liderança, o grupo não foi convidado a discutir sobre o então projeto elaborado pelo vereador.

Porque os caras criam uma lei mas não é o que eles pensam, não é o que eles acreditam, aquilo dali não vai servir para melhorar a política pública ou para ampliar. Vai ser mais uma forma de divulgar, né, o pensamento deles ali. Mas que bom que tenha! (JAQUELINE MÁXIMO, 2022)⁵⁸.

Sem consultar a gente, eu não tenho memória disso, eu pelo menos não fui consultada, não participei de nenhuma atividade deles fazendo essa conversa com a gente. Eles simplesmente criam as coisas de cima pra baixo, o que dá na cabeça! (MARIA MARGARIDA, 2022)⁵⁹.

De todo modo, reafirmamos que, mesmo sabendo da importante luta do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU contra a desigualdade social e racial, não se pode deixar de perceber, tendo em vista o atual contexto neoliberal e reformista em que se apresenta o Estado, que alguns governos e políticos oportunistas têm absorvido e se apropriado de algumas pautas do Movimento Negro seja por objetivos eleitoreiros, seja por interesse próprio.

As políticas de promoção da igualdade racial constituem um caminho necessário para se problematizar a hierarquização social e garantir verdadeiramente uma sociedade que reconheça as diferenças étnico-raciais no Brasil. Conforme afirma Gohn (1992), a reflexão sobre o presente contribui na constituição de uma força social coletiva e organizada.

O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc. são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. (GOHN, 1992, p. 18).

⁵⁸ Entrevista realizada em julho de 2022.

⁵⁹ Entrevista realizada em junho de 2022.

Sendo assim, conduz às lutas, às ações e aos eventos coordenados pela população negra nos diferentes contextos históricos, principalmente no ato realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que criou o Movimento Negro Unificado, no final da década de 1970. É necessário compreender as diferentes manifestações do racismo brasileiro, sendo fundamental para o entendimento da produção e da reprodução das hierarquias sociais e raciais, e de como se refletem nas políticas sociais. Sem evidentemente o apontar como única e exclusiva explicação, o racismo é um fator central da desigualdade social entre a população negra brasileira. O Movimento Negro brasileiro passou a pressionar o Estado para que esse reconhecesse a existência do racismo e assumisse o compromisso de adotar medidas para sua eliminação.

Dentro das particularidades das desigualdades étnico-raciais no Brasil, mobilizadas pelo Movimento Negro, as políticas de promoção da igualdade racial e as ações afirmativas são fundamentais. Caracterizam-se como uma forma legítima de luta contra a dominação e a exploração que a população negra brasileira têm sofrido.

Mesmo sabendo da importante pressão do Movimento Negro para a elaboração e a implementação da política de promoção da igualdade racial e das características do governo do Partido dos Trabalhadores, vinculado às demandas populares e dos trabalhadores organizados, não podemos deixar de observar como alguns políticos têm absorvido e se apropriado de algumas demandas de movimentos sociais em interesse próprio, a partir de certa conjuntura histórica. Além disso, observamos que, depois de 2016, houve um retrocesso na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que sofreu um desmonte em suas secretarias e constantes cortes orçamentários. A esse “sucateamento”, somam-se os constantes ataques racistas aos quilombolas, aos povos indígenas e às conquistas do Movimento Negro, por um governo ultra liberal de extrema direita, e a indicação de indivíduos racistas e reacionário aos cargos de presidência de instituições públicas, como é o caso da Fundação Palmares.

É nesse contexto histórico e social que o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, como movimento social negro, atuou e ainda atua buscando promover a igualdade de direitos e condições sociais para a população negra. Nossa perspectiva foi pensar a política de promoção da igualdade racial com base em seus princípios e práticas políticas de institucionalização em Leis Federais, que se desdobraram em uma política municipal de promoção da igualdade racial. Apontamos e analisamos assim os limites dessa política municipal e identificamos como ela não contempla efetivamente o combate ao racismo, proposto pelo Movimento Negro, sendo fundamental a vigilância constante de suas entidades.

Entre avanços e retrocessos, limites e contradições, a luta do YLÁ-DUDU mantém-se nesse início de século XXI, contexto histórico da globalização das relações econômicas, políticas e sociais de governos comprometidos com neoliberalismo, como importante instrumento para denunciar e combater a desigualdade social no Brasil e as hierarquias construídas a partir das desigualdades étnico-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual sua grande tese? Esse questionamento nos acompanha ao longo dos últimos quatro anos. Provação feita pela professora Doutora Shirlena Amaral durante a defesa de projeto desta pesquisa, a pergunta por si só já seria difícil de ser respondida e tornou-se ainda mais desafiadora, dado ao contexto que nossa pesquisa foi desenvolvida. Inicialmente aceitamos a questão como uma reflexão importante sobre os objetivos de nossa pesquisa e, de fato, àquela altura, com o trabalho ainda no início, não tínhamos o aprofundamento necessário para compreender o que, de fato, buscávamos sobre nossos sujeitos da pesquisa. À medida que nosso trabalho se foi desenvolvendo e tomando forma, passamos a entender a real responsabilidade de responder ao questionamento e assim construir os primeiros escritos, elaborar os primeiros capítulos.

Nossa tese não era individual: a partir dela, debate-se a necessidade de poder conhecer, e principalmente de reconhecer a história de uma entidade do Movimento Negro brasileiro, de possibilitar que ela seja registrada, divulgada, analisada, debatida, compreendida pela sociedade brasileira. O desafio foi lançado, e as circunstâncias de uma pandemia atravessaram-nos, tornando ainda mais árdua nossa responsabilidade, mas, por outro lado, os resultados obtidos foram enriquecedores.

Aproveitamos assim essas considerações finais para tentar, em partes, responder ao questionamento que nos foi proposto.

Memória e Resistência: evocados no título de nosso trabalho, conseguimos, com muita adversidade, resgatar a memória do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU ao longo de seus 30 anos de existência, de 1988 a 2018, recorte temporal amplo, como nos foi sinalizado em alguns congressos, simpósios, seminários e demais eventos acadêmicos que apresentamos nossa pesquisa. Resgatar a memória é uma tarefa grandiosa, como alerta Thompson (1992), Alberti (2004), Vansina (2010) e Pollak (1992). Resgatar a memória do Movimento Negro, além de um feito grandioso, é uma honra, pois é uma memória de luta, construída pela resistência. Evidentemente, não podemos romantizar nosso feito, pois ele não é essencialmente nosso.

As dificuldades inerentes ao processo de luta antirracista mobilizada pelo YLÁ-DUDU também se refletem na manutenção de sua história. A ausência de uma sede com arquivo próprio e um acervo documental acessível com fontes produzidas ao longo da experiência de militância impõe limites à vivacidade de sua memória. Para reconstruir a memória, tivemos acesso a uma parte dos documentos, muitas fontes estão sob a posse e os cuidados de alguns

militantes, que guardam os registros com zelo, e contamos com a colaboração deles, que gentilmente nos concederam sua análise.

Como Movimento Negro e utilidade pública do município de Angra dos Reis, O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, além de uma sede, necessita de um centro de memória aberto ao público, para consulta e visitação, e que sua história de resistência se torne também parte do patrimônio material de Angra dos Reis. Fomos exigidos sim durante a elaboração do trabalho, buscamos dialogar com as perguntas e principalmente com as respostas que nos eram entregues.

Mapeamos e analisamos produções acadêmicas sobre Angra dos Reis a fim de identificar conflitos inerentes às relações étnico-raciais. Trabalhos analisados apontaram as transformações no município e região, ao longo da delimitação temporal definida. Momentos históricos relevantes pesquisados serviram de base para os objetivos do debate e contribuíram para a verificação de conflitos étnico-raciais ao longo da história do local. Contextualizamos a história do município, desde o final do século XIX até os dias atuais, e constatamos que essa foi marcada pelo racismo.

O desdobrar dos conflitos políticos e étnico-raciais ocorridos em Angra dos Reis tiveram seu auge durante a construção da Rodovia Rio-Santos, trecho da BR-101, que corta o município. A obra, planejada e executada durante os governos militares, na década de 1960 e 1970, assim como a implantação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, estimulam especulação de terras e desencadeiam conflitos pelo direito à territorialidade de comunidades tradicionais. Identificamos a atuação da Igreja Católica, mediada pela Comissão da Pastoral da Terra, atuando em auxílio às comunidades. Destacamos a luta de indígenas, de negros e de caiçaras para o acesso ao território, aos aparelhos de Estado, à democratização e à sua efetiva participação política, uma contraposição às barreiras que o racismo impunha às comunidades tradicionais de acesso ao território.

Nesse contexto, foi propícia a formação de movimentos sociais locais, conscientes dos problemas que enfrentavam. Esses se articularam e desenvolveram estratégias de luta pela democracia e pela justiça social no final da década de 1970 e ao longo de 1980. Recorremos à produção acadêmica e bibliográfica para apresentar as teorias sobre movimentos sociais e um breve histórico sobre o Movimento Negro brasileiro. Achamos conveniente destacar esse histórico, uma vez que a origem do YLÁ-DUDU, em Angra dos Reis, não ocorre de forma isolada, na história do Brasil, está relacionada a rede de debate sobre as relações políticas, sociais e raciais, que ocorre no país durante o desmonte da ditadura militar. Relembrar os passos de outrora é fundamental para se compreender o processo em seu momento de oxigenação.

A memória, assim como a resistência, pertencem ao YLÁ-DUDU. Sendo um Movimento formado por sujeitos em movimento, tivemos que recorrer ao seu coletivo. *Articulação e Luta Coletiva*: Parte da grande tese! Sendo Grupo, são sujeitos que se unem em torno de um propósito, inicialmente dentro da Igreja Católica, mas, como disse Mariene Florentino, “[...] nós vimos que não tinha que ficar só dentro da questão católica, é uma questão do negro da umbanda, do evangélico”. Ganharam as ruas, escolas, palcos, pisaram descalços no quilombo, na roda de jongo, na roda de capoeira, nos terreiros, nas praças, na praça ZUMBI DE PALMARES. Articularam-se com outros movimentos sociais, partidos políticos, entidades do poder público, em prol de seu propósito: denunciar e combater o racismo, mas esse propósito se constrói a partir de uma consciência, da Consciência Negra.

Obter a Consciência Negra é Fundamental para definir as ações de combate ao racismo. Foi um consenso na fala da militância a importância do conhecimento, de estudar e de compreender as desigualdades étnico-raciais, instrumentalizar a luta com embasamento teórico, valorizar as matrizes culturais africanas e afro-brasileiras, reconhecer-se como negros e negras, orgulhar-se de seu pertencimento étnico-racial. Essa construção foi coletiva, tornou-se “[...] ponto de virada” (MISHLER, 2002) na vida dos militantes. A *Identidade Negra*, ao ser alcançada entre sujeitos que compunham o Grupo, tornou possível a consciência e o despertar para a luta. Espaços onde a luta contra a opressão ganha contornos étnico-raciais, em Angra dos Reis, são possivelmente demarcados pela presença do YLÁ-DUDU. Identificamos essa presença, com maior destaque para a luta pelo acesso ao território quilombola, na Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Rita do Bracuí, mas também a observamos na capoeira, no Candomblé, na Umbanda, nas artes, no jongo, na educação, entre outros espaços e sujeitos que construíram sua identidade negra e se apropriaram da consciência negra no combate ao racismo.

Combate ao racismo ou à Política de Promoção da Igualdade racial? Esse foi outro questionamento que nos acompanhou ao longo do desenvolvimento desta tese. Feita pelo professor e intelectual negro Doutor Amauri Mendes Pereira, durante a qualificação, guiou-nos na continuação e no desenvolvimento dos dois últimos capítulos e, até aqui, serve-nos de inspiração. O combate ao racismo, mobilizado pelo YLÁ-DUDU, notabilizou-se ao longo da década de 1990, com sua institucionalização como Movimento Negro. Tentamos compreender como as primeiras ações desenvolvidas efetivaram essa luta ao inserir na agenda pública municipal o compromisso de combater o racismo. O principal caminho encontrado foi a *educação*.

Sendo formal ou não formal, como foi possível observar, as conquistas históricas consideradas mais importantes pelo YLÁ-DUDU foram justamente na área da educação,

inicialmente presente nas escolas, realizando palestras, rodas de conversas e alguns eventos sobre a temática étnico-racial, como o congresso municipal de 1996: *Um Olhar Negro na Educação*. Antes mesmo da Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura da África e dos afrodescendentes nas escolas de todo o país, o YLÁ-DUDU levantava essa bandeira como pauta histórica do Movimento Negro.

A legislação materializou o compromisso: contando com a participação ativa do YLÁ-DUDU, a secretaria municipal de Educação criou cursos de capacitação e de formação continuada para os professores de Angra dos Reis aplicarem a Lei n. 10.639/2003 – Curso de Extensão Negros e Negras em Movimento, realizado de 2005 a 2007, sendo, depois do ano de 2008, atualizado pela Lei n. 11.645/2008.

Além da Educação Básica, o YLÁ-DUDU alcançou também a educação superior, “Chegado a espaços historicamente de difícil acesso para o Movimento Negro ou mesmo para a população negra de modo geral, como, por exemplo, as universidades” (PEREIRA, 2020, p. 180), mesmo em um município que contava apenas com um curso de graduação – Pedagogia – ofertado por uma universidade pública – Universidade Federal Fluminense (UFF).

Essa entrada, em grande medida, é facilitada pela circulação da cultura de luta antirracista produzida a partir da ação do próprio Movimento Negro. O que inicialmente nos parece um paradoxo constitui-se, de certa maneira, num movimento circular. A cultura de luta antirracista é produzida a partir da luta da militância negra ao mesmo passo que, num movimento dialógico, essa cultura impacta a sociedade, afeta novos sujeitos e também é afetada pelas dinâmicas sociais, produzindo novos códigos e significados. (PEREIRA, 2020, p. 180).

Concluimos assim que, pela educação, o YLÁ-DUDU constitui-se como Movimento Negro, ao efetivar o combate ao racismo. Como instrumento libertador, a Educação apresenta-se tanto como pauta política, quanto como estratégia de luta, isto é, o despertar da consciência que se constitui em uma *Práxis da libertação* (FREIRE, 1979). Em outras palavras, a educação permite a construção da Identidade Negra, permite a articulação da luta coletiva, ao despertar a consciência negra, e torna real o propósito de se combater o racismo, mas, além da educação, outros campos de atuação do YLÁ-DUDU também permitem efetivar esse propósito? Assim entendemos a provocação que nos foi feita durante a qualificação. Conforme nossas pesquisas avançavam, deparamo-nos com essa nova categoria de análise – Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Atualmente existem pesquisas e publicações acadêmicas que buscam debater a política de promoção da igualdade racial, porém são escassas as que têm buscado avaliar qual a concepção de superação do racismo essas políticas públicas têm implícitas. Pairam assim as dúvidas sobre o real alcance, no sentido de combater efetivamente o racismo, essas medidas

institucionais visam garantir à população negra no Brasil. Ou seja, políticas de promoção da igualdade racial efetivamente combatem o racismo?

Longe de nossas pretensões negar a importância da política de promoção da igualdade racial, afirmamos categoricamente que elas são fundamentais, algumas pautas que elas contemplam, assim como as ações afirmativas, são históricas para o Movimento Negro e precisam ser defendidas e implantadas. Desse modo, encampada pelo Movimento Negro, a política de promoção da igualdade racial tem origem na necessidade de derrotar o racismo e de garantir, de fato, igualdade à população negra. No entanto é preciso entender as entrelinhas e significados da política de promoção da igualdade racial que vem sendo construída no Brasil, em relação ao nosso recorte, nos “limites” que essa política apresenta em Angra dos Reis.

Podemos apontar a situação da população negra de Angra dos Reis, que mesmo tendo a disposição a existência do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir), desconhece sua existência, mesmo sendo uma política pública necessária. Além disso, o próprio Regimento Interno do Compir menciona um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial a ser implementado pela Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, mas ambos inexistem! Podemos apontar ainda as condições em que vive a maioria da população negra da cidade nos bairros periféricos, convivendo entre o narcotráfico e a violência policial. Uma rápida folheada nas capas das últimas edições dos jornais locais e constatamos o “genocídio da juventude negra”. Uma realidade que não é apenas de Angra dos Reis, tanto que, nos últimos anos, foi notória a campanha *Vidas Negras Importam*, que indica, em partes, as condições desiguais e desumanas em que vive a população negra periférica do município.

O passado ainda se faz presente. Demonstramos que o colonialismo, como estrutura do capitalismo, utilizou-se da produção escravista, beneficiou-se do suor e do sangue negro em prol da acumulação de capital. No Brasil, país com o maior contingente populacional negro fora do continente africano, Angra dos Reis, como cidade colonial, porto de desembarque de milhares de africanos, foi fundamental para esse processo, servindo também de exemplo para o desenvolvimento de inúmeras teorias raciais que buscaram a legitimação e a naturalização das relações sociais e do racismo. Nessa direção, destacamos a relação entre a origem e o desenvolvimento do colonialismo e do capitalismo e como esses estruturaram o desenvolvimento do racismo.

Procuramos discutir a questão social e sua relação com a questão étnico-racial, percebendo as limitações existentes no que se refere à formação social brasileira, e ações necessárias para combater o racismo, que estrutura a desigualdade social e étnico-racial que afligem a população negra.

As lutas e movimentos sociais foram responsáveis pela construção de políticas sociais, da cidadania e da mudança na condição de vida dos sujeitos. O Movimento Negro brasileiro desenvolveu e segue desenvolvendo estratégias, ações e eventos que impulsionam a criação de políticas sociais e de ações afirmativas com foco na questão racial.

No entanto, promover políticas sociais com recorte étnico-racial foi uma luta árdua no Brasil, primeiramente pela forma como opera o racismo, estruturado em nossas instituições e mentalidade, segundo pelo mito da democracia racial, que reforça a tese sobre os problemas de desigualdade racial no Brasil serem de caráter secundário, em relação aos demais problemas sociais e econômicos.

Pela análise da política de promoção da igualdade racial implantada em Angra dos Reis, chegamos à conclusão de que é preciso perceber suas limitações, mas isso não a torna inútil ou desnecessária. Ela é, sem dúvida, importante e fundamental, porém, por si só, não será capaz de proporcionar a igualdade social ou racial, nem tão pouco capaz de combater o racismo. Afirmamos e reafirmamos a importância dessa política e reconhecemos as iniciativas encampadas pelo YLÁ-DUDU para que sejam implementadas, mesmo com suas limitações.

O combate ao racismo, é hoje, como foi ontem e também será amanhã, importante para os avanços democráticos da sociedade brasileira. Compreender as estruturas de atuação do racismo é fundamental para combatê-lo, mas também é importante compreender as formas de resistência estabelecidas. Identificamos conquistas, mas essas estão ameaçadas, já não há garantias de sua manutenção. Enxergar que muito ainda há de se fazer é uma realidade concreta, é urgente seguir em luta. Deparar-se com as possíveis perdas de direitos conquistados é aflitivo. Logo, é necessário repensar as estratégias de luta e buscar a resiliência e, mais do que nunca, *Axé!*

O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, em sua *práxis* de luta, demonstra-nos o que realmente pode ser fundamental para combater o racismo. Tomemos, como exemplo, a Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Em um primeiro momento, foram responsáveis por contribuir para o processo de construção da identidade negra – quilombola – trabalhadores rurais negros com orgulho de sua origem e história, de sua ancestralidade e de sua cultura, principalmente da cultura jogueira. Posteriormente a articulação e a luta coletiva se desdobraram em colaboração e apoio à formação e ao desenvolvimento da Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (Arquisabra), uma organização formada pelos trabalhadores rurais negros do quilombo, com o intuito de fortalecer a luta pela posse e pela permanência no território. Por fim, o YLÁ-DUDU demonstrou-nos que é necessário solidariedade na luta pela conquista definitiva do território

quilombola de forma ampla e irrestrita, para que, além da titulação das terras, seja implantada também a Educação Escolar Quilombola.

Esse caminhar junto ao Quilombo do Bracuí nos auxilia a identificar elementos fundamentais para combater efetivamente o racismo. *A luta coletiva*, em **GRUPO**, que valoriza seu pertencimento étnico-racial, sua *identidade*, permite o despertar **DE CONSCIÊNCIA NEGRA**, *denuncia* a opressão do povo preto com um “Grito” de *ancestralidade* africana, “Negro”, Iorubá, **YLÁ-DUDU!**

REFERÊNCIAS

ABBONIZIO, Aline Cristina de Oliveira; DE SOUZA, Amanda; RAMOS, Emerson Luiz. A afirmação quilombola no Quilombo Santa Rita do Bracuí. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 393-413, abr./jun. 2016.

ABREU, Cássio Veloso de. **Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo: um estudo de caso de Angra dos Reis**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALEXSANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

BARROS, Armando Martins de. Políticas públicas e ações não governamentais para a educação patrimonial na Baía da Ilha Grande: caminhos, histórias e memórias. **Revista do curso de pedagogia de Angra dos Reis**, Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense, a. I, n.2, jan./dez. 2001.

BERNARDO, Délcio José. **O jongo na comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí: instrumento de diálogo entre os saberes**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BERNARDO, D. J. Peço Licença à Vovó, peço licença a meu Mestre! *In*: SALTO PARA O FUTURO. **Linguagens artísticas da cultura popular**. Brasília, DF: Salto para o Futuro, 2005. (Boletim 01).

BERTONCELLO, R. **Processo de Modernização e Espaço local: o caso do município de Angra dos Reis**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

CAMACHO, Mariana Moraes. **Ser jovem quilombola na comunidade Santa Rita do Bracuí - Angra dos Reis**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; BRENNER, Ana Karina. A escuta de jovens em filmes de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 439-454, abr./jun. 2017.

CARVALHO, A. M. Políticas sociais: afinal do que se trata? **Revista Agenda Social**, Campos dos Goytacazes, UENF, v. 1, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2007.

CORREA, Renata da Silva. **Transformações socioespaciais em Angra dos Reis e Parati (RJ) de 1960/70 a 2010**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista Dimensões**, Vitória, PPGH-UFES, v. 21, p. 101-124, jan./dez. 2008.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos, 168).

FARIAS, Flávio Bezerra de. **A globalização e o Estado Cosmopolita: as antinomias de Jürgen Habermas**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, M.; AMADO, J. (org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: Editora da UCAM, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da**

Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. **Contemporânea**, São Carlos, UFScar, n. 2, p. 37-60, jan./dez. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Maria das Graças; ANTUNES, José Luiz Cordeiro. Projeto Negros e Negras em Movimento: Relações Étnico-Raciais na Escola e o Debate Sobre a Lei 10639/03. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, a. 9, n. 18, p. 68-77, jul./dez. 2008.

GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLÁ-DUDU. **Estatuto**. Angra dos Reis: YLÁ-DUDU, 1991.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional:** o caso de Angra dos Reis, RJ. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 29, p. 93-107, jan./jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**, Salvador, UFBA, n. 30, p. 247-269, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 18, n. 2, p. 269-287, jan./dez. 2006,.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial:** modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2012.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAMPATE BÂ, Amadou. **A tradição viva**. História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática; Unesco, 2010.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 3, n. 2, 1995, p. 464-478.

IAMAMOTO, Maria Villela. **A questão social no capitalismo**. Brasília: Apepss, Graflina, 2001.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

JUNIOR, Feres João; CAMPOS, Augusto Luiz. Ação afirmativa no Brasil:

Multiculturalismo ou justiça social? **Lua Nova**, São Paulo, v. 99, p. 257-293, jan./dez. 2016.

JÚNIOR, Ronaldo Jorge A. Vieira. Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. In: SALES, Augusto dos Santos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Unesco, 2005. (p. 83-104).

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: território M'bya à beira do oceano**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 333-354, jan./dez. 2000.

LIMA, Honório. **Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis**. Niterói: São José, 1972.

LOURENÇO, T. C. P. O. **Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MAROUN, K. **Jongo e educação: a construção de uma identidade quilombola a partir de saberes étnico-culturais do corpo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, Camila Moraes. **À margem da economia: Cachaça e protocampesinato negro no litoral sul fluminense (1800 – 1888)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2011.

MARTINEZ, Silvia Alicia; AMARAL, Shirlena Campos de Souza; GANTOS, Marcelo Carlos. Políticas de Inserção de Alunos Negros e Carentes na Universidade Pública Brasileira: os desafios das cotas. **InterMeio**, Campo Grande, v. 20, n. 39, p. 13-32, jan./jun. 2014.

MARTINS, Norielem de Jesus. **Educação escolar indígena Guarani no Estado do Rio de Janeiro: tensões e desafios na conquista de direitos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2016.

MATTOS, H. *et al.* **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí**. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: INCRA, 2009.

MEIHY, José Carlos S. B. Os novos rumos da História Oral: caso brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, USP, n. 155, p. 191-203, jan./dez. 2006.

MELO, W. S. A educação no YLÁ-DUDU: uma análise do Movimento Negro em Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, CEFET, Rio de Janeiro, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Roselêa. **Movimento Negro e educação em Angra dos Reis**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Amauri Mendes. Conjuntura nacional e luta contra o racismo no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 222, p. 188-212, mai./jun. 2020.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajatória e perspectivas do Movimento Negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandayla, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araujo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. Os “rolês” do Movimento Negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 75, p. 162-183, abr. 2020.

PEREIRA, A. A. **O Mundo Negro**: a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2010.

PEREQUÊ, Luis. **Poema de Tropeiro**. [s. l.]: Encanto Caiçara, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./dez. 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, jan./dez. 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIBEIRO, Rafael. Meio ambiente, desenvolvimento e democracia: Sape a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis. **UFF**, Niterói, 2006.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. **Política e**

Administração, v. 2, p. 287-307, jul./set. 1985.

SANTOS, Luiz Augusto de Faria do Santos. **Relações entre território, atividade econômica e migrações – configuração espacial no município de Angra dos Reis: um foco na escala local – a Vila do Frade**. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas em Estudos populacionais e pesquisas sociais, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVALHO, Maria Clara Valverde. **O plano de emergência da central nuclear de Angra dos Reis: avaliação sobre os riscos para o turismo no distrito de Mambucaba**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, UFF, Niterói, 2018.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

SOUZA, Mirian Alves; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

TEIXEIRA, E. O.; VARGAS, H. M. Tensionando os números: o ensino fundamental está mesmo universalizado para crianças e adolescentes negros? *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPEd, 2015.

TELLES, Narciso. O teatro historiando as ruas: serra-serra serrador. **Recôncavo**, Belford Roxo, UNIABEU, v. 10, n. 16, jan./jun. 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. *In*: KIZERBO, J. (org.). **História Geral da África: I metodologia e Pré-História da África**. São Paulo: Ática; UNESCO, 2010.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina Roma de. **Famílias escravas em Angra dos Reis (1801-1888)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, USP, São Paulo, 2006.

VIEIRA, Júlio César. A história do Partido dos Trabalhadores em Angra dos Reis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Políticas Públicas) – UFF, Angra dos Reis, 2016.

ANEXO I

ESTATUTO DO GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLÁ-DUDU / ANGRA DOS REIS.

TÍTULO I – DA SOCIEDADE

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art.1º - O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, fundado aos dias nove do mês de março do ano de 1991, na Casa da Cultura de Angra dos Reis, é uma entidade sem fins lucrativos com duração por prazo indeterminado e atuação em todo território nacional. Com sede provisória na Rua do Comércio nº 84, 2º andar, sala 202, Centro, Angra dos Reis – Rio de Janeiro e será regido pelo estatuto aprovado em Assembleia Geral.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

Art. 2º - O grupo de Consciência Negra YLA-DUDU tem como finalidades:

a) Mobilizar e articular pessoas de todas as etnias que desejam buscar unidade nacional das mesmas para fazer frente ao processo comum de marginalização, preconceitos, discriminação, estereótipos e toda sorte de estigmas disseminados na sociedade brasileira, levando-os ao empreendimento de uma luta pelos seus direitos de cidadania plena assegurados pela declaração universal dos direitos humanos e pela constituição brasileira;

b) Desenvolver pesquisas relacionadas às culturas de origem africanas no Brasil, mantendo e operando um centro de estudos, com o objetivo de resgatar os valores e os conceitos estruturais da visão de mundo das referidas culturas, bem como empreender estudos sistematizados das línguas africanas trazidas pelos vários grupos étnicos;

c) Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro;

d) Procurar, conhecer, incentivar as comunidades-terreiros, grupos de capoeira, grupos de jongo e maracatu e tantas outras danças e festas religiosas relacionadas a causa negra, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de seus vivenciadores, que em sua maioria são negras e marginalizadas;

e) Desenvolver programas, projetos e atividades com relação a ecologia e ao meio ambiente, dentro do que preceitua a Visão Ecológica das culturas e religiões de origem africana, objetivando reeducar as mentes para mudar as práticas depredadoras dos ecossistemas e integrar os adeptos das religiões Afro-Brasileiras na luta pela preservação da natureza;

f) Divulgar os conceitos estruturais da visão de mundo que norteiam os assuntos referentes à comunidade negra, através dos meios de comunicação de massa e publicações

específicas, bem como ministrar cursos, palestras, seminários, conferências, shows musicais, danças, teatros, capoeira, etc.

g) Estimular a articulação e o desenvolvimento de ações conjuntas do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU com os demais movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas;

h) Promover a relação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU com os demais movimentos populares de postura democrática, visando o estabelecimento de uma relação solidária e respeitosa das diferenças culturais;

i) Contribuir na formação de militantes e adeptos para atuarem na formação do Movimento de Consciência Negra YLA-DUDU, dentro do seu contexto social, político transformador da visão de mundo;

j) manter e operar um centro de documentação e memória, produzindo instrumentos de comunicação que veicule informações acerca da articulação e do processo de organização dos adeptos do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

l) Estimular e assessorar as iniciativas sociais, políticas e culturais da população afro-brasileira;

m) Combater todas as formas de racismo, exploração ou discriminação de toda e qualquer natureza, quer sejam sexuais, sociais, econômicas, políticas, ideológicas e religiosas, onde quer que se manifeste.

n) Participar das iniciativas da Sociedade Civil Organizada e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

CAPÍTULO III – DOS RECURSOS E PATRIMÔNIOS

Art. 3º - Os recursos e patrimônios da entidade provêm de colaboradores (sócios e outros), da cooperação de Instituições Nacionais e Internacionais (públicas e privadas) interessadas em programas sociais, culturais, de educação informal e na área de Direitos Humanos e Cívicos;

Parágrafo Único – Todos os bens e recursos serão aplicados obrigatoriamente no país, para finalidades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

TÍTULO II – DOS INTEGRANTES

CAPÍTULO I – DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES DOS INTEGRANTES

Art. 4º - Poderão ser integrantes, adeptos e simpatizantes do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU todos aqueles interessados nas finalidades do mesmo.

Art. 5º - DOS INTEGRANTES

a) São todos aqueles engajados nas atividades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

Art. 6º - SÃO DIREITOS DOS INTEGRANTES

- a) Participar de todos os projetos e Grupos de Trabalho do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- b) Apresentar propostas e sugestões;
- c) Fazer parte das reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias;
- d) Votar e ser votado para qualquer cargo do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, desde que esteja de acordo com as normas deste Estatuto.

Art. 7º - SÃO DEVERES DE TODOS OS INTEGRANTES

- a) Comparecer às reuniões e grupos de trabalho;
- b) Cooperar na realização dos objetivos sociais, culturais. Educativos e políticos do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- c) Desempenhar as funções e tarefas assumidas;
- d) Zelar pelo patrimônio da entidade;
- e) Respeitar todos os companheiros do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, evitando assim qualquer clima hostil no ambiente de reunião ou em qualquer espaço onde se desenvolva atividades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- f) Representar o grupo quando necessário ou quando indicado em Assembleia.

Art. 8º - Será advertido verbalmente o integrante que violar as normas e princípios deste Estatuto.

TÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃOS DIRIGENTES**CAPÍTULO I – DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES**

Art. 9º - São órgãos dirigentes do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU:

- a) Coordenação
- b) A Assembleia Geral

CAPÍTULO II – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 – A Assembleia Geral é o órgão soberano do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, com as atribuições que lhe são conferidas por lei e, particularmente a Saber:

- a) Examinar e aprovar o orçamento, relatórios, balanços e outros atos da coordenação;
- b) Eleger a cada 36 (trinta e seis) meses a coordenação;
- c) Discutir as diretrizes gerais dos projetos, programas e estudos da entidade.

Art. 11 – A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á Semestralmente e a extraordinariamente sempre que for convocada pela coordenação ou por 1/3 (um terço) dos participantes, com prazo de 48 horas.

Parágrafo Único – É vetada a participação por procuração nas reuniões da coordenação, assim nas Assembleias Gerais.

Art. 12 – A reunião será instalada pelo coordenador que, em caso de impedimento, será substituído conforme, preceitua este Estatuto no Art. 14, Capítulo II – da coordenação.

Art. 13 – A coordenação é composta de:

- a) Um Coordenador
- b) Um Vice-coordenador
- c) Um Secretário
- d) Um Tesoureiro
- e) Dois Diretores Cultural
- f) Dois Relações Públicas
- g) Dois Suplentes
- h) Conselho Fiscal

Art. 14 – Compete à Coordenação, em seus cargos e funções:

I – Ao Coordenador:

- a) Representar o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU em Juízo e fora dele;
- b) Presidir as reuniões do grupo;
- c) Coordenar as atividades do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- d) Presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;

- e) Zelar pelo cumprimento deste Estatuto;
- f) Movimentar a conta bancária do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- g) Contratar pessoas conforme estabelece o Art. 24 deste Estatuto;
- h) Examinar as contas e balancetes.

II – Ao Vice Coordenador:

- a) Substituir o coordenador em sua ausência automaticamente.

III – Ao Secretário:

- a) Substituir o coordenador e o vice-coordenador nos casos de impedimento temporário no exercício de suas funções;
- b) Manter os documentos e arquivo interno;
- c) Assessorar as reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias, com a preparação de relatórios e registros gerais;
- d) Acompanhar os projetos através de relatórios de atividades;
- e) Elaborar correspondências visando o encaminhamento de projetos e relatórios globais do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- f) Assinar correspondências da entidade conjuntamente com o coordenador;
- g) Manter atualizada a documentação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- h) Fazer as atas das reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias;

IV – Ao Diretor Cultural:

- a) Promover estudos para viabilidade e projetos nas áreas de interesses do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- b) Elaborar projetos, apresentando-os ao grupo para discussão e aprovação;
- c) Promover cursos, seminários, debates, conferências e exposições, bem como material didático sobre os temas das áreas de interesse do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

V – Ao Tesoureiro:

- a) Efetuar estudos para viabilidade econômica e financeira dos projetos do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

- b) Definir e manter um sistema de prestação de contas para o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- c) Controlar e registrar em livro específico a contabilidade do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- d) Fazer balancete mensal das receitas, visando controlar os gastos da entidade;
- e) Efetuar os pagamentos de todas as contas do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- f) Movimentar a conta bancária do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, juntamente com o coordenador e diretor cultural;
- g) Assinar documentos financeiros;
- h) Elaborar relatório financeiro anual para apreciação e aprovação do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU em reunião ou Assembleia ordinária;
- i) Propor e estimular atividades com o objetivo de arrecadação de fundos para o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;

VI – Aos Relações Públicas:

- a) Divulgar o nome do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU;
- b) Fazer contatos com pessoas, entidades e grupos;
- c) Fazer boletins, cartas, jornais e informativos da entidade;
- d) Recepcionar pessoas ou grupos que venham encontrar-se com o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU para quaisquer fins;
- e) Entregar correspondências a grupos ou pessoas;
- f) Representar o Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU nos meios de comunicação.

VII – Ao Suplente:

- a) Substituirá quando necessário qualquer membro efetivo da coordenação.

Art. 15 – Do Conselho Fiscal.

O conselho fiscal eleito para um mandato de 36 (trinta e seis meses), na mesma data da eleição da coordenação, será composto por três membros efetivos, limitando sua competência a fiscalização da gestão financeira do Grupo.

Parágrafo primeiro – O conselho fiscal tem ampla e total autonomia em relação a coordenação nos limites de sua competência.

Parágrafo segundo – Compete ao conselho fiscal:

- a) Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes mensais;
- b) Conferir sempre que necessário a entrada e saída do saldo numérico existente em caixa.
- c) Verificar se os extratos bancários e notas fiscais conferem com os controles da coordenação.
- d) Emitir o parecer sobre o orçamento anual, suplementação de verbas e balanço financeiro do exercício, lançando seu visto na respectiva documentação.

Parágrafo terceiro – O conselho fiscal se reunirá sempre que necessário propondo medidas que visem à melhoria econômica e financeira do grupo lavrando-se atas de todas as reuniões.

Art. 16 – Todos os membros da coordenação são responsáveis civil e penalmente pelos desvios de recursos e patrimônios da entidade.

Art. 17 – Os membros da coordenação não serão remunerados, porém aos mesmos serão garantidos recursos para viagem, hospedagem e alimentação quando a serviço do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, bem como aos integrantes em atividades.

Parágrafo Único – Salvo em casos de desenvolvimento de projetos específicos.

Art. 18 – O mandato da coordenação será de (36) trinta e seis meses.

CAPÍTULO III – DA ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO

Art. 19 – Poderão votar todos os integrantes que estiveram em conformidade com o art. 7º deste Estatuto e com filiação mínima de 90 (noventa) dias, antes da eleição.

Parágrafo primeiro – poderão concorrer a coordenação todos os integrantes que tiverem filiação mínima de (12) doze meses, e também que estiverem em conformidade com o art. 7º deste Estatuto.

Art. 20 – A eleição se consumará pelo voto da maioria simples com voto secreto ou declarado.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU será dissolvido nos casos expressos em lei por determinação em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, com quórum de maioria absoluta e mediante voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios.

Parágrafo Único – A Assembleia decidirá sobre a dissolução, do patrimônio do grupo.

Art. 22 – Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvido pela coordenação, ad referendum da Assembleia Geral.

Art. 23 – O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU poderá estabelecer parceria com grupos de articulação religiosa, cultural, político e educativo em todo território nacional.

Art. 24 – A posse dos eleitos para os cargos da coordenação efetuar-se-á em até 30 (trinta) dias após a data das eleições, ficando os antigos membros com direitos e responsabilidades jurídicas pela entidade, tempo em que colocará a nova coordenação a par de toda a estrutura do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU.

Art. 25 – O presente Estatuto poderá sofrer alterações parciais ou gerais por deliberação de 2/3 (dois terços) dos sócios, em Assembleia Geral, convocada para este fim.

Art. 26 – O Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU poderá contratar pessoal necessário à execução de seus objetivos, finalidades e projetos em reunião ordinária.

Art. 27 – Para consecução de seus fins, a entidade poderá assinar convênios, acordos ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, de direito público ou privado, observando a legislação aplicável, notadamente no tocante à obrigatoriedade de aplicação dos recursos no território nacional brasileiro.

Art. 28 – Todo integrante do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, contribuirá com uma taxa de 01% (Um por cento) do salário mínimo vigente, para fins de manutenção do grupo.

Art. 29 – Toda e qualquer forma de expressão e manifestação cultural, esportiva, política, religiosa, social e educativa nascida na base do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, deverá ter o nome do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU e seguir as normas deste Estatuto.

Art. 30 – Fica vetado a utilização do nome do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, por qualquer grupo ou entidade sem a expressa autorização em reuniões ordinárias ou extraordinárias convocada especificamente para este fim.

Art. 31 – Cada grupo criado na base do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU deverá ter seu regimento interno, desde que não contrarie as normas deste Estatuto.

I – O Regimento Interno será formulado em conjunto com a coordenação e será aprovado em Assembleia Geral;

II – Todo dinheiro adquirido por grupos pertencentes ao Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, será para utilização do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU, assim como os bens materiais adquiridos por estes grupos.

Art. 32 – Este Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação, em Assembleia Geral e constituir-se-á, em lei orgânica do Grupo de Consciência Negra YLA-DUDU para todos os fins legais, que todos farão cumprir e respeitar.”

ANEXO II

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO DO GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLÁ-DUDU

EDUCAÇÃO: NEGRITUDE JÁ!

*Grupo de Consciência Negra Ylá-dudu**

Os movimentos negros brasileiros existem como uma forma de resistência, discutindo e apontando propostas que sejam efetivas nos segmentos das sociedades, resgatando a identidade e proporcionando condições para descendentes de seres humanos que de forma humilhante foram trazidos para o Brasil, não na condição de cidadãos, mas sim de escravos, com o direito de não terem direito nenhum. E que, ao longo da nossa história, as condições impostas no plano econômico, social, político, religioso e cultural dos dominantes colocaram em uma posição de inferioridade e subalternação, criando o estigma de que negro é ser humano de terceira categoria, atrofiando as potencialidades e dificultando o acesso destes a funções onde a intelectualidade seja visada.

A ideologia dominante, que criou o mito de “democracia racial”, dificultou as discussões e a superação das complexidades raciais, colocando discursos e estratégias de modo arbitrário, tratando a questão de maneira superficial, não levando em conta a seriedade do problema para a população negra brasileira.

Educação e o negro

“Eram oito horas da manhã e a professora Sílvia Maria iniciava a visita a favela de um morro da Tijuca, bairro de classe média do Rio de Janeiro. Era uma atividade de ‘extraclasse’, planejada pela escola, que fugia à rotina daquela profissional e das cerca de 20 crianças que acompanhavam pelas ruelas e becos, naquele dia em que, pela primeira vez, a “tia” Sílvia visitava a comunidade onde elas viviam.

Cada criança mostrava sua casa e apresentava a mesma e seus familiares, até que Sílvia deteve-se frente a um pequeno barraco. Ao lado dele, estava uma casinha bem acabada, com telhas de amianto, iluminada no interior e tendo, do lado de fora, tigelas de barro contendo alimentos. ‘Flávia, como é bonita e cuidada a casinha de seu cachorro’, disse a professora. A menina, em lugar de lisonjear-se, arregalou os olhos, assustada com a “ignorância” da professora: ‘Não é casa do cachorro, tia. Peço desculpas. Esta é a casa de Exu.’, explicou.”

Esta história foi tirada dos Cadernos do 3º Mundo, Nº 176, p. 4, que demonstra que nossa sociedade é multiétnica, baseada na pluralidade. Pluralidade esta na que as características indígenas e africanas não são tão consideradas (ou não são consideradas), enquanto as características do branco são evidenciadas e perseguidas.

Nas discussões da educação no Brasil de hoje, todas desembocam na necessidade de mudanças do sistema e do processo educacional. E aqui colocamos a necessidade cada vez mais urgente de propostas que atendam essa pluralidade. Haja vista que as estatísticas do início da década passada, com o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), revelam-nos um dado alarmante: em cada 100 pessoas negras, apenas 6 conseguiam terminar o 1º Grau. Entre os cidadãos negros

do país, cerca de 40% não tinham nenhuma instituição, contra 20% de pessoas brancas nas mesmas condições.

Que se façam as mudanças nas estruturas, nas relações sociais, é indiscutível. Por isso, os movimentos negros apontam algumas propostas para reverter esse quadro, haja vista que a ideologia dominante não é absoluta e indiscutível e que se faz necessário ouvir o silêncio dos grupos socialmente excluídos.

Propostas

- Trabalhar a questão do negro nos vários órgãos escolares, tais como grêmio de alunos, etc., induzindo a cultura negra, através da capoeira e outras manifestações;
- Fazer trabalho de conscientização nas escolas, através de oficinas de redação, cartazes, vídeos, slides e outros recursos didáticos, aproveitando, inclusive, as datas significativas para a história do negro (20 de novembro e outras);
- Reformular totalmente os programas e currículos escolares, buscando uma nova postura que contemple o respeito aos valores do negro;
- Que os educadores utilizem textos ligados à literatura afro-brasileira;
- Colher propostas da própria comunidade negra e refazer a história (usar a informação oral) e editar livros sobre a pesquisa;
- Melhor preparo do professor para trabalhar, vivenciar a questão racial.

Axé!

Fontes de Pesquisa:

CADERNOS do CEDES, (32).

CADERNOS do Terceiro Mundo, (176).

1º ENCONTRO de Negros das Regiões Sul e Sudeste/RJ. Relatório. 1988.

ANEXO III**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS COM ÊNFASE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

D E C R E T O Nº 7.660,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010
INSTITUI O COMITÊ GESTOR DE POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o Termo de Adesão firmado por esta Prefeitura ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, em conformidade com as diretrizes expressas pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
CONSIDERANDO o objetivo estabelecido no referido Termo de Adesão, da criação, pelo Município, de um organismo visando à realização de parcerias com o Governo Federal, Sociedade Civil e Organismos Não Governamentais garantindo a execução das Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, o Comitê Gestor de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, doravante denominado Comitê GPPIR-AR, de caráter permanente, consultivo e propositivo, com a finalidade de promover a articulação de ações intersetoriais para a promoção da igualdade racial, étnica e de gênero no Município de Angra dos Reis, que será integrado por representantes das Secretarias e Fundações abaixo relacionadas:

I – 02 (dois) membros titulares da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e seus suplentes;

II – 01 (um) membro titular representante da Subsecretaria de Gestão de Projetos e seu suplente;

III – 01 (um) membro titular da Secretaria Municipal de Ação Social e seu suplente;

IV – 01 (um) membro titular representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e seu suplente;

V – 01 (um) membro titular representante da Fundação Cultural do Município de Angra dos Reis e seu suplente;

VI – 01 (um) membro titular representante da Fundação de Saúde de Angra dos Reis e seu suplente;

VII – 01 (um) membro titular representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e seu suplente.

Parágrafo único. A Coordenação do Comitê GPPIR-AR será exercida pelos membros titulares indicados como representantes da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º A indicação dos membros do Comitê GPPIR-AR será feita pelas Secretarias e Fundações participantes no momento de sua constituição, assim como a substituição dos mesmos, quando houver necessidade.

Parágrafo único. A representação do Comitê Gestor de Políticas para a Promoção Igualdade Racial de Angra dos Reis, junto ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR – em âmbito regional e nacional, se fará através dos membros da SECT que o coordenam ou de acordo com a pauta.

Art. 3º Compete ao Comitê GPPIR-AR:

I - promover a articulação e a parceria entre os diferentes setores do poder público e da sociedade civil organizada para a construção e implementação de um conjunto de ações que beneficiem as comunidades tradicionais, com ênfase na população negra, de acordo com as diretrizes propostas pelo Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR – e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

II - implementar e fortalecer no Município de Angra dos Reis as Políticas de Promoção da Igualdade Racial à luz do princípio da transversalidade observando-se obrigatoriamente as dimensões: étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de liberdade religiosa;

III - estabelecer as formas e condições pelas quais as instituições partícipes reunirão esforços para a realização conjunta de atividades, programas e projetos de desenvolvimento institucional, político, econômico, cultural, social, científico e tecnológico, nas áreas de políticas de promoção da igualdade, por meio de cooperações, intercâmbios e trabalhos de interesse social;

IV - promover ações e atividades que contribuam para a elaboração de diagnóstico da condição de vida, do acesso a bens públicos, da situação fundiária, do perfil econômico, entre outros;

V - empreender esforços de mobilização da sociedade com vistas à internalização de valores que contribuam para o exercício da cidadania da população negra e indígena, além de outros grupos historicamente discriminados;

VI - desenvolver estudos, pesquisas, projetos e ações específicas de produção de serviços de interesse da população negra, indígena e de outros grupos historicamente discriminados;

VII - promover o fortalecimento da transversalidade institucional para a promoção da igualdade étnico-racial nas políticas públicas do Município;

VIII - incentivar e articular o desenvolvimento de ações de formação continuada de servidores e capacitação de gestores na temática das relações étnico-raciais no serviço público, em especial na Educação (Lei 10.639/03 atual 11.645/08) e na Saúde (Política Nacional de Saúde), bem como viabilizar a publicação e a distribuição de material específico sobre o assunto;

IX - fomentar a formalização de instrumentos específicos, como celebração de convênios, parcerias, programas, projetos ou similares, com o objetivo de viabilizar as ações planejadas no âmbito das instituições municipais que fazem parte do Comitê GPPIR-AR;

X – contribuir na construção e organização do Conselho Municipal de

Promoção da Igualdade Racial, e através de articulação com o mesmo, na elaboração do Plano Municipal de Igualdade Racial;

XI – organizar, em consonância com as orientações e deliberações da SEPIR, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR – e do FIPIR, as Conferências Municipais de Defesa e Promoção da Igualdade Racial.

Art. 4º O Comitê Gestor de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Angra dos Reis se reunirá ordinariamente uma vez por mês visando à garantia do cumprimento das suas atribuições.

§1º O calendário de reuniões ordinárias do Comitê GPPIR-AR será pactuado em seu Encontro de Formalização e apresentação dos membros.

§2º A Coordenação do Comitê GPPIR-AR poderá convocar seus membros para reuniões extraordinárias, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, na medida em que alguma instituição-membro expresse formalmente interesse ou necessidade para que tal evento ocorra.

§3º Deverá ser encaminhada a substituição dos membros que não comparecerem por três reuniões consecutivas sem a devida justificativa.

Art. 5º Os integrantes do Comitê GPPIR-AR na receberão remuneração pelo exercício de suas atividades.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 22 DE NOVEMBRO DE 2010.

ARTUR OTÁVIO SCAPIN JORDÃO COSTA

Prefeito

LUCIANE PEREIRA RABHA

Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

LEI Nº 2.783

DE 24 DE AGOSTO DE 2011.

AUTOR: VEREADOR ANTÔNIO EDINEIDE CORDEIRO E SILVA
A CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS APROVOU E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL
E DIVERSIDADE ÉTNICA.

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis, Órgão permanente, de caráter consultivo, fiscalizador, normativo e deliberativo das políticas que visem à defesa dos interesses, a promoção da igualdade a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.

Art. 2º O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica será composto paritariamente por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo estes representantes das classes alvo, da sociedade civil e do Poder Público, sendo denominados conselheiros e seguindo a seguinte constituição:

a) um representante da Secretaria de Governo;

b) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e

Tecnologia;

- c) um representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
- d) um representante da Fundação de Saúde de Angra dos Reis – FUSAR;
- e) um representante da Fundação Cultural do Município de Angra dos Reis – CULTUAR;
- f) um representante da Fundação de Turismo de Angra dos Reis – TURISANGRA;
- g) um representante do Poder Legislativo Municipal;
- h) um representante da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Santa Rita do Bracuí – ARQUISABRA;
- i) um representante do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu;
- j) um representante da Aldeia Indígena Sapukai;
- k) um representante dos Grupos de Capoeira de Angra dos Reis;
- l) um representante das Religiões Afrodescendentes de Angra dos Reis;
- m) um representante da Diocese de Itaguaí – Regional Angra dos Reis;
- n) um representante das Religiões Evangélicas de Angra dos Reis.

§ 1º Os representantes da Administração Pública serão indicados pelo Prefeito, entre os servidores no âmbito de cada Secretaria e Fundação.

§ 2º Os representantes de classes, sociedades civis e entidades citadas no caput deste artigo serão escolhidos em pelito próprio das mesmas.

§ 3º Os membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis serão nomeados por ato do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, devendo o mesmo ser publicado em órgão oficial de imprensa.

Art. 3º A primeira diretoria será composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, sendo eleita em Assembleia de Constituição presidida pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, ou servidor público por ele nomeado, por maioria absoluta dentre os conselheiros presentes, para mandato de 02 (dois) anos, tomando posse na mesma Assembleia, onde será lavrada Ata de Constituição e Posse, podendo esta diretoria ser posteriormente reeleita.

§ 1º A partir do segundo ano do efetivo exercício, a diretoria será eleita pelos seus pares, nos termos do Regimento Interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis.

§ 2º É vedada a recondução da diretoria se não por eleição interna, nos termos do Regimento Interno.

Art. 4º São atribuições do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis:

I – formular a política de promoção pela Igualdade Racial e Diversidade Étnica, promovendo a articulação e compatibilização entre esta e as políticas estaduais e federais afins;

II – articular a implantação de programas, ações afirmativas e serviços a que se referem às políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, lazer, profissionalização e assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitam, para que possa assegurar a plena inserção da comunidade negra, indígena e aquelas menos favorecidas ou discriminadas na vida socioeconômica;

III – desenvolver estudos, pesquisas e debates relativos aos problemas sócio raciais vividos pelas comunidades contempladas nesta Lei;

IV – manter ouvidoria que receba denúncias e informações de atos discriminatórios, bem como fiscalizar e adotar as providências necessárias

à apuração dos fatos e aplicação das sanções cabíveis pelos órgãos competentes;

V – elaborar e aprovar seu Regimento Interno através de resolução própria;

VI – fiscalizar entidades que recebam dotações ou auxílios originários dos cofres públicos, que tenham por objetivo formular ações visando à promoção da igualdade racial;

VII – deliberar sobre aplicabilidade, bem como divulgar toda a legislação vigente, que aborde temas vinculadas a discriminação racial e combate aos preconceitos de raça, cor, etnia ou religião;

VIII – promover intercâmbio entre as entidades e o Conselho, visando à discussão do tema afim;

IX – divulgar o Conselho e sua atuação junto à sociedade em geral através dos meios de comunicação;

X – promover e apoiar eventos em geral com o objetivo de valorizar as culturas afro/brasileira e indígena;

XI – promover ordinariamente a cada 02 (dois) anos, a Conferência Municipal para a Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica, conforme critérios definidos em seu Regimento Interno;

XII – constituir-se como peça-chave na consolidação e na coordenação das ações e programas governamentais e na montagem de planos estratégicos de longo prazo para a promoção da igualdade racial e diversidade étnica.

Art. 5º Na elaboração do Regimento Interno a que trata o inciso V do artigo anterior, deverão ser obedecidas as seguintes normas:

I – ser a Plenária soberana e órgão de decisão máxima;

II – haver sessões plenárias, ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocada pelo presidente ou por requerimento subscrito por 1/3 (um terço) de seus membros;

III – indicar as funções específicas de cada membro da Diretoria.

Art. 6º As decisões do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente exercer o voto de qualidade em casos de empate.

Art. 7º A função dos diretores e conselheiros, suplente ou titular, é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 8º As sessões do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis serão públicas.

Art. 9º As Resoluções do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis serão publicadas em órgão oficial de imprensa.

Art. 10. Cada membro titular do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis, ou suplente em caso de ausência, somente terá direito a 01 (um) voto.

Art. 11. A ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas, como também a condenação do Conselheiro, no decurso do mandato, em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal tipificados na Legislação vigente, ou atos que firam os princípios e normas da Política Brasileira para a Igualdade Racial, implicará na sua cassação em processo disciplinar apurado por Comissão Especial formada por 04 (quatro) membros, observada a paridade, e garantida a ampla defesa ao envolvido.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 23 DE AGOSTO DE 2011.
ARTUR OTÁVIO SCAPIN JORDÃO COSTA
Prefeito

D E C R E T O No 9.450, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE ÉTNICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a Lei nº 2.783, de 24 de agosto de 2011, que instituiu o
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos
Reis,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Promoção
da Igualdade Racial e Diversidade Étnica de Angra dos Reis, órgão permanente, de caráter
consultivo, fiscalizador, normativo e deliberativo das políticas que visem à defesa dos
interesses, a promoção da igualdade a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e
étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na
população negra, que será integrado por representantes abaixo relacionados:

SECRETARIA DE GOVERNO:

Titular: Anselmo de Araújo Santana

Suplente: Luis Carlos de Moura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

Titular: Roseleia Aparecida dos Santos Oliveira

Suplente: Rose Favro Linares

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS:

Titular: Fabiano Avelino da Silva

Suplente: Elcio Gregg Meissner da Costa

FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE ANGRA DOS REIS - FUSAR:

Titular: Michelle da Costa Almeida

Suplente: Edna Nunes de Almeida

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS - CULTUAR:

Titular: Délcio José Bernardo

Suplente: Felipe Gustavo Pires Barbosa

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS - TURISANGRA:

Titular: José Antônio Martins Rosa

Suplente: Wagner Dias do Nascimento

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

Titular: Eduardo da Silva Godinho

Suplente: Jean Carlos de Almeida

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS DO BRACUÍ:

Titular: Valmir Vitorino de Almeida

Suplente: Luciana Adriano

GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLÁ-DUDU:

Titular: Jaqueline Máximo Moreira

Suplente: Maria Margarida Ferreira

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA DO BRACUÍ:

Titular: Aldo Fernandes Ribeiro

Suplente: Luiza da Silva Venites

GRUPOS DE CAPOEIRA DE ANGRA DOS REIS:

Titular: Albes Ribeiro

Suplente: Edmilson Teixeira

UNIÃO MUNICIPAL DE UMBANDA E CANDOMBLÉ DE ANGRA DOS REIS - UMUCAR:

Titular: João José de Lima Junior

Suplente: Inaie Icarai Guedes Cesar

DIOCESE DE ITAGUAÍ – PARÓQUIA N. S. DA CONCEIÇÃO DE ANGRA DOS REIS:

Titular: Waltair do Nascimento

Suplente: Elisa Maria da Silva

PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM ANGRA DOS REIS – PIB ANGRA:

Titular: Reinaldo dos Anjos Bastos

Suplente: Cristiano de Carvalho

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

MARIA DA CONCEIÇÃO CALDAS RABHA

Prefeita

INÊS SILVA ROSA TENÓRIO

Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

RESOLUÇÃO Nº002/2016/COMPIR

“Institui o Regimento Interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Étnica do Município de Angra dos Reis”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE ÉTNICA DE ANGRA DOS REIS - COMPIR,

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir o REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE ÉTNICA, na forma do anexo desta resolução.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2015.

ANGRA DOS REIS, 18 DE MARÇO DE 2016.

JAQUELINE MÁXIMO MOREIRA

PRESIDENTE DO CMIRDE/AR

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 002/2016/COMPIR

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE ANGRA DOS REIS

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Angra dos Reis – COMPIR – de natureza permanente, é órgão colegiado de composição paritária e de caráter consultivo, fiscalizador, normativo e deliberativo das políticas de promoção da Igualdade Racial, criado pela Lei nº 2.783 de 24 de agosto de 2011 e reger-se-á por este Regimento Interno.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - O COMPIR tem por finalidade atuar na formulação, promoção e controle da execução de políticas públicas municipais que contemplem e assegurem a Igualdade Racial, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e inserção social e garantia de direitos de assistência e de atendimento especializado nos casos de discriminação. Promovendo a igualdade, inserção social, econômica e político-cultural em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.

Parágrafo único - O COMPIR estará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, e funcionará em local e instalações cedidas pelo Poder Público.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR:

I - Acompanhar, avaliar, subsidiar e deliberar sobre o desenvolvimento da Política e do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, inclusive propondo a atualização da legislação sobre promoção da igualdade racial;

II – Acompanhar e/ou representar, quando solicitado, as comunidades negras, indígenas e outras etnias perante o Poder Público, seja Executivo, Legislativo e Judiciário;

III – Atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Igualdade Racial, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;

IV - Pesquisar, estudar e propor soluções para os problemas referentes ao cumprimento de tratados e convenções internacionais de combate ao racismo, ao preconceito, a outras formas de discriminação e às violações de direitos humanos;

V – Propor, avaliar e manifestar-se sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), no que tange à Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPIR), com a elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e a implantação de metas e prioridades, visando assegurar as condições de igualdade à população negra e aos demais segmentos étnicos;

VI - Organizar, em conjunto com o Executivo, ordinariamente, a cada dois anos, ou extraordinariamente, a realização da Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de avaliar a execução das políticas de promoção da igualdade racial;

Parágrafo único - Os recursos financeiros necessários para a realização da Conferência deverão ser garantidos pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, por meio da secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e/ou do Fundo Municipal do COMPIR, em rubrica própria, mediante previsão orçamentária, enviada pelo Conselho.

VII - Estimular a participação comunitária no controle da

execução do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
VIII - Inscrever as entidades não-governamentais dos segmentos étnico-raciais e os programas por elas desenvolvidos, bem como manter atualizado o cadastro e o registro de informações sobre elas, com o objetivo de promover a articulação entre essas entidades não-governamentais com o poder público visando a elaboração de projetos para captação de recursos, atividades de formação e outros;

IX - Acompanhar as ações de prestação de serviços de natureza pública, privada, filantrópica e sem fins lucrativos de promoção da igualdade racial, em consonância com as recomendações do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR -, sugerindo as adequações pertinentes;

X - Articular-se com os conselhos municipais de outros setores, com os conselhos Nacional e Estadual de Promoção da Igualdade Racial, bem como com as organizações não-governamentais dos segmentos étnico-raciais, possibilitando a integração das ações de políticas de promoção da igualdade racial;

XI - Auxiliar a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial na articulação com outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais;

XII - Recomendar a realização de estudos e pesquisas sobre a realidade social da população negra e dos demais segmentos étnico-raciais, para contribuir na elaboração de políticas públicas que visem à eliminação do racismo, da discriminação racial e do preconceito;

XIII - Zelar pela implantação das deliberações das conferências internacionais, nacionais, estaduais e municipais de promoção da igualdade racial;

XIV - Propor às autoridades competentes a instauração de sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou judiciais para a apuração de responsabilidades por violações dos direitos humanos, crimes e atos de racismo contra a população negra e os demais segmentos étnicos;

XV - Zelar pelos direitos culturais e religiosos da população negra e de outros grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial, especialmente pela preservação de sua memória, de suas tradições e de sua diversidade cultural constitutiva da formação histórica e social do povo brasileiro;

XVI - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

XVII - Eleger sua Mesa Diretora.

XVIII - Exercer outras atribuições que lhe sejam pertinentes.

Parágrafo único - É facultado ao COMPIR propor a realização de seminários, encontros e estudos sobre temas constitutivos de sua agenda e, quando solicitado, emitir parecer sobre propostas de convênios a serem firmados com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Seção I - Das Disposições Gerais

Art. 3º - O COMPIR é composto de 14 (quatorze) membros titulares e respectivos suplentes, respeitada a composição paritária entre Poder Público e sociedade civil, nos seguintes termos:

I - 7 (sete) representantes do Poder Público Municipal, sendo 1 (um) do Poder Legislativo Municipal;

II - 7 (sete) representantes de entidades da sociedade civil.

Art. 4º - O mandato dos membros do COMPIR será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o período imediatamente subsequente.

Seção II - Dos Representantes do Executivo

Art. 5º - Os titulares dos órgãos governamentais integrantes do COMPIR indicarão seus respectivos representantes.

Art. 6º - Os representantes do Poder Legislativo, titular e suplente, serão indicados pela Presidência da Câmara Municipal de Angra dos Reis.

Seção III – Dos representantes das entidades não governamentais e Sociedade Civil

Art. 7º - Os representantes das entidades não governamentais e setores específicos da sociedade civil, titulares e suplentes, serão eleitos em Fórum próprio, por meio de resolução elaborada pelo COMPIR estabelecendo o cronograma, os procedimentos e os critérios para participação da eleição.

§ 1º - O processo de escolha dos representantes das entidades não governamentais e da sociedade civil será realizado através de eleição por segmento de representação;

§ 2º - A Resolução contendo cronograma, procedimentos e critérios para participação na eleição será publicada no Boletim Oficial do Município – B.O – 60 (sessenta) dias antes do fim da gestão corrente e 30 (trinta) dias de antecedência do pleito eleitoral;

§ 3º - As entidades e movimentos de Promoção da Igualdade Racial, da sociedade civil, deverão estar previamente cadastrados no COMPIR;

§ 4º - As entidades deverão ter função social e legitimidade reconhecida pelos serviços prestados no município em relação à Promoção da Igualdade Racial e ter mais de dois anos de existência;

§ 5º - A entidade ou movimento deverá ter sede em Angra dos Reis.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA

Art. 8º - O COMPIR compõe-se de:

I - Conferência;

II - Plenário;

III - Mesa Diretora;

IV - Comissões Temáticas.

Seção I - Da Conferência

Art. 9º

- A Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial será realizada em Angra dos Reis.

§ 1º - A Conferência será organizada e convocada pelo COMPIR,

conjuntamente com a CPIR;

§ 2º - A realização da Conferência será bienal ou obedecerá às diretrizes do governo federal, salvo exceção;

§ 3º - A Conferência será presidida por representantes do COMPIR e da CPIR;

§ 4º - As resoluções da Conferência definirão as ações e políticas do COMPIR.

Seção II - Do Plenário

Art. 10 - O Plenário é a instância soberana de deliberação do COMPIR.

§ 1º - O Plenário reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário, por convocação da Mesa-Diretora;

§ 2º - As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias e as extraordinárias com 24 horas de antecedência, constando da convocação a pauta a ser discutida;

§ 3º - As sessões do Plenário instalam-se com quórum de no mínimo 8 (oito) conselheiros. As deliberações serão aprovadas pelo mesmo quórum;

§ 4º - As sessões do Plenário são públicas, exceto em casos excepcionais a critério da Mesa Diretora, hipótese em que somente poderão estar presente os Conselheiros.

Art. 11 - A Sessão do Plenário obedece à seguinte ordem do dia:

I - Abertura;

II - Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;

III - Leitura da pauta;

IV - Discussão e votação da matéria em pauta;

V - Informes;

VI - Encerramento.

Parágrafo único - Não será objeto de discussão ou votação, matéria que não conste da pauta e que não tenha sido apreciada pela Mesa-Diretora, salvo por decisão do Plenário.

Art. 12 - As deliberações do COMPIR assumirão, dentre outras, a forma de indicação, recomendação, projeto, relatório, parecer, resolução, decisão ou moção.

Art. 13 - A matéria destinada ao exame do Plenário deverá ser Ano XI - nº 630 - 06 de maio de 2016 Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis 9 previamente distribuída pela Mesa Diretora.

Seção III - Da Mesa Diretora

Art. 14 - Compete à Mesa Diretora:

I - Elaborar o Plano de Trabalho do COMPIR, em conformidade com as deliberações das conferências, que será submetido ao Plenário para aprovação;

II - Elaborar a proposta orçamentária do COMPIR, em tempo hábil, para integrar o orçamento da secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;

III - Avaliar a execução dos projetos em andamento, juntamente com as Comissões Temáticas;

IV - Acompanhar a elaboração das atas das reuniões, e dar cumprimento às deliberações aprovadas pelo Plenário;

V - Definir a pauta de discussão do Plenário;

VI - Propor as mudanças que se fizerem necessárias.

Art. 15 – A Mesa-Diretora é composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário (a) e seu suplente, Coordenador Geral de

Comissões Temáticas e Coordenador de Orçamento e Finanças com seus respectivos suplentes.

Art. 16 - A Mesa-Diretora será composta, de forma paritária, por 05 (cinco) membros, e suas funções serão exercidas por 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - O conselheiro membro da Mesa-Diretora que faltar a alguma reunião, deverá acatar as decisões tomadas pela mesma na reunião à qual tenha estado ausente.

Seção IV - Do Presidente

Art. 17 - O Presidente do COMPIR deverá ser eleito entre os membros do Conselho na primeira reunião da gestão para exercer mandato no período de dois anos, competindo-lhe as seguintes atribuições:

I - Presidir o Conselho e orientar suas ações;

II - Elaborar e encaminhar aos Conselheiros, com auxílio da secretaria, a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias, submetido à Mesa Diretora;

III - Convocar sessões extraordinárias, sempre que a urgência dos assuntos assim recomendar;

IV - Propor a criação de Grupos de Trabalho em caráter temporário;

V - Designar relator (a), visando a abreviar o trabalho de apreciação dos assuntos por parte do Plenário;

VI - Propor nomes de profissionais que possam assessorar as Comissões Temáticas;

VII - Zelar pelo bom funcionamento do COMPIR e pela realização de seus objetivos;

VIII - Participar, sempre que julgar necessário, das reuniões das Comissões Temáticas;

IX - Estabelecer prazos para a conclusão dos trabalhos das Comissões Temáticas, podendo ampliá-los por solicitação de seus participantes, quando julgar necessário;

X - Propor, quando necessário, ao Chefe do Executivo Municipal, a suplementação de recursos para a execução dos planos de ação aprovados pelo Conselho;

XI - Comunicar ao Chefe do Executivo Municipal, bem como às demais autoridades pertinentes, as recomendações do COMPIR, solicitando as providências necessárias;

XII - Divulgar para a comunidade as decisões do COMPIR;

XIII - Representar o COMPIR em todas as instâncias ou indicar representante em caso de impedimento.

Seção V - Do Vice-Presidente

Art. 18 - O Vice-Presidente do COMPIR deverá ser eleito entre os membros do Conselho na primeira reunião da gestão, para exercer mandato no período de dois anos, competindo-lhe as seguintes atribuições:

- I - Apoiar e auxiliar o Presidente em todas as suas funções;
- II - Responder pelo COMPIR quando da ausência do Presidente.

Seção VI - Da Secretaria

Art. 19 - A Secretaria do COMPIR deverá ser eleita entre os membros do Conselho na primeira reunião da gestão para exercer mandato no período de dois anos, competindo-lhe as seguintes atribuições:

- I - Apoiar as atividades desenvolvidas pela Mesa-Diretora;
- II - Responder pelo COMPIR quando da ausência do Presidente e do Vice-Presidente.

Parágrafo Único - A eleição da Secretaria será acompanhada da indicação de um Suplente, que o substituirá em caso de impedimento.

Seção VII - Das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho

Art. 20 - As Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho serão constituídos por deliberação da sessão plenária, e terão até 04 (quatro) membros titulares e suplentes.

§1º - O presidente e o relator das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho serão escolhidos internamente, por seus próprios membros;

§2º - As Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho serão compostas por representantes governamentais e não governamentais;

§3º - Os estudos desenvolvidos pelas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho serão apresentados em forma de parecer, ou esboço de resolução, ou relatório e posteriormente, submetidos à deliberação do COMPIR;

§ 4º - Poderão participar das reuniões de Comissões Temáticas, na condição de colaboradores convidados, pessoas não conselheiras, que não terão direito a voto, não podendo ser em número maior que os participantes da Comissão;

§ 5º - Cada Comissão Temática definirá seu plano de trabalho encaminhando para a apreciação que a submeterá à Plenário;

§ 6º - O conselheiro que não for membro da Comissão Temática poderá participar das discussões sem direito a voto;

§ 7º - A Mesa Diretora consultará o coordenador temático, sempre que a discussão for a respeito do tema sob sua responsabilidade, antes de submetê-lo ao plenário.

Art. 21 - O COMPIR terá as seguintes Comissões Temáticas:

- I - Saúde;
- II - Educação;
- III - Políticas Sociais;
- IV - Políticas Urbanas;
- V - Recursos Humanos;
- VI - Comunidades Tradicionais;
- VII - Cultura;
- VIII – Meio Ambiente;
- IX – Turismo;
- X – Esporte e Lazer;
- XI – Regularização Fundiária;
- XII – Segurança Pública;

XIII – Religiosidade;

XIV – Mídia.

Art. 22 - O trabalho das Comissões Temáticas será apreciado e deliberado pelo Plenário, podendo esta convocar integrantes das Comissões a fim de solicitar esclarecimentos.

Art. 23 - Os Grupos de Trabalho são de caráter provisório e serão criados sempre que necessário para tratar de assuntos específicos.

Parágrafo Único - Os Grupos de Trabalho serão compostos por conselheiros titulares, suplentes e colaboradores.

Art. 24 - O coordenador geral das Comissões Temáticas e coordenador de Orçamento e Finanças e seus respectivos suplentes serão indicados pela Mesa Diretora e submetidos à Plenário.

Art. 25 - Compete ao coordenador geral das Comissões Temáticas:

I - Acompanhar o trabalho das Comissões Temáticas;

II - Fazer a ligação entre as Comissões Temáticas e a Mesa Diretora.

Art. 26 - Compete ao coordenador de Orçamento e Finanças:

I - Avaliar o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e a Lei Orçamentária Anual - LOA -, no que tange à PMPPIR - Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

II - Elaborar relatório sobre ações de promoção da igualdade racial no Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual dos diversos órgãos da PMAR;

III - Apresentar proposta de orçamento para o COMPIR.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 27 - O exercício da função de integrante do Conselho é considerado de relevante interesse público e tem prioridade sobre qualquer outra atividade decorrente de função, cargo ou emprego público, e não será remunerado.

Art. 28 - Perderá o mandato o Conselheiro titular que deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, ordinárias e/ou extraordinárias, sem se fazer representar por seu Suplente e sem apresentar justificativa.

§ 1º - A Mesa Diretora encaminhará ao Plenário, na reunião seguinte à da última falta, para pronunciamento.

§ 2º - Essas penalidades também se aplicam à Mesa Diretora.

§ 3º - Em caso de impedimento legal do Conselheiro Titular, ou de sua renúncia expressa ou tácita, assumirá a vaga o Conselheiro Suplente, na ordem disposta pela Portaria de designação dos integrantes do Conselho.

Art. 29 - O desligamento e substituição de conselheiro ocorrerão:

I - Quando por ele solicitado por escrito, em documento próprio de justificativa apresentado à Mesa-Diretora e submetido ao Plenário;

II – Quando solicitado pela entidade a qual ele representa, por meio de ofício próprio de justificativa apresentado à Mesa Diretora e submetido ao Plenário;

Art. 30 - A Mesa Diretora comunicará, por escrito, ao órgão ou entidade de representação a substituição e solicitará a indicação de

novo membro que assumirá a vaga, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único: Qualquer alteração na composição do conselho deverá ser comunicada na 1ª sessão plenária subsequente.

Art. 31 - Os Conselheiros suplentes terão, nas reuniões, o direito à voz e, na ausência do titular, o direito à voz e voto, prevalecendo a ordem estabelecida pela Portaria de designação dos integrantes do Conselho.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do COMPIR será prestado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Art. 33 - Este Regimento Interno poderá ser alterado pelo voto de 2/3 (dois terços) do Plenário, por proposição de qualquer integrante do COMPIR.

Parágrafo único - As propostas de alteração deverão ser encaminhadas por escrito, com antecedência de 07 (sete) dias da reunião extraordinária convocada para tal fim.

Art. 34 - Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 35 - Este Regimento Interno entra em vigor a partir de sua aprovação pelo plenário.

ANGRA DOS REIS, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

JAQUELINE MÁXIMO MOREIRA

PRESIDENTE DO CMIRDE/AR

L E I Nº 2.606, DE 24 DE JUNHO DE 2010

AUTOR: VEREADOR ANTÔNIO EDINEIDE CORDEIRO E SILVA

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS APROVA E EU

SANCIONO A SEGUINTE LEI:

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Consciência Negra a ser promovida pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 2º A celebração de que trata o art. 1º desta Lei, deverá ser realizada anualmente na semana que recai o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra (Lei Federal nº 10.639, de 09/01/2003), data que lembra o dia que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi, do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

Art. 3º A referida semana deverá constar no Calendário Oficial de Eventos do Município, e será dedicada ao desenvolvimento de ações educativas, culturais, esportivas e religiosas acerca da situação da população negra em nossa sociedade, e orientará seus eventos e atividades levando em conta os seguintes pontos:

I – homenagens públicas a pessoas e entidades dedicadas a promoção de ações que visem à igualdade racial;

II – atividades informativas e educativas visando o tema afim, aplicadas em vários segmentos da sociedade dando-se especial atenção às Unidades Educacionais sediadas no Município de Angra dos Reis;

III – campanhas destinadas a divulgar a importância do resgate e manutenção da História, da Religião e da Cultura Afro-Brasileira;

IV – processos educativos direcionados às crianças e adolescentes, com vistas à difusão de conceitos de sociedade e cidadania;

V – oficinas, atividades culturais, esportivas e religiosas abertas, tendo como parâmetros o Jongo, a Capoeira, a culinária típica, o artesanato, a Umbanda, o Candomblé, dentre outros;

VI – mesas de debates, propositivas e abertas, objetivando as discussões de ações afirmativas e de políticas públicas e sociais que visem à promoção da Igualdade Racial e Étnica.

Art. 4º O Poder Executivo implementará essas ações, junto aos órgãos públicos, podendo ter o apoio de órgãos e entidades privadas.

Art. 5º As ações e atividades da Semana poderão ser realizadas diretamente pelos órgãos competentes da administração pública ou mediante convênio a ser firmado com organizações não-governamentais de fomento do movimento negro e do movimento social.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 24 DE JUNHO DE 2010
ARTUR OTÁVIO SCAPIN JORDÃO COSTA

LEI Nº 3.384, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

AUTOR: VEREADOR HÉLIO SVERINO DE AZEVEDO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO DIA MUNICIPAL DA MULHER NEGRA NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Angra dos Reis, o dia 25 de julho como o Dia Municipal da Mulher Negra.

Parágrafo único. A data passará a constar no Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá desenvolver ações envolvendo ampla divulgação pela valorização da mulher negra e realização de atividades como debates e seminários acerca do enfrentamento à discriminação racial e à violência contra a mulher negra bem como para a população geral.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação